



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O MODELO DE POLICIAMENTO E PREVENÇÃO NAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS. ESTUDO DE CASO: A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO MUNICÍPIO DE ALMADA**

**Autor:** Aspirante GNR Infantaria João Miguel Ventura Tavares

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Capitão de Infantaria da GNR Nuno Tiago Pinto Taveira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de  
Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2021**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **O MODELO DE POLICIAMENTO E PREVENÇÃO NAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS. ESTUDO DE CASO: A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO MUNICÍPIO DE ALMADA**

**Autor:** Aspirante GNR Infantaria João Miguel Ventura Tavares

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Capitão de Infantaria da GNR Nuno Tiago Pinto Taveira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de  
Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2021**

## EPÍGRAFE

*“Patience, persistence, and perspiration make an unbeatable combination for  
success.”*

Napoleon Hill

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu pai, mãe, irmã, familiares e à minha namorada pelo apoio incansável durante esta etapa.

## AGRADECIMENTOS

A realização do presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) contou com o contributo direto e indireto de várias pessoas, sem as quais o presente trabalho não seria possível. Quero dirigir a todas estas pessoas o meu profundo agradecimento. Contudo, existem pessoas, pela sua relevância e contributo ao longo desta investigação, lhes é devido os seguintes agradecimentos:

À Professora Doutora Ana Romão, pelo desempenho na qualidade de orientadora, demonstrou uma enorme disponibilidade e dedicação, em todos os momentos desta investigação. Que fruto da grande solicitação, muitas vezes, colocou tempo pessoal de parte para acompanhar a realização deste trabalho de investigação, contribuindo sempre com conselhos e críticas inteligentes e pertinentes, esclarecendo também todas as dúvidas que foram surgindo, tendo em conta o cenário atípico que atravessamos da pandemia Covid-19, e todas as dificuldades que surgiram, o seu apoio foi extraordinário. Salientado as profundas competências que demonstrou na função de orientadora, como transmitiu uma motivação constante ao longo do desenvolvimento desta investigação.

Ao Capitão de Infantaria da Guarda Nacional Republicana (GNR) Nuno Taveira que desempenhando a função de coorientador, foi imprescindível para a realização do presente trabalho de investigação. Com toda a dificuldade que advém das funções que desempenha, demonstrou sempre total disponibilidade, dedicação, experiência e vasto conhecimento em matérias em estudo neste trabalho, este não seria possível sem esta dedicação.

Ao Capitão de Infantaria da GNR Luís Maciel, por ter demonstrado, logo nos primeiros momentos iniciais da investigação, uma imensa disponibilidade para o esclarecimento de possíveis dúvidas, um conhecimento profundo sobre o tema em apreço e no aconselhamento de várias questões sobre a investigação, que orientaram o decorrer do trabalho.

Aos oficiais, Sargentos e Guardas entrevistados, pelo tempo despendido e pelos contributos que permitiram consolidar o trabalho, uma palavra de apreço por possibilitarem o alcance dos objetivos desta investigação e por se mostrarem dispostos a fornecer a informação e documentos indispensáveis para a finalização da mesma, que prontamente aceitaram ser entrevistados, transmitindo contributos fundamentais para a realização da investigação, fruto da sua experiência operacional. Ao Major Rui Pereira, adjunto da Direção

dos cursos da GNR na Academia Militar, pelo apoio, dedicação ao longo destes últimos três anos, demonstrando sempre muito profissionalismo em todo o seu trabalho. Ao Major Alfaro Pereira, Diretor do XXVI TPO, o seu profissionalismo ao longo deste último ano de final de curso, transmitiu elevada motivação e carisma, sempre disposto a colaborar e a resolver todas as vicissitudes que surgiram, com notável qualidade tanto como militar e como pessoa.

À Câmara Municipal de Almada, na pessoa da Exma. Presidente Inês Medeiros, pela contributo dado através da entrevista e toda a colaboração prestada.

Às entidades locais entrevistadas, nomeadamente, na freguesia da Costa da Caparica e União de freguesias da Caparica e Trafaria, na pessoa dos respetivos presidentes, ao Centro Comunitário pia 2 pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Almada, na pessoa da diretoria técnica do centro e ao representante da associação de moradores do Bairro do segundo Torrão por toda a disponibilidade e contributo, sem esta colaboração este trabalho não seria possível.

Aos camaradas do XXVI Curso de Formação de Oficiais da GNR, por todo o apoio moral e camaradagem, ao longo destes cinco anos.

Aos meus pais, por me apoiarem em todos os momentos deste percurso, e pelo pilar que são na minha vida ajudando-me a superar cada etapa.

À minha irmã, que me ajudou ao longo deste percurso exigente e que incansavelmente contribuiu em muitas situações de dificuldade.

Ao meu Tio, que sempre foi uma inspiração nesta longa caminhada e na escolha desta carreira das armas, fruto do seu passado militar sempre me incutiu os nobres valores, virtudes, e o espírito de servir à pátria.

A minha prezada Família, que no decorrer deste percurso me apoiou em todas as circunstâncias e me ajudou a ultrapassar as adversidades e mostrou através do exemplo que para tudo na vida é necessário fazer sacrifícios.

À minha namorada Diana por tudo o que significa na minha vida, através do amor, carinho e amizade, estando sempre ao meu lado a celebrar as conquistas, e acima de tudo, nos momentos difíceis.

A todos vós, o meu obrigado.

João Tavares

## RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “O modelo de Policiamento e prevenção nas Zonas Urbanas Sensíveis. Estudo de caso: a Guarda Nacional Republicana no município de Almada”. O principal objetivo consiste em caracterizar a atuação da Guarda Nacional Republicana nas Zonas Urbanas Sensíveis, procurando analisar as potencialidades e vulnerabilidades do modelo de policiamento e prevenção utilizado, o seu contributo para a melhoria do sentimento de segurança e redução da criminalidade violenta e grave.

A presente investigação divide-se em duas fases. Numa primeira fase, procedeu-se à revisão da literatura, que permitiu apurar o estado do conhecimento relativamente à problemática em questão. Posteriormente, procedeu-se ao trabalho de campo, com o objetivo de recolher os dados necessários e pertinentes à vertente prática da investigação.

O trabalho de campo incidiu sobre um estudo de caso múltiplo realizado em três bairros do município de Almada, seguindo uma metodologia qualitativa, com recolha de dados sustentada na análise documental e aplicação de entrevistas, a militares da GNR e atores locais com competência e responsabilidade, nas áreas em estudo.

Os resultados apurados permitem concluir que os modelos de policiamento e prevenção não são aplicáveis de igual forma nos três casos estudados, variando consoante o histórico da zona. Em geral, privilegia-se um trabalho de proximidade e pedagogia, onde a visibilidade e presença adquirem importância como fator dissuasor e ao mesmo tempo indutor de sentimento de segurança à população, sendo certo que o modelo interventivo é usado quando assim se exige. A mitigação da criminalidade, e consequentemente a melhoria do sentimento de segurança, é um caminho a percorrer através de cooperação e trabalho conjunto entre os vários atores locais das zonas onde existem problemas sociais e económicos, que são o combustível para a emergência de problemas de insegurança e não dependem apenas da atuação da GNR.

**Palavras-chave:** Zonas Urbanas Sensíveis; Sentimento de Segurança; Policiamento; Prevenção.

## **ABSTRACT**

This Applied Research Work is under the theme "The model of Policing and Prevention in Sensitive Urban Areas. Case study: the Republican National Guard in the municipality of Almada". The main objective is to characterize the performance of the Republican National Guard in Sensitive Urban Areas, seeking to analyze the potentialities and vulnerabilities of the policing and prevention model used, its contribution to the improvement of the feeling of security and the reduction of violent and serious crime.

This research is divided into two phases. In the first phase, a literature review was carried out, which allowed to ascertain the state of knowledge regarding the issue in question. Subsequently, the fieldwork was conducted in order to collect the necessary and relevant data for the practical aspect of the research.

The fieldwork focused on a multiple case study carried out in three neighborhoods in the municipality of Almada, following a qualitative methodology, with data collection supported by documentary analysis and interviews with GNR military and local actors with competence and responsibility in the areas under study.

The results obtained allow us to conclude that the models of policing and prevention are not equally applicable in the three cases studied, varying according to the history of the area. In general, a work of proximity and pedagogy is preferred, where visibility and presence acquire importance as a dissuasive factor and at the same time inducer of a feeling of security to the population, being certain that the interventional model is used when so required. The mitigation of criminality, and consequently the improvement of the feeling of security, is a path to be followed through cooperation and joint work among the several local actors in the areas where there are social and economic problems, which are the fuel for the emergence of insecurity problems, and which do not depend only on the GNR's action.

**Keywords:** Sensitive Urban Areas; Feeling of Security; Policing; Prevention.

## ÍNDICE GERAL

<b>EPÍGRAFE .....</b>	<b>i</b>
<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>II</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>XI</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>XII</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS.....</b>	<b>XIII</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES .....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>XVII</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....</b>	<b>XVIII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS .....</b>	<b>4</b>
1.1. Surgimento das Zonas Urbanas Sensíveis .....	4
1.2. Definição de Zonas Urbanas Sensíveis.....	5
1.3. Zonas Urbanas Sensíveis como guetos e hot spots.....	6
1.4. Sentimento de Insegurança .....	8
1.5. A problemática criminal nas ZUS.....	9
<b>CAPÍTULO 2 - POLICIAMENTO E PREVENÇÃO .....</b>	<b>10</b>
2.1. Modelos de Policiamento .....	10
2.2. Policiamento Comunitário e de Proximidade.....	11
2.3. Policiamento Orientado para o Problema.....	13
2.4. Policiamento Orientado pelas Informações.....	13
2.5. Policiamento de Saturação .....	14

2.6. Tolerância zero .....	15
2.7. Prevenção da criminalidade .....	16
2.8. Delinquência juvenil .....	17
2.9. Reabilitação e construção do espaço urbano.....	18
2.10. Contratos Locais de Segurança .....	19
2.11. Caracterização das zonas em estudo .....	20
2.11.1. Aspetos socioeconómicos .....	20
2.11.2. Evolução da criminalidade.....	22
2.11.3. Projetos de Policiamento e prevenção da GNR .....	24
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS.....</b>	<b>25</b>
3.1 Desenho de investigação .....	26
3.2. Métodos e técnicas de recolha e tratamento de dados.....	28
3.3. Caracterização do contexto de observação.....	29
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
4.1. Enquadramento estudos de caso.....	31
4.2. Caracterização dos entrevistados .....	31
4.3. Análise e discussão das entrevistas .....	33
4.3.1. Situações em que são empregues o 2º e 3º NEOp .....	33
4.3.2. Necessidades para o empenho eficaz do 3ºNEOp.....	35
4.3.3. Problemas existentes nas Zonas Urbanas Sensíveis .....	37
4.3.4. Problemas de segurança nas ZUS .....	39
4.3.5. Resposta da GNR aos problemas de segurança .....	40
4.3.6. Problemas na relação entre a GNR e a população das ZUS .....	42
4.3.7. Grupos específicos com relações mais tensas com a GNR.....	43
4.3.8. Modelos de Policiamento que se aplicam nas ZUS .....	45
4.3.9. Mudanças a implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS .....	46
4.3.10. Mitigação dos problemas nas ZUS, a criminalidade violenta e grave ....	49

4.3.11. Intervenção da GNR na redução da criminalidade violenta e grave.....	51
4.3.12. Cooperação entre a GNR e os atores/entidades locais .....	52
4.3.13. Categorias presentes na entrevista à Presidente do Município de Almada .....	53
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>55</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>
APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO ZUS .....	II
APÊNDICE B – TERRAS DO LELO MARTINS .....	III
APÊNDICE C – BAIRRO DO 2º TORRÃO .....	III
APÊNDICE D – ILUMINAÇÃO E ESTRADAS .....	IV
APÊNDICE E – ESTRADAS E AUSÊNCIA DE JARDINS.....	IV
APÊNDICE F – TELHADOS DO BAIRRO ASILO 28 DE MAIO .....	V
APÊNDICE G – EDIFÍCIOS E AMBIENTE 3D .....	V
APÊNDICE H – TIPO DE CONSTRUÇÃO DO BAIRRO BRANCO .....	VI
APÊNDICE I – ARQUITETURA ADVERSA DE INTERVENÇÃO.....	VI
APÊNDICE J – ARREMESSO DE OBJETOS DOS TELHADOS .....	VII
APÊNDICE K – FALTA DE URBANIZAÇÃO .....	VII
APÊNDICE L – SINAIS DE DISTÚRBIOS CIVIS .....	VIII
APÊNDICE M –SINAIS DE VANDALISMO E DEGRADAÇÃO.....	VIII
APÊNDICE N – SINAIS DE VANDALISMO E INJÚRIAS.....	IX
APÊNDICE O – PRIMEIRO PROJETO POP.....	X
APÊNDICE P – SEGUNDO PROJETO POP .....	XI
APÊNDICE Q – TERCEIRO PROJETO POP .....	XII
APÊNDICE R – RELAÇÃO ENTRE PERGUNTAS DERIVADAS, OBJETIVOS E QUESTÕES DE ENTREVISTA .....	XIII
APÊNDICE S – CARTA DE APRESENTAÇÃO .....	XIV
APÊNDICE T – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	XVI

APÊNDICE U – DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO INFORMADO.....	XVIII
APÊNDICE V – SINOPSES DAS ENTREVISTAS.....	XIX
<b>ANEXOS .....</b>	<b>XXXV</b>
ANEXO A – EVOLUÇÃO CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE ....	XXXVI
ANEXO B – EVOLUÇÃO CRIMINALIDADE GRUPAL .....	XXXVI
ANEXO C – EVOLUÇÃO DELINQUÊNCIA JUVENIL.....	XXXVII
ANEXO D – NIVEL DE INSTRUÇÃO CONCELHO ALMADA .....	XXXVIII
ANEXO E – TAXA DE ANALFABETISMO .....	XXXVIII
ANEXO F – TAXA DE DESEMPREGO .....	XXXIX
ANEXO G – ESTADO CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS.....	XXXIX

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Terras do Lelo Martins na Costa da Caparica .....	III
Figura n.º 2 – Bairro do 2º Torrão na Trafaria .....	III
Figura n.º 3 – Iluminação, saneamento, estradas .....	IV
Figura n.º 4 – Estradas e ausência de jardins .....	IV
Figura n.º 5 – Telhados do Bairro Asilo 28 de Maio no Monte de Caparica.....	V
Figura n.º 6 – Edifícios altos, proporcionando o ambiente 3D (bairro amarelo) .....	V
Figura n.º 7 – Bairro branco (Monte de Caparica) com uma construção que dificulta a intervenção policial .....	VI
Figura n.º 8 – Bairro branco (Monte de Caparica) com uma arquitetura que dificulta a intervenção policial .....	VI
Figura n.º 9 – Arremesso de objetos e pedras bairro Asilo 28 de maio no Monte de Caparica .....	VII
Figura n.º 10 – Rua perpendicular à principal, com vários arruamentos a ligar as casas, no bairro do 2º torrão .....	VII
Figura n.º 11 – Carros incendiados após distúrbios civis no bairro do 2º torrão ..	VIII
Figura n.º 12 – Sinais de vandalismo bairro Asilo 28 de maio .....	VIII
Figura n.º 13 – Sinais de vandalismo e injúrias à GNR, bairro Asilo 28 de maio ...	IX
Figura n.º 14 - População Residente segundo o Nível de Instrução mais Elevado Completo 2011 .....	XXXVIII

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n. °1 - Taxa de Analfabetismo   Freguesias – 2001 e 2011.....	XXXVIII
Tabela n. °2 - Taxa de desemprego   Concelho de Almada - 2011.....	XXXIX
Tabela n. °3 - Edifícios segundo o estado de conservação   Concelho de Almada - 2011.....	XXXIX

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Entrevistados Militares da GNR.....	32
Quadro n.º 2 - Entrevistados atores locais.....	32
Quadro n.º 3 - Situações em que são empregues o 2º e 3º NEOp .....	33
Quadro n.º 4 - Necessidades para o empenho eficaz do 3ºNEOp .....	35
Quadro n.º 5 - Problemas existentes nas Zonas Urbanas Sensíveis .....	37
Quadro n.º 6 - Problemas de segurança nas ZUS.....	39
Quadro n.º 7 - Resposta da GNR aos problemas de segurança.....	40
Quadro n.º 8 - Problemas na relação entre a GNR e a população das ZUS .....	42
Quadro n.º 9 - Grupos específicos com relações mais tensas com a GNR .....	43
Quadro n.º 10 - Modelos de Policiamento que se aplicam nas ZUS.....	45
Quadro n.º 11 - Mudanças a implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS.....	46
Quadro n.º 12 - Mitigação dos problemas nas ZUS, a criminalidade violenta e grave .....	49
Quadro n.º 13 - Intervenção da GNR na redução da criminalidade violenta e grave .....	51
Quadro n.º 14 - Cooperação entre a GNR e os atores/entidades locais.....	52
Quadro n.º 15 – Caracterização ZUS .....	II
Quadro n.º 16 - Primeiro projeto Modelo POP .....	X
Quadro n.º 17 - Segundo projeto Modelo POP .....	XI
Quadro n.º 18 - Terceiro projeto Modelo POP.....	XII
Quadro n.º 19- Relação entre Perguntas Derivadas e Questões de Entrevista.....	XIII
Quadro n.º 20 - Sinopses da categoria " Situações a empregar o 2º e 3ºNEOp " ..	XIX
Quadro n.º 21 - Sinopses da categoria "Necessidades de articulação e coordenação para o empenho eficaz do 3ºNEOp" .....	XX
Quadro n.º 22 - Sinopses da categoria "Problemas existentes nas ZUS" .....	XX
Quadro n.º 23 - Sinopses da categoria "Problemas em termos de segurança" .....	XXII
Quadro n.º 24 - Sinopses da categoria "Respostas da GNR aos problemas existentes" .....	XXIII
Quadro n.º 25 - Sinopses da categoria "Problemas na relação entre a GNR e a população" .....	XXIV

Quadro n.º 26 - Sinopses da categoria "Grupos com as relações mais tensas com a GNR" .....	XXV
Quadro n.º 27 - Sinopses da categoria "Modelos de policiamento empregues nas ZUS" .....	XXVI
Quadro n.º 28 - Sinopses da categoria "Mudanças para melhorar o sentimento de segurança" .....	XXVII
Quadro n.º 29 - Sinopses da categoria "Mitigação da criminalidade violenta e grave" .....	XXVIII
Quadro n.º 30 - Sinopses da categoria "Intervenção da GNR na mitigação da criminalidade violenta e grave" .....	XXX
Quadro n.º 31 - Sinopses da categoria "Cooperação entre a GNR e os atores locais" .....	XXXI
Quadro n.º 32 - Sinopses da categoria "A influência das políticas de realojamento no município de Almada na criação das ZUS" .....	XXXII
Quadro n.º 33 - Sinopses da categoria "Contributo da reabilitação urbana no aumento do sentimento de segurança" .....	XXXIII
Quadro n.º 34 - Sinopses da categoria " Implementação de Contratos Locais de Segurança no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar a segurança" ...	XXXIII
Quadro n.º 35 - Sinopses da categoria "Algo a acrescentar" .....	XXXIV
Quadro n.º 36 - Evolução criminalidade violenta e grave.....	XXXVI
Quadro n.º 37 - Evolução criminalidade grupal .....	XXXVI
Quadro n.º 38 - Evolução delinquência juvenil.....	XXXVII

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>Apêndice A</b>	Caracterização ZUS
<b>Apêndice B</b>	Terras do Lelo Martins
<b>Apêndice C</b>	Bairro do 2º torrão
<b>Apêndice D</b>	Iluminação e estradas
<b>Apêndice E</b>	Estradas e ausência de jardins
<b>Apêndice F</b>	Telhados do bairro asilo 28 de maio
<b>Apêndice G</b>	Edifícios e ambiente 3D
<b>Apêndice H</b>	Tipo de construção do bairro branco
<b>Apêndice I</b>	Arquitetura adversa de intervenção
<b>Apêndice J</b>	Arremesso de objetos dos telhados
<b>Apêndice K</b>	Falta de urbanização
<b>Apêndice L</b>	Sinais de distúrbios civis

<b>Apêndice M</b>	Sinais de vandalismo e degradação
<b>Apêndice N</b>	Sinais de vandalismo e injúrias
<b>Apêndice O</b>	Primeiro projeto POP
<b>Apêndice P</b>	Segundo projeto POP
<b>Apêndice Q</b>	Terceiro projeto POP
<b>Apêndice R</b>	Relação entre perguntas derivadas, objetivos e questões de entrevista
<b>Apêndice S</b>	Carta de apresentação
<b>Apêndice T</b>	Guião de entrevista
<b>Apêndice U</b>	Declaração consentimento informado
<b>Apêndice V</b>	Sinopses das entrevistas

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>Anexo A</b>	Evolução criminalidade violenta e grave
<b>Anexo B</b>	Evolução criminalidade grupal
<b>Anexo C</b>	Evolução delinquência juvenil
<b>Anexo D</b>	Nível de instrução do concelho de Almada
<b>Anexo E</b>	Taxa de analfabetismo
<b>Anexo F</b>	Taxa de desemprego
<b>Anexo G</b>	Estado conservação edifícios

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>A</b>	
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
<b>C</b>	
Cfr.	Conforme
CLS	Contrato Local de Segurança
CTer	Comando Territorial
Cmdt	Comandante
CPTED	<i>Crime Prevention through Environmental Design</i>
<b>D</b>	
DLS	Diagnóstico Local de Segurança
DGAI	Direção-Geral de Administração Interna
DTer	Destacamento Territorial
<b>E</b>	
EUA	Estados Unidos da América
<b>G</b>	
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GNR	Guarda Nacional Republicana
<b>M</b>	
MAI	Ministro da Administração Interna
<b>N</b>	
NEP	Norma de Execução Permanente
NAIIC	Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal
NEOp	Nível de emprego operacional
<b>O</b>	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OCS	Órgãos de Comunicação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
<b>P</b>	
PP	Pergunta de Partida
PD	Pergunta Derivada
POI	Policimento Orientado pelas Informações

POP	Policamento Orientado para o Problema
PSP	Polícia de Segurança Pública
<b>R</b>	
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
<b>S</b>	
SPC PC	Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
<b>T</b>	
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>U</b>	
UI	Unidade de Intervenção
<b>Z</b>	
ZA	Zona de Ação
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

## INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) é o culminar da fase final dos ciclos de estudos integrados, realizado pelos alunos da Academia Militar. Este relatório apresenta o trabalho final do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, e está subordinada ao tema: “O modelo de Policiamento e prevenção nas Zonas Urbanas Sensíveis. Estudo de caso: a Guarda Nacional Republicana no município de Almada”.

As Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) surgem por vezes referenciadas como lugares de “exportação do crime”, associadas a dificuldades para a atuação policial, resultantes da própria morfologia do espaço e das atitudes face à intervenção das forças de segurança. Estas questões colocam desafios às Forças de Segurança, pois uma má atuação pode resultar em graves problemas para a ordem pública, nesse local ou em diversos pontos do país. As ZUS muitas vezes, são conotadas como origem dos problemas de insegurança, tanto por parte dos moradores locais como pela população residente nas imediações destes locais.

A nomenclatura de Zonas Urbanas Sensíveis surgiu pela primeira vez no Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), de 2009 e na Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, que definiu os objetivos, orientações e prioridades de política criminal para o biénio de 2009-2011. A terminologia está relacionada com o facto de estas zonas se situarem nas zonas periféricas das grandes cidades como Lisboa, Porto e Setúbal, onde os alojamentos e equipamentos urbanos se caracterizam pela baixa qualidade e estado de degradação, apresentando-se como espaços desvalorizados em que habitam grupos sociais com carências económicas e outras desvantagens sociais, situações que proporcionam fenómenos de segregação, especialmente de minorias étnicas (Guia & Pedroso, 2016).

A GNR através da diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, expõe modelos de prevenção e combate à criminalidade em bairros e zonas problemáticas, preocupação que veio na sequência de acontecimentos que vitimizaram agentes e militares das Forças e Serviços de Segurança, sendo as grandes áreas metropolitanas o maior palco destes fenómenos. Esta diretiva elenca a criminalidade associada a estas zonas, que se divide em três grupos: violenta e grave, grupal e juvenil, pois de acordo com a mesma este tipo de criminalidade é gerador de um clima de instabilidade,

insegurança, impunidade, sendo fortemente explorada pelos órgãos de comunicação social (OCS), com consequências em termos psicológicos, aumentando o medo e o índice de insegurança da população.

Os problemas de segurança que afetam essas zonas e quem lá vive, requerem assim medidas de prevenção da criminalidade, pois como alerta Cusson (2006, p. 188) “é necessário que a delinquência num bairro não ultrapasse um certo limiar pois, de contrário, a desconfiança gerada minará o tecido social e criará condições ao desenvolvimento da própria criminalidade.”

Esta criminalidade é muitas vezes associada a raças ou etnias em específico, pois nas ZUS residem grande parte das minorias étnicas e raciais, contribuindo muito para a estigmatização e aumento da tensão nestes locais. Conforme Guia & Pedroso (2016) os dados dos autores desta criminalidade demonstram que, entre muitas coisas, a raça e etnia não são um fator preponderante quanto a sua zona de residência (as ZUS), contribuindo para a questão sociodemográfica de estas zonas falharem na integração e promoção social.

Face à relevância que esta temática assume, torna-se pertinente realizar um balanço da atuação da GNR nas ZUS. Deste modo, a presente investigação tem como Objetivo Geral (OG): Compreender de que forma a Guarda Nacional Republicana pode contribuir para o sentimento de segurança nas Zonas Urbanas Sensíveis. Decorrentes do OG, estabeleceram-se como Objetivos Específicos (OE) os seguintes:

**OE1:** Identificar os principais problemas de segurança nas ZUS;

**OE2:** Caracterizar as medidas implementadas a fim de mitigar os problemas identificados;

**OE3:** Caracterizar o modelo de policiamento empregue na GNR;

**OE4:** Compreender a (auto) perceção no que respeita à atuação da GNR nas ZUS;

**OE5:** Analisar a contribuição da GNR para a redução da criminalidade violenta e grave nas ZUS;

Através desta análise, será possível identificar aspetos que podem ser melhorados, em ordem a reforçar a implementação do modelo mais adequado para aumentar o sentimento de segurança destas áreas. Neste sentido, pretende-se perceber como intervir e cooperar com as diversas entidades locais, de modo a solucionar os problemas adjacentes a estes locais.

Este RCFTIA divide-se em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos são compostos pelo enquadramento teórico, no terceiro capítulo é apresentada a metodologia, método e materiais utilizados, e o quarto capítulo é constituído pela apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

No primeiro capítulo, apresenta-se um enquadramento teórico sobre as ZUS, no que respeita ao seu surgimento e concetualização, abordando-se ainda questão do sentimento de insegurança e problemática criminal destas zonas. No segundo capítulo, expõem-se os vários modelos de policiamento e prevenção e faz-se a caracterização social e criminal da ZUS em estudo neste TIA. O terceiro capítulo é constituído pelo percurso metodológico utilizado na investigação. Deste modo, descreve-se o desenho da investigação, o modelo de análise, os métodos e tipo de abordagem, as técnicas de recolha, análise e tratamento dos dados, assim como a caracterização do contexto de observação. No último capítulo apresentam-se e, discutem-se os resultados obtidos na investigação. Assim, procede-se a um cruzamento entre os conhecimentos obtidos através da revisão de literatura e da análise de conteúdo das entrevistas.

A elaboração do RCFTIA teve como referência as normas para a redação de trabalhos científicos da Academia Militar, expressas na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.<sup>a</sup> da Academia Militar (Academia Militar [AM], 2016), em linha com as normas da *American Psychological Association* (APA), 6º edição.

# CAPÍTULO 1 - AS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

## 1.1. Surgimento das Zonas Urbanas Sensíveis

No final da década de 60 e depois da revolução do 25 de Abril de 1974, a população aumentou exponencialmente nas grandes cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, resultante de vários fatores de mobilidade geográfica, entre os quais o retorno de pessoas oriundas das ex-colónias e de uma deslocação maciça de outras pessoas vindas do interior para a cidade, à procura de melhores condições de vida (Machado, 2011). Este fenómeno, pela rapidez com que ocorreu e pelas circunstâncias sociais, económicas e políticas que o país atravessava, não foi acompanhado de planos urbanísticos pois “a tendência de então foi a concentração populacional de forma descontrolada e ilegal em bairros insalubres nos limites das cidades, provocando um crescimento perfeitamente anómalo das periferias e, tornando certas áreas do nosso país em mesclas étnicas e culturais únicas” (Lousa, 2006, p. 5).

A cidade, especialmente as zonas limítrofes, alterou-se ao longo de tempo, e foi dividida em vários setores, em que os que chegavam sentiram-se pressionados e mal acolhidos pela população autóctone, por razões de índole social. A “resposta natural de defesa foi o enclausuramento em comunidades cada vez mais fechadas e inacessíveis, transformando o seu bairro (...) num pouco daquilo que outrora fora o seu espaço de origem” (Lousa, 2006, p. 5).

Nestes bairros periféricos, grande parte deles construídos de forma clandestina, ou erguidos inicialmente com a finalidade de serem realojamentos provisórios (por exemplo, o bairro Musgueira, nos anos 60), sem as mínimas condições de higiene, estão “presentes fenómenos de pobreza, exclusão, segregação e estigmatização”, funcionando como potenciadores de criminalidade e marginalidade (Antunes, Soares & Lúcio, p. 135). A configuração desses espaços transporta inevitavelmente a “estigmatização” e “guetização” que conduz ao afastamento de outras pessoas dessas zonas (Fernandes, 1998).

Estas condições favorecem o surgimento de fenómenos de delinquência, prostituição, droga e outros comportamentos desviantes, que contribuem “para o aumento da insegurança e da violência, quer nesses bairros quer ainda – e especialmente – nas zonas circundantes” (Fernandes, 1998).

Pode então dizer-se que em Portugal, assim como em outros países, se tem utilizado um modelo desadequado e ineficaz de realojamento, no que diz respeito ao direito à habitação e às questões sociais (Felizardo, 2012). Pois, como aponta Guerra<sup>1</sup> (2008) “a concentração de uma população socialmente homogénea, ainda que culturalmente heterogénea, traz problemas de socialização negativa, sobretudo entre os mais novos, gerando abandono escolar precoce e a predominância de comportamentos menos disciplinados<sup>2</sup>.”

## **1.2. Definição de Zonas Urbanas Sensíveis**

Existem diversas designações dadas às Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), como, bairros problemáticos, bairros sociais, bairros degradados, bairros sensíveis, bairros críticos ou bairros desfavorecidos, tudo não passa de diferentes nomenclaturas para a mesma realidade: um local que difere de tantos outros pelas suas características próprias e especiais a que se associa algum tipo de negatividade (Machado, 2011).

Este adjetivo “sensível” segundo Alain Vulbeau (2007) divide-se em três níveis: a emocionalidade associada às pessoas, a capacidade de sensação de um ponto nervoso e a reatividade aquando é tocado. Os conceitos de ZUS associam-se a zonas de revitalização urbana, zonas livres urbanas ou delimitações inframunicipais que delimitam grandes cidades<sup>3</sup>. Outro autor Hervé Vieillard-Baron (2011) refere que o termo “zona” pode denotar tanto um espaço institucional, ou o objetivo de intervenção de políticas públicas quanto a um espaço negligenciado, ocupado sem nenhum status legal. Estas definições acarretam consequências como a estigmatização dos seus habitantes onde se associa a área sensível a uma “área sem lei”, assim o sensível é o ponto nervoso que pressupõe uma intervenção radical do tipo cirúrgico, mas também é o espaço ao qual é preciso ser sensível, apelando ao lado humano das pessoas, para ouvir as suas singularidades e os seus potenciais (Vulbeau, 2007).

Sendo estas ZUS associadas à segregação e a exclusão habitacional, verificando-se uma acumulação de desvantagens sociais, estes aglomerados urbanos de segmentos sociais, vivem um processo de vulnerabilização social decorrente da precarização do emprego, desemprego e da perda da renda de trabalho, somando a isto tudo o efeito do

---

<sup>1</sup> Investigadora do Centro de Estudo Territoriais do ISCTE.

<sup>2</sup> Citação recolhida de uma entrevista pelo Jornal Expresso de 19 de agosto de 2008.

<sup>3</sup> Observatoire national des zones urbaines sensibles, Rapport, Saint-Denis, DIV, 2004.

empobrecimento social, da estigmatização e da desertificação cívica em veias de “guetização” (Felizardo, 2012).

Conforme as características levantadas pela diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, a habitação nas ZUS é normalmente construída por barracas pré-fabricadas, imóveis abandonados, aglomerados de habitação social de baixo custo, onde impera o desordenamento em termos de segurança e higiene, muitas vezes sem saneamento básico e iluminação pública.

Do ponto de vista policial, a definição de bairro problemático consta do relatório n.º 48697, do Comando-Geral da PSP, de 4 de junho de 1997, que, conjuntamente com a diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, consideram as seguintes características:

- Baixos níveis de escolaridade da população do bairro;
- Abandono escolar significativo;
- Inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho;
- Pouca participação da população ativa nos setores primário e terciário;
- Precariedade dos vínculos laborais, salários baixos;
- Sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades;
- Elevado grau de dependência social;
- Estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, designadamente a pluriatividade, empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais;
- Delinquência juvenil, tráfico de estupefacientes, furtos, roubos e recetação;
- Construções de barracas, imóveis degradados, sem segurança ou condições de higiene, com deficiente ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública;
- Arruamentos degradados, espaços públicos vandalizados.

### **1.3. Zonas Urbanas Sensíveis como guetos e hot spots**

Existe muitas vezes a comparação das ZUS com os guetos, pois ambas são difíceis das polícias intervirem e controlarem, são zonas em que as dificuldades e os problemas são diários, sendo que a dificuldade dos guetos está relacionada com a exclusão social, a imigração ilegal, o desemprego ou as dificuldades de habitação, que originam habitações com algum nível de degradação (Alves, 2010).

Mas, um fator preponderante que distingue estas duas zonas é caracterização do gueto como um local que segrega uma minoria social ou etnia separando-a do resto da comunidade<sup>4</sup> (Felizardo, 2012). As ZUS, por seu turno, comportam geralmente uma maior diversidade em termos étnicos e multiculturais (Machado, 2011). Sendo que “a socialização nestes locais funciona do pior modo, promovendo o aparecimento de bandos juvenis, de marginais, de traficâncias, (...), o controlo social é muito difícil de exercer” (Alves, 2010, p. 190).

Outro tipo de problema que ambas as zonas sofrem é o seu isolamento geográfico, transformando-se em “*non go areas*” (Malheiros, et al., 2007, p.44). Por fim, de salientar segundo Alves (2010, p. 191) “as situações de gueto dão lugar à existência de zonas altamente problemáticas em termos de segurança”. Reforçando a importância que deve prestada a estas zonas com o objetivo de serem devidamente identificadas e monitorizadas.

As características aduzidas remetem ao conceito de *Hot Spots* (Pontos Quentes), a designação dada aos locais ou zonas perigosas, geradores de criminalidade, de características urbanas ou suburbanas (Felizardo, 2012). Segundo a diretiva n.º 12 do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, existem nessas zonas um conjunto de características a enumerar, sendo elas:

- Interfaces de transportes públicos com frequentes atos ilícitos;
- Áreas escolares perto de bairros problemáticos;
- Estabelecimentos de diversão noturna;
- Locais associados ao tráfico de estupefacientes;
- Locais com fraca iluminação;
- Locais vandalizados.

Um “Hot Spot” é uma condição ou estado que indica alguma forma de aglomeração numa distribuição espaço temporal de ocorrências criminais. Um critério, entre outros, foi identificado pelo Departamento de Polícia da Cidade de Baltimore (Maryland, EUA), identificando os “Hot Spots” na sua área de jurisdição de acordo com um “triplo critério”: frequência, posição geográfica e tempo de intervalo das ocorrências. Conforme a diretiva n.º 12/2006 para ser considerado um “Hot Spot”, tem de pelo menos ter ocorrido dois delitos numa pequena área do espaço geográfico, num espaço temporal não maior do que uma a duas semanas entre as ocorrências.

---

<sup>4</sup> Comunidade é um conjunto de pessoas que se regem pelo mesmo conjunto de normas, e geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou partilham a mesma cultura e história.

#### 1.4. Sentimento de Insegurança

A segurança e insegurança, são sentimentos que estão interligadas através do sentimento oposto que provocam nas pessoas, podemos definir segurança como “a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” (Alves, 2011, p. 74).

Já o sentimento de insegurança é provocado pelas incivildades e, maioritariamente, pela criminalidade violenta e grave. As incivildades são caracterizadas como “conjunto heterogéneo de peri-delitos e de sinais de deterioração que assinalam aos transeuntes a presença de um perigo difuso nas ruas” (Cusson, 2006, p. 191). Manifestando-se em parques e noutros lugares públicos: através de graffitis, sinais de vandalismo, edifícios deteriorados, vidros partidos, embriaguez na via pública, grupos de pessoas provocadoras, consumo de droga sem qualquer pudor, prostituição e degradações dos edifícios. E o ignorar deste tipo de problemas pode resultar numa evolução da criminalidade como refere a famosa teoria dos “vidros partidos”<sup>5</sup>. O sentimento de insegurança, segundo Lourenço (1996, p.55) é definido como a “expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do ator sobre a realidade vivida.

De acordo com Gouveia (2006), as políticas sociais que direta ou indiretamente contribuem para criar condições de segurança nestes bairros nem sempre acomodam satisfatoriamente as necessidades das populações a que são destinadas. Para isso concorrem vários aspetos, como a desagregação das instituições, a falta organização nos bairros, a fragilidade das estruturas de apoio social e cultural, condições que fazem com que os habitantes dos bairros sejam excluídos de exprimir as suas preocupações e de exercer pressão sobre aqueles que exercem o poder político (Gouveia, 2006).

A maior parte destas ZUS comporta uma diversidade de etnias e uma forte multiculturalidade, com pouca comunicação entre as diferentes comunidades, o que dificulta a capacidade de organização dos bairros como um todo. Segundo Machado (2011) a nível social, as baixas qualificações, o desemprego, a precariedade e o insucesso escolar são traços

---

<sup>5</sup> A teoria intemporal dos “vidros partidos” (Broken Windows) de Wilson e Kelling, em 1982, salienta que a importância de um vidro partido quando não reparado, pode originar várias janelas com vidros partidos. Esta metáfora pretende explicar a relação causa-efeito e a evolução no tempo de pequenas incivildades e de distúrbios, quando não combatidas e ignoradas, multiplicam-se e podem escalar em ilícitos criminais.

dominantes, ao mesmo tempo que na organização familiar as relações são frequentemente instáveis e críticas, tudo isto contribuindo para caracterizar negativamente estas comunidades.

Mas, o papel dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) explorando, dramatizando e reforçando o crime faz ecoar um impacto psicológico no público, pois ao construírem um ambiente perturbador, caracterizado pelo medo, fúria, ressentimento, vingança, entre outras experiências que os crimes provocam, contribuindo para um sentimento de insegurança através da vitimização e reportagens sobre o crime. Segundo Raposo et al. (2019), em Portugal, o teor criminalizador das reportagens sensacionalistas, dão conta que os media portugueses contribuem para estereótipos e preconceitos racistas associados a estes bairros e aos seus moradores, considerando como sendo incivilizados e com comportamentos desviantes, ajudado a definir estes locais como “verdadeiros barris de pólvora”.

### **1.5. A problemática criminal nas ZUS**

A criminalidade violenta e grave, tem como autores muitos dos residentes em ZUS (RASI, 2011), embora nestas zonas grande parte dos seus habitantes não apoia a criminalidade que dela emana, nem demonstram atitudes hostis com a polícia. O que muitos dos habitantes dessas zonas desejariam era viver num local onde não existissem estes problemas sociais e criminais. Contudo, os grupos de delinquentes organizados, já perceberam o quão importante é ter o apoio da comunidade residente, com o intuito de obterem cobertura e proteção nas atividades criminosas que desenvolvem diariamente (Machado, 2011).

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), de 2017, existem fatores de risco emergentes nas ZUS, devido a dinâmicas de delinquência e criminalidade por parte de grupos violentos residentes. Nota-se ainda comportamentos de hostilidade, vingança e resistência contra as Polícias, observando-se ainda tentativas de mobilização por parte de grupos de cariz radical, com o objetivo de instrumentalizarem as comunidades residentes a favor das suas atividades (RASI, 2017).

Os grupos com origem nas ZUS têm uma tendência crescente de capacidade organizativa (RASI, 2014). Sendo que grupos de crime organizado, misturam-se entre os habitantes das ZUS por forma a dissimularem os seus movimentos das polícias, pois, estes habitantes movimentam-se numa ampla área geográfica, incluídas zonas internacionais (Guia & Pedroso, 2016). Estas zonas estão associadas a crimes de tráfico de droga, ao

comércio ilícito de armas<sup>6</sup>, furto e roubo, criminalidade grupal e comportamentos violentas e hostis contra as Forças de Segurança (RASI, 2016).

Portanto, nas ZUS assistimos a um movimento pendular dos autores dos ilícitos criminais, no que toca a georreferenciação. Pois estes crimes são muitas vezes cometidos num curto raio de distância das ZUS onde residem, ou seja, estes cometem muitos delitos fora da sua zona, e depois retornam para a sua área. É sabido que “os criminosos acabam por usar o bairro como refúgio para as atividades ilícitas que desenvolvem nos transportes públicos que servem o bairro, bem como nos centros comerciais, nas zonas escolares e residenciais de estratos sociais mais favorecidos próximos” (Machado, 2011, p. 30).

Face à problemática criminal das ZUS, existe a necessidade de as forças de segurança encararem a realidade destas zonas, não de forma discriminatória, mas numa visão distinta e diferenciada, implementado modelos de policiamento e prevenção adequados a mitigar a criminalidade e consequentemente a aumentar o sentimento de segurança das pessoas.

## **CAPÍTULO 2 - POLICIAMENTO E PREVENÇÃO**

### **2.1. Modelos de Policiamento**

O policiamento é a base de atuação das forças de segurança. É através dele que se garante a segurança e se recolhem informações em toda a Zona de Ação (ZA). O policiamento surge como um fator fundamental para o controlo da criminalidade pois “a existência das incivildades e desordens, são sinais de que o controlo social não funciona mais” (Monjardet, 1996, p. 253), podendo-se através dele impedir que situações destas aconteçam.

De acordo com Alves (2011) existem dois tipos de policiamento que abarcam os modelos que pretendemos abordar. Por um lado, o policiamento preventivo, direcionado para o contacto com o cidadão e para a proximidade com o mesmo. Este modelo torna-se muito eficaz na resolução de problemas, mas menos eficaz nas situações com maior conflitualidade. Por outro lado, existe o policiamento repressivo/interventivo, mais eficaz no combate à criminalidade violenta, com uso mais ostensivo da força. Importante é reter que,

---

<sup>6</sup> Perpetuado por grupos que se dedicam a outros ilícitos criminais (segurança ilegal, furtos e roubos), sendo que a preponderância destes grupos continua a suscitar preocupações securitárias (RASI, 2016).

segundo o autor, independentemente dos modelos utilizados, “é necessário encontrar um equilíbrio” (Alves, 2011, p. 155). Este equilíbrio segundo Machado (2011, p. 33) passa por “congregar uma atuação integrada entre as vertentes de policiamento de proximidade, de interação com as comunidades locais, de manutenção da ordem pública, de investigação criminal e de informação policial, tendo em vista a prevenção da criminalidade e a melhoria do sentimento de segurança dos cidadãos.”

## **2.2. Policiamento Comunitário e de Proximidade**

O primeiro modelo, o policiamento comunitário nasceu nos Estados Unidos da América (EUA) com o intuito de que a “polícia podia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades” (Skolnick & Bayley, 2006, p. 57). Este método permitia à polícia beneficiar de duas formas de relação: primeiro ganhando o respeito do público, o qual, ao compreender a complexidade e as dificuldades do trabalho policial, estaria depois mais disposto a ajudar nesse trabalho em benefício da comunidade (Skolnick & Bayley, 2006).

Este modelo surge então na perspetiva de que a polícia e os cidadãos poderão trabalhar conjuntamente, no sentido de resolver alguns problemas relacionados com o crime, o medo do crime, a qualidade de vida e as condições dos bairros, ou seja, envolvendo as pessoas num esforço conjunto para determinar as prioridades da própria polícia, sendo que o maior problema deste tipo de policiamento está relacionado com a dificuldade em determinar as necessidades e os desejos da comunidade (Kappeler & Gaines, 2009). De acordo com Ornelas (2008) tem de se consolidar o sentimento de pertença comunitário, pois este implica que a população se sinta valorizada e parte integrante de um todo, diluindo o isolamento e alienação das pessoas, e em consequência, da respetiva comunidade.

Já o modelo de policiamento proximidade, de origem Belga e Francesa, é definido como “uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial, prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração” (Oliveira, 2006, p. 115). De acordo com Oliveira (2006, p. 24) “este tipo de fenómenos exige da polícia e de outras entidades públicas e privadas, um forte empenho em ações de cariz social/policial e de natureza técnico policial muitas das vezes de carácter inovador”. Assim, estes dois modelos são muitas vezes confundidos pois “assentam nos mesmos princípios e têm características idênticas, nomeadamente o seu carácter prioritariamente preventivo, a sua aproximação à

população e preocupação com as suas necessidades, e ainda a sua finalidade” (Raposo, 2016, p. 8).

Estes dois modelos são importantes nas ZUS, pois para Machado (2011, p.52) “a segurança não pode ser uma tarefa apenas da polícia; é uma tarefa que tem que ser assumida, em parceria com as entidades policiais, por outros atores sociais como as autarquias, as associações de moradores, as associações culturais, religiosas e sociais, as empresas públicas e privadas, o Ministério Público e, principalmente a comunidade”.

A GNR aplica estes dois modelos através de programas especiais<sup>7</sup>, através das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC PC), antiga Secção de Programas Especiais, com o objetivo de:

- Estudar e apresentar propostas de organização dos Programas Especiais da GNR;
- Elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais, designadamente no âmbito da violência doméstica, do apoio e proteção de menores, idosos e outros grupos especialmente vulneráveis ou de risco;
- Coordenar, supervisionar e elaborar os dados estatísticos relativos à atividade desenvolvida no âmbito dos Programas Especiais;
- Planear, coordenar e supervisionar a execução de missões relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais;
- Assegurar a ligação da GNR às instituições e organismos parceiros nos vários Programas Especiais.

Em suma, estes dois modelos de policiamento representam uma evolução do policiamento tradicional, também ele com os seus pontos fracos e algumas limitações.

---

<sup>7</sup> Como a Escola Segura, Farmácia Segura, Tabaco Seguro, Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, entre outros. Disponível em O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR. In Site da Guarda Nacional Republicana. Acedido a 17 de janeiro de 2021 em [https://www.gnr.pt/ProgEsp\\_main.aspx](https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx).

### **2.3. Policiamento Orientado para o Problema**

De acordo com Brodeur (1998), este conceito surgiu nos EUA, e foi implementado no Estado da Virgínia, numa época em que o policiamento comunitário era constantemente alvo de críticas. O Policiamento orientado para o problema (POP), está relacionado com o Policiamento Comunitário apenas na medida em que a participação da população é fundamental.

Não obstante, no modelo POP, segundo Oliveira (2006) as policias funcionam mais como uma polícia de “expertise”, dotada de uma atuação mais proactiva e preventiva, onde a sua função é orientada para a resolução dos problemas através do direcionamento da patrulha para a resolução de conflitos.

Conforme Oliveira (2006) Murphy apresentou o modelo denominado por SARA<sup>8</sup>, modelo explicativo para implementação do POP que é composto por quatro etapas:

Etapa 1: Identificação dos problemas (*Scanning*): conforme a situação na zona de ação de determinada polícia, identificar qual é o problema que aí se apresenta e defini-lo bem. Existe ainda a necessidade de selecionar e descrever o problema;

Etapa 2: Análise (*Analysis*): Depois de efetuado a etapa anterior há que executar uma investigação total das causas ou das condições concorrentes que influenciam e provocam o problema;

Etapa 3: Resposta (*Response*): Trata-se da mais importante etapa e a mais crítica de todo o processo. É imperativo uma resposta estratégica, precisa, apoiada numa análise aprofundada e completa do problema;

Etapa 4: Avaliação (*Assessment*): Como em qualquer situação em que se implementa uma nova estratégia, é preciso que seja efetuada uma avaliação dos efeitos que estão a surgir da implementação do processo e de que forma foi solucionado o problema.

### **2.4. Policiamento Orientado pelas Informações**

Mais conhecido como *Intelligence-led policing* (ILP), pois “quando foi proposto pela primeira vez, o Policiamento Orientado pelas Informações (POI) era uma tática operacional que iria reduzir o crime através de policiamento proactivo apontado por informações

---

<sup>8</sup> Abreviatura das expressões em língua inglesa: Scanning, Analysis, Response, Assessment.

criminais” (Ratcliffe, 2008, p. 6). Para Fuentes (2006, p. 3) o POI é “uma filosofia colaborativa que começa com informação, recolhida em todos os níveis da organização que é analisada para criar informações úteis e uma perceção melhorada do ambiente operacional, isto vai assistir a liderança em fazer as melhores escolhas possíveis em relação a estratégias de controlo do crime, alocação de recursos e operações táticas.”

Já segundo Boucher (2014), o POI fundamenta-se na ideia que é preferível e mais produtivo às forças de segurança desenvolverem relações de respeito mútuo para com a comunidade das ZUS e atores sociais, ao contrário de manterem uma relação de desconfiança e distância, assim contribuem para a solução dos problemas através da recolha de informações. Demonstrado uma imagem que a polícia está atenta as dificuldades e tenta fornecer respostas concretas.

## **2.5. Policiamento de Saturação**

Segundo apontam vários estudos no campo da criminologia, os problemas (criminais e não criminais) alvo de ação por parte das policias, não se encontram uniformemente distribuídos por toda a área geográfica. O policiamento de saturação é uma tática policial muito eficaz num momento de desordem, numa ZUS, pois consiste na saturação do local (Leitão, 2005).

A GNR organiza-se no emprego das suas valências e forças por diferentes patamares, denominados Níveis de Emprego Operacional (NEOp)<sup>9</sup>, em função das prioridades de emprego, missões atribuídas, preparação técnica e tática, equipamento e impacto no cidadão, estando dividida em quatro níveis distintos.

O policiamento de saturação foca-se no emprego de patrulhas especializadas e dirigidas a locais ou áreas (a título de exemplo as ZUS), que possuem elevados índices criminais e de desordem (Machado, 2011). O principal objetivo deste tipo de policiamento, deriva do próprio nome, pois saturar implica sobrecarregar uma zona com elementos

---

<sup>9</sup> Os NEOp presentes na Circular N. °14/2014- P do Comando Operacional da GNR, em 15 setembro de 2014. São divididos em quatro níveis distintos:

1º NEOp para um policiamento contínuo, sistemático e global, orientado para o cumprimento da missão geral da GNR;

2º NEOp Forças de Intervenção Rápida para um policiamento sistemático, orientado e de apoio ao 1º NEOp

3º NEOp forças de manutenção e restabelecimento da ordem pública;

4º NEOp elementos para operações especiais, com foco em missões de elevado risco, perigosidade e violência concertada.

policiais armados, com o intuito de criar uma “sensação de controle e domínio sobre o território, criando mal-estar entre os delinquentes” (Lousa, 2006, pp. 28 e 29).

Assim, recorrendo a operações de trânsito, controlando as entradas e saídas dessas zonas, fiscalizando repetidamente estabelecimentos referenciados, “o objetivo final é o de tornar menos encorajador a prática de crimes ou incivildades graves nestes locais, reduzindo a oportunidade para o cometimento de crimes” (Leitão, 2001, p. 7), obtendo assim bons resultados a curto prazo numa ZUS, após a ocorrência de um ilícito criminal ou uma desordem.

## **2.6. Tolerância zero**

O último modelo de policiamento designa-se por Tolerância zero e assenta num tipo de intervenção policial rígido e rigoroso, onde o profissionalismo e a aplicação absoluta da lei sobrepõem-se à pedagogia, à condolência ou compreensão dos problemas de âmbito social que atingem uma determinada comunidade.

Baseia-se em três ideias. A primeira pretende “evitar um ambiente quebrado e negligente que se possa tornar num ambiente fértil para o crime e a desordem” (Bratton, et al, 1998, p.3), ou seja, o princípio de prevenir os elementos antissociais de desenvolverem o sentimento de que não há controle e evidenciando consequências relativamente a alguns dos seus atos (Felizardo, 2012).

Este modelo passa uma forte mensagem na medida em que realça a importância do civismo, da ordem na sociedade, salientando aqui o papel das policias na manutenção dessa mesma ordem (Felizardo, 2012). A ideia da tolerância zero aproxima-se de um tipo de policiamento que não procura a causa do problema, mas sim a sua resolução Brunet (2007).

Para William Bratton<sup>10</sup>, precursor neste modelo de policiamento, os três objetivos fundamentais são: primeiro, evitar que os desenvolvimentos de situações de conduta antissociais adquiram relevo; segundo, não deixar escalar as ofensas e infrações menos gravosas; por último, através dessas ações preventivas, reduzir a pequena criminalidade (exemplo, atos de vandalismo, grafitis e pequenos ilícitos), ou seja, construir um ambiente pouco propício para os criminosos (Lousa, 2006).

---

<sup>10</sup> Comissário da Polícia de Nova Iorque (New York Police Department).

Os dois modelos últimos modelos de policiamento (saturação e a tolerância zero), são muito semelhantes em termos conceptuais. Mas existe uma clara distinção, por um lado a aplicação de táticas policiais baseadas na saturação vai contribuir para uma visibilidade, e passa uma imagem dissuasora da força policial, que não necessita de recorrer ao uso da força nem intervir de forma rígida.

Por outro lado, se aplicado de forma incorreta e regularmente no tempo, o modelo da tolerância zero pode pôr em risco a legitimidade social da polícia. Por um lado, obtém-se no imediato a diminuição dos índices criminais e da melhoria da segurança percebida. Por outro lado, “o nível de satisfação com o trabalho policial, a qualidade do serviço prestado, o relacionamento e a proximidade com as comunidades diminui, o que, a médio e longo prazo pode complicar a ação policial, trazendo de volta os níveis de insegurança e criminalidade anteriores” (Lousa, 2006, p. 29).

## **2.7. Prevenção da criminalidade**

A prevenção da criminalidade, segundo os princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) é definida como sendo “todas as ações, medidas e estratégias que visam reduzir os riscos de infração e os efeitos prejudiciais que estes podem ter nas pessoas e sobre a sociedade, aumentando o sentimento de insegurança e fomentando ações que o causam.”

No campo da prevenção, esta última também pode ser alcançada através de um bom policiamento. Por conseguinte, a prevenção integra a agenda de trabalho da GNR, com o objetivo de garantir segurança e proteção aos cidadãos que polícia. Mas, este trabalho de prevenção não passa só pelas policia, exige uma intervenção do Estado e o trabalho de diversas instituições e entidades locais, que são importantes atores nesta temática.

Podemos dividir a prevenção criminal em dois campos: local e situacional. A primeira, aponta para uma intervenção coletiva, através de atividades organizadas com o envolvimento da comunidade, por forma a consciencializar a mesma a abolir de práticas de cariz antissocial e criminal. A segunda, tem o objetivo de reduzir as oportunidades de ocorrência de crimes, passando por ações que diminuam a obtenção de lucro do mesmo. Outro aspeto a considerar na prevenção, de acordo com Felizardo (2012), são os programas de ressocialização que, passando pela reintegração de pessoas que tenham sido condenadas pela autoria de crimes, têm o intuito de evitar a reincidência na prática de crimes através da prevenção da recaída.

Para além de tudo mais, este tipo de prevenção poder ser aplicada no sentido de se conhecer as pessoas que frequentam o bairro, assim, através da informação que possamos recolher a respeito de determinados indivíduos contribui-se para controlar as ações no caso de terem relevância para os casos em concreto (Felizardo, 2012).

## **2.8. Delinquência juvenil**

Sendo os jovens os mais propícios a desenvolverem comportamentos desviantes, que num curto espaço temporal pode evoluir para ilícitos criminais, é necessário intervir para evitar estes comportamentos. A GNR, através do programa especial Escola Segura<sup>11</sup>, atua neste domínio. Sendo necessário um trabalho de várias entidades e instituições para ter a máxima eficácia na vida destes jovens.

De um modo genérico, classificamos o comportamento desviante como transgressão de uma norma social. Essa transgressão pode ser única ou praticada continuamente, mas importa evitá-la, porque, “o indivíduo que adota de modo prolongado uma conduta desviante tende a ser, ou torna-se um marginal” (Cusson, 2006, p.14). Segundo Welsh e Farrington (2007), a curva da criminalidade aponta para um pico de delinquência na adolescência, voltando a descer no fim da mesma. Torna-se então evidente a importância a dedicar à delinquência juvenil.

Sabendo que os pais têm um papel fundamental numa fase inicial da formação da personalidade das crianças e jovens, a intervenção dos pais tendo em vista a redução do recrutamento destes para um modo de vida criminoso, é muitas vezes insuficiente, devido às influências negativas do meio social em que o jovem se encontra inserido (Machado, 2011).

Problemas económicos, sociais, familiares e principalmente o meio envolvente contribui para o “lançamento” destes jovens em comportamentos delinquentes. Segundo Machado (2011) contribuindo para se tornarem consumidores regulares de droga, dedicarem-se ao pequeno tráfico, passando por crimes de outra índole como o furto de residências, os roubos e outros crimes violentos. Para Wallace (1998, p.139) “a juventude tem uma atitude de indiferença em relação à vida, incluindo a sua própria vida, já para não falar na falta de respeito pela propriedade alheia”.

---

<sup>11</sup> Levado a cabo pelas Secções de Prevenção Criminal e Policiamento comunitário.

## 2.9. Reabilitação e construção do espaço urbano

As ZUS são descritas como desorganizadas, construídas de forma ilegal, degradadas, ligadas à falta de salubridade, à má qualidade de construção e arquitetura, atributos que desqualificam a área em redor. Conforme refere Lousa (2006, pp. 7-8), o “realojamento no mesmo local de indivíduos provenientes de bairros degradados distintos e rivais”; a localização destes novos bairros em áreas recônditas, de difícil acesso e sem qualquer tipo de serviços, são o espelho de más políticas de realojamento e urbanismo em Portugal, não erradicam o problema apenas mudam a sua localização.

Aliado a isto, Fernandes (1998, p. 165) aponta para um “urbanismo mal-adaptado ou inexistente, bairros sem espaços verdes, falta de infraestruturas desportivas, ruas estreitas, falta de iluminação, escolas e creches”. Certamente, estes problemas de índole urbanística e securitária poderiam ser colmatados através de cooperação, e consulta entre as várias entidades responsáveis pela urbanização e a própria Guarda.

A Implementação do *Crime prevention through environmental design* (CPTED)<sup>12</sup>, tem recebido alguma resistência ou tem sido negligenciada em Portugal, sendo de referir, a título de exemplo, que os cursos de arquitetura não abordarem este tema (Batista, 2015). Esta lacuna excluiu, efetivamente, uma nova forma de prevenção através do CPTED. Se a prevenção situacional assenta no facto de se fazer aumentar os riscos de se cometer um crime, já a prevenção ao nível local do crime pretende que todas as alterações sejam feitas com o intuito de se modificar as condições existentes que concorram para a prática de crimes.

O CPTED assenta em quatro princípios: vigilância natural, controlo natural de acessos, reforço territorial e manutenção e gestão. O primeiro, aponta para a ideia de que os delinquentes não gostam de ser observados, pois a observação aumenta a sensação de risco ao cometer o ilícito (DGAI, 2013). O segundo, é um princípio que “se baseia na disposição de elementos naturais como arbustos ou vegetação semelhante, bem como estruturas físicas (...) que dão indicações às pessoas relativamente à legitimidade da sua permanência num determinado espaço” (DGAI, 2013). O terceiro, relacionado com a territorialidade, destaca o reforço de propriedade do espaço e um controlo facilitado desse espaço pelos seus legítimos utilizadores, ou seja, “normalmente, as pessoas protegem o espaço que apreendem

---

<sup>12</sup> CPTED em inglês *Crime prevention through environmental design*, Prevenção do crime através do espaço construído. Foi criado nos E.UA pelo criminologista *Charles Ray Jeffery* é definida como uma abordagem multidisciplinar para a redução da criminalidade através do desenho urbano e ambiental e da gestão e utilização de ambientes construídos.

como seu e respeitam as fronteiras” (DGAI, 2013, p. 3). Por fim, a manutenção e gestão relaciona-se com o “sentimento de pertença ou apropriação e zelo que os utilizadores demonstram na sua relação com o espaço, como por exemplo, a forma como os moradores de um bairro residencial cuidam dos espaços comuns” (DGAI, 2013, p. 3). Sendo que derivado da diminuição do crime e aliado a uma boa iluminação podemos alcançar uma melhoria da imagem de um bairro e também poderá aumentar o “community pride optimism and coesion” dos moradores (Welsh & Farrington, 2007, p.210).

Porém, esta abordagem sofreu algumas críticas por parte dos criminologistas, e não foi bem aceite pela comunidade científica. O CPTED, na sua 2ª geração, apontou para a importância da interação social, numa ótica de coesão social que alarga a intervenção deste programa ao contexto social específico de uma comunidade, e ainda passando pelas potencialidades de um determinado território, além de reduzir oportunidades para a ocorrência de comportamentos ilícitos, compreende também os aspetos positivos e negativos de um território, de modo a promover os comportamentos desejados (Atlas, 2008).

## **2.10. Contratos Locais de Segurança**

Os Contratos Locais de Segurança (CLS) surgiram em França nos anos de 1991 e 1992, na sequência da reforma da Polícia Nacional Francesa e mudança das políticas de segurança, tendo sido este país o precursor dos CLS (Ferreira, 2015).

Em Portugal, esta ideia surge consagrada do Programa do XVII Governo Constitucional, que teve o objetivo de garantir as condições de segurança da população e comunidades, através da implementação de políticas com o objetivo de tornar o Policiamento mais eficaz e visível, sustentado na proximidade, de modo a reforçar o sentimento de segurança, envolvendo diversos atores como as autarquias, o Gabinete Coordenador de Segurança e os organismos locais de segurança (Conselho de Ministros, 2005).

Os CLS constituem uma nova forma de prevenção criminal. Surgindo estes no “aprofundamento dos programas de proximidade e como resposta a muitos dos problemas e fenómenos que não têm uma natureza securitária, mas sim, uma dimensão social, consequência da desestruturação dos mecanismos de controlo social e a muitos outros que não são do foro policial” (Araújo, 2010, p. 111).

O Diagnóstico Local de Segurança (DLS) serve para averiguar a necessidade de implementação de um CLS, materializado através do “Manual de Diagnósticos Locais de

Segurança” da Direção Geral Administração Interna (DGAI)<sup>13</sup>, desenvolve esta ferramenta de prevenção. Enquanto ferramenta de prevenção da criminalidade, este manual destaca o recurso a equipas multidisciplinares, que analisam os problemas de determinadas zonas urbanas em diferentes aspetos, em quatro fases:

Na Fase 1, procede-se à análise e estudo de todos os problemas e incividades existentes na área, define-se o perfil das vítimas e pessoas vulneráveis a ataques, bem como os fatores inerentes a estes ataques.

Na Fase 2, procura-se aprofundar mais os problemas levantados na fase anterior, sobre alguns assuntos específicos, e ainda recolher mais alguma informação pertinente para a resolução do problema.

Na Fase 3, após o levantamento efetuado através do estudo e depois de serem conhecidos os resultados do mesmo, procura-se elencar as prioridades de atuação. Hierarquizando os problemas em que vai incidir de forma mais urgente neste programa, pois não se consegue dar resposta em simultâneo a todos os problemas.

Por último a Fase 4, correspondendo à materialização do DLS e respetiva implementação, implica a execução de uma consultoria, onde existe uma troca de impressões de todos os colaboradores do programa, sendo discutidos os aspetos fortes e menos fortes e, consequentemente, divulgados os seus resultados.

Assim, de acordo com Ferreira (2015, p. 9), os “CLS conseguem reunir sob a mesma égide todos os elementos essenciais para fazer face aos problemas, no domínio da segurança de uma comunidade, através da participação tanto de instituições e de pessoas, além das FS, na prossecução da identificação e na possível prevenção de comportamentos antissociais é essencial para o bem comum da segurança de uma comunidade”.

## **2.11. Caracterização das zonas em estudo**

### **2.11.1. Aspetos socioeconómicos**

Os principais indicadores sociais e económicos (conforme subcapítulo 1.2) relevantes para o estudo destas zonas são os seguintes: baixos níveis de escolaridade; taxa de desemprego alta; construções de barracas, imóveis degradados, sem segurança ou

---

<sup>13</sup> Este instrumento veio facilitar a tarefa de preparação dos diagnósticos locais, ajudando a compreender os problemas das comunidades no que concerne à sua segurança, objetiva e subjetiva, e de encontrar as soluções que mais facilmente respondam às necessidades identificadas (Ministério da Administração Interna, 2011, p. 8)

condições de higiene, com deficiente ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública; arquitetura dos bairros, arruamentos degradados e espaços públicos vandalizados. Relativamente a estes indicadores, o estudo destes para estas ZUS provém de um estudo efetuado pela Divisão de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal de Almada com base no Censos de 2011, tendo em consideração que estes dados não dizem respeito apenas as ZUS em estudo, mas sim a toda a freguesia em que se inserem.

No que respeita ao primeiro indicador, sobre o baixo nível de escolaridade destas zonas. As freguesias da Caparica e Trafaria são as que têm o nível mais baixo de instrução da população (ver figura n.º 14, anexo D), as freguesias da Caparica e Trafaria têm as percentagens mais reduzidas do concelho em termos de população com nível de instrução secundário ou superior e sendo também as que têm a percentagem mais alta de população nem qualquer nível de instrução, refletindo-se negativamente nos restantes níveis de instrução. Por outro lado, no caso da freguesia da Costa da Caparica encontra-se com números mais próximos das freguesias com nível de instrução mais elevado. Conforme Machado (2011) o nível de instrução académico é baixo devido ao elevado insucesso escolar, já na freguesia da Costa da Caparica encontra-se na média do concelho.

A taxa de analfabetismo para ambos os sexos ultrapassa a média do concelho (3,27%) nas freguesias da Trafaria (5,04%) e Caparica (5,21%), enquanto a Costa da Caparica (2,66%) fica um pouco abaixo da média do concelho. Relevante é notar que para a população feminina estes valores são significativamente agravados para cerca do dobro (tabela n.º 1, anexo E). Também no que diz respeito à taxa de emprego (tabela n.º 2, anexo F), no ano de 2011 as freguesias da Caparica e Trafaria apresentavam os valores mais elevados do concelho, 18,37% e 20,27%, respetivamente; a freguesia da Costa da Caparica, com uma taxa de 13,91% estava ligeiramente abaixo da média do concelho (14,33%). Considerando o diferencial entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, verificam-se valores ligeiramente mais baixos para as mulheres.

No que toca ao estado de conservação dos edifícios, (tabela n.º 3, anexo G), é nas freguesias da Trafaria e Costa da Caparica que se encontram mais edifícios muito degradados ou a carecer de grandes reparações, enquanto a freguesia da Caparica não se distancia significativamente dos números médios para o concelho.

De salientar que o aglomerado das ZUS das Terras do Lelo Martins e Bairro do 2º Torrão, respetivamente na Costa da Caparica e Trafaria, (quadro n.º 15 em apêndice A) têm

origem clandestina, sendo o habitat caracterizado por barracas ou autoconstrução precária (figura n.º 1 e 2 em apêndice B e C), sem ordenamento o mínimo ordenamento urbanístico (figura n.º 3 e 4 em apêndice D e E). Relevante é notar que há mais de 20 anos já Fernandes (1998) via nestas zonas um urbanismo quase inexistente, sem espaços verdes, falta de infraestruturas desportivas, ruas estreitas, falta de iluminação, escolas e creches.

Os bairros situados na freguesia de Caparica (Bairro Branco, Bairro Amarelo e Bairro asilo 28 de maio) têm tipologias e historiais diferentes, sendo constituídos por edifícios em altura, construídos entre os anos 70 e 90, no âmbito de programas específicos de alojamento social para populações carenciadas.

Nos bairros em observação existem, pois, condições adversas ao bem-estar social, com sinais bem visíveis nas más condições habitacionais e na vandalização de espaços públicos, marcados por incivildades, pintura de grafites, destruição de equipamentos e outros, que se ilustram nas figuras, 11, 12 e 13 (Apêndices L, M e N). Não se trata apenas de uma questão de paisagem, pois como refere Ferreira (2000, p. 54) “algumas incivildades atingem tal gravidade que, em determinadas situações, podem provocar nas pessoas um medo superior aos próprios crimes”.

### **2.11.2. Evolução da criminalidade**

As três zonas em estudo, além das carências em termos da qualidade de vida dos residentes, somam características adversas à atividade policial que Lousa (2006) assinala e que nesta investigação podemos observar e ilustrar com as imagens que se apresentam em apêndice. A título de exemplo, os telhados são de acesso fácil (figura n.º 5 em apêndice F), possibilitando a fuga e ocultação, protegida pela construção de acessos e muros, favorável a emboscadas, num ambiente 3D (figura n.º 6 em apêndice G) que constitui um fator de risco associado para a intervenção policial. Na ZUS do Monte de Caparica, o Bairro Branco é o exemplo desta caracterização de ambiente potenciador de risco, pelo tipo de construção (figura n.º 7 e 8 em apêndices H e I). Já no Bairro Asilo 28 de maio, os telhados são um local propenso ao arremesso de objetos e perigo para a força policial (figura n.º 9 em apêndice J). Por outro lado, o Bairro do 2º Torrão, bem como o das Terras do Lelo Martins, são uma espécie de labirinto, só se acedendo às entradas e saídas do bairro percorrendo os dois ou três arruamentos que passam pelo interior do bairro, numa malha urbana desordenada (figura n.º 10 em apêndice K).

As características acima mencionadas são especialmente relevantes, dado que os crimes de resistência, coação e desobediência são as tipologias de ação que impedem – ou tentam impedir – a ação policial (quadro n.º 15, apêndice A). O arremesso de pedras e outros objetos, a resistência e hostilidade e até emboscadas à GNR constituem modalidades de atuação. Ocorrem ainda ajuntamentos contra as patrulhas, o furto de armamento, o confronto em grupo, protestos em caso de detenção, além da manifesta desconfiança face à presença da GNR, tipologias comportamentais que dificultam a ação policial. Nestes contextos, as forças policíacas são recebidas com atitudes de hostilidade e vingança, o que para Gouveia (2006) é revelador de sentimentos de pertença coletiva que têm em comum as condições de degradação social em que vivem, que os separa de uma sociedade injusta, da qual a polícia constitui o símbolo mais visível.

Quanto à tipologia de crimes praticados nestas zonas, passamos a caracterizar os mais relevantes em termos da evolução no tempo e no âmbito territorial em que estas zonas se inserem. Assim, é de referir que, desde 2012, a criminalidade violenta e grave tem vindo a diminuir no distrito de Setúbal, em consonância com o resto do país, apesar de uma ligeira subida de 3 % em 2019 (RASI, 2019). Em 2019, 34,6 % da criminalidade violenta e grave do Distrito de Setúbal, ocorreu na ZA do CTer de Setúbal, e 14,3 % ocorreu na ZA do Destacamento Territorial de Almada (RASI, 2019).

Os dados fornecidos pelo Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal (NAIIC) do CTer de Setúbal (ver quadro n.º 36 em anexo A), mostram que nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) se observou uma tendência crescente da criminalidade violenta e grave, no CTer Setúbal, no DTer Almada e nos postos da Costa e da Trafaria, estes dois postos correspondem, na sua soma, a mais de metade da criminalidade violenta e grave do DTer Almada. Só no ano de 2020, de salientar que no Posto da Trafaria a subida foi de 44 %, enquanto no Posto da Costa da Caparica a tendência foi inversa, com uma descida de 32 % (ver quadro n.º 36 em anexo A).

No campo da criminalidade grupal, ainda com base nos dados fornecidos pelo NAIIC, verificamos que no período em análise não houve grandes oscilações e em 2020, o DTer de Almada representou 24,6 % da criminalidade grupal registada em todo o CTer de Setúbal (ver quadro n.º 37 em anexo B).

Na delinquência juvenil, relacionado os mesmo fatores e período temporal já referido pelos dados fornecidos pelo NAIIC, nota-se um aumento generalizado de 2018 para 2019,

em todos os níveis, e uma queda nos números bastante acentuada de 2019 para 2020<sup>14</sup> (ver tabela n.º 38 em anexo C). Este tipo de problema está muito associado com a “teorias dos vidros partidos”, onde o sentimento de impunidade, quando não combatido, é um fator para a evolução destes jovens no mundo do crime, a Freguesia da Caparica e Trafaria que alberga a ZUS do Monte de Caparica e Trafaria, nos anos de 2019 e 2020, teve uma representação de quase metade dos números do DTer de Almada.

### **2.11.3. Projetos de Policiamento e prevenção da GNR**

No âmbito de projetos<sup>15</sup> piloto de policiamento e prevenção, no DTer de Almada implantaram-se nos últimos anos vários projetos pioneiros do tipo Policiamento Orientado para Problema (POP) com algum Policiamento Orientado pelas Informações, de modo a combater a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança, sendo depois elaborado os respetivos relatórios de análise e tratamento dos resultados.

Cruzando os resultados e conceito destes projetos com a literatura existente, destaca-se que no primeiro projeto (ver quadro n.º 16 em apêndice O) é possível encontrar a sua relevância num artigo científico de criminologia, publicado na revista *American Society of Criminology*, em 2017, elaborado por vários autores<sup>16</sup>, com título: *Can Hot Spots Policing Reduce Crime in Urban Areas? An agent based simulation*. Este estudo vertia sobre o crime de roubo na via pública, num modelo de POP para dissuadir e reduzir a oportunidade da prática deste crime. O Policiamento nos *Hot Spots* teve resultados não só ao nível de prevenção local, mas alastrando-se para toda a área urbana envolvente. Os resultados deste estudo, em consonância com estudos anteriores, provam de facto que este tipo de estratégia tem impacto em grandes áreas, podendo ser implementado em grandes bairros como os resultados deste estudo comprovam (WeisBurd et al. 2017). Construindo assim com provas oriundas de dados científicos, um modelo com eficácia no controlo do crime, como foi feito neste projeto pioneiro para redução do crime de roubo nesta área, e deste modo alocando os recursos policiais de forma eficiente e eficaz.

---

<sup>14</sup> Poderá estar relacionado com a pandemia Covid-19.

<sup>15</sup> Informação retirada dos relatórios finais dos respetivos projetos, não se encontrando os mesmos em anexo devido à proteção de identidade dos militares envolvidos, bem como de reserva de dados criminais que lá se encontram, nomeadamente de identificação de processos-crime.

<sup>16</sup> David Weisburd do Departamento de criminologia, Direito e Sociedade da Universidade de George Mason; Anthony A. Braga do Instituto de criminologia da Universidade Hebraica de Jerusalém; Elizabeth R. Groff da Escola de criminologia e Justiça da Universidade de Northeastern; Alese Wooditch do Departamento de criminologia e Justiça da Universidade do Templo.

Analisando agora os resultados e conceito do segundo e terceiro projetos (ver quadro n.º 17 e 18 em apêndices P e Q), estes têm elevada importância conforme o artigo científico de Manuel Boucher, em 2014, na revista *Pensamento Plural*, intitulado *Police de rue, habitants des quartiers populaires et usage de la force. Analyse d'un processus de défiance réciproque*. Sobre a relação das Polícias Francesas e a comunidade residente em bairros sociais ou, numa perspetiva em que o uso da força, nestes bairros sensíveis, por vezes, problemáticos promovem uma tensão e relação de desconfiança mútua entre a polícia e o cidadão. Nestes bairros problemáticos as estratégias e modelos de policiamento usados pelas polícias em França, refletem também os problemas das Forças de Segurança nas ZUS, onde uma estratégia apenas repressiva e musculada só agrava os problemas e a tensão na relação com a comunidade. A importância deste projeto, vai ao encontro de três argumentos segundo Boucher (2014):

- Intervir de maneira repressiva quando assim se tornar necessário, mas favorecer o patrulhamento apeado para a recolha de informações úteis, e ocupação de pontos de encontro, visibilidade e dissuasão, e ainda restabelecer relações com a população não hostil;
- Reforçar a imagem do polícia comum, para a polícia de intervenção/ choque não ser “banalizada” se usada muitas vezes, pois desgasta essas forças mais musculadas, e deixa as patrulhas comuns e a população inseguras pois não tem o equipamento destas forças para atuar quando a norma é apenas usar intervenções musculadas;
- Um policiamento apoiado nas informações aumenta as relações de respeito mútuo em vez de afastar a polícia da população, pois esta comunidade vê a polícia como solucionadora de problemas, ao tentar dar respostas diferentes.

### **CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS**

A investigação científica consiste num “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação” (Marie Fortin, 2009, p.17). Neste TIA, as questões para as quais se busca resposta organizam-se numa Pergunta de Partida (PP) e cinco Perguntas Derivadas (PD):

PP: De que forma é que a GNR pode contribuir para o sentimento de segurança nas Zonas Urbanas Sensíveis?

Com o objetivo de operacionalizar a PP e responder à mesma, foram concebidas as seguintes PD:

PD1: Quais são os principais problemas de segurança nas ZUS?

PD2: Que tipo de medidas podem ser implementadas a fim de mitigar os problemas identificados?

PD3: Qual o modelo de policiamento empregue nestas áreas pela GNR?

PD4: Como é (auto) percecionada a atuação da GNR nas ZUS?

PD5: Qual o contributo da GNR para a redução da criminalidade violenta e grave nas ZUS?

Seguidamente, apresenta-se o percurso metodológico subjacente à investigação, com a descrição do desenho da pesquisa e modelo de análise, os métodos e tipo de abordagem, as técnicas de recolha, análise e tratamento de dados e ainda a caracterização do contexto de observação.

### **3.1 Desenho de investigação**

O desenho de investigação funciona como um plano lógico que é elaborado e depois utilizado pelo investigador de modo a obter respostas às questões de investigação (Fortin, 2009). Sendo este presente TIA dividido em várias etapas por forma a obter esse plano lógico.

Assim, a primeira etapa do plano foi a elaboração e definição da Pergunta de Partida (PP), partindo depois para a etapa da exploração, que consistiu na pesquisa bibliográfica e na realização de entrevistas exploratórias a peritos nas temáticas em análise. A confluência das leituras e entrevistas exploratórias auxiliaram na constituição da problemática de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013).

A terceira etapa centrou-se na definição da problemática, explanada nos Capítulos 1, 2 e 3 deste TIA, onde se dá conta da “abordagem ou a perspetiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.89).

A quarta etapa, respeitante à construção do modelo de análise, constitui o “prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.150). Dito de outro modo, trata-se da “linguagem” e das “formas” que “habilitam a conduzir o trabalho sistemático de recolha e análise de dados de observação que deve seguir-se” (Quivy e Campenhoudt, 2013, p.150)

Na quinta etapa, a observação consistiu essencialmente na recolha de informações para se responder à pergunta de partida, através do denominado trabalho de campo. Da observação produz-se um leque de dados recolhidos, que de seguida são analisados na sexta etapa, correspondente à análise das informações (Capítulo 4). De acordo com Quivy e Campenhoudt, (2013, p.211), “o primeiro objetivo desta fase de análise das informações é, portanto, a verificação empírica”.

Por fim, a última etapa, materializa-se com a elaboração das conclusões finais da investigação. Nesta etapa, podemos segmentá-la em três partes: primeiramente uma retrospectiva dos traços gerais do procedimento que foi seguido; depois uma exposição pormenorizada de quais os contributos para o conhecimento originados pelo trabalho e, por último, considerações de ordem prática e propostas futuras (Quivy e Campenhoudt, 2013).

Tendo em conta os objetivos e as questões de investigação, em que se trata de compreender como pode a GNR contribuir para o sentimento de segurança nas Zonas Urbanas Sensíveis, optou-se por desenvolver um estudo de múltiplos casos, em três ZUS do concelho de Almada. Esta ferramenta de investigação científica é utilizada para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares (Yin, 2016). Tal supõe uma caracterização aprofundada dos casos em estudo, para melhor se compreenderem os contextos de ação, tal como ficou exposto no capítulo 2.11.

Entre o estudo de caso único e o múltiplo, para Yin (2016) a maioria dos estudos de caso múltiplos são, manifestamente, mais fortes do que os estudos de caso único, pois basta tentar aplicar dois estudos de caso que é mais enriquecedor do que apenas um. O importante no método do Estudo de caso é o trabalho de campo que é entendido como o “processo de procurar o conhecimento através de vários outros procedimentos (...) procura

no conjunto da informação sobre o presente e o passado, contextualizar as relações sociais” (Silva & Pinto, 2009, p. 149). Deste modo, o capítulo 4 concretiza este trabalho.

### **3.2. Métodos e técnicas de recolha e tratamento de dados**

Em adequação aos objetivos e questões de investigação, adotou-se uma abordagem qualitativa e um método dedutivo que, de acordo com Marie Fortin (2009, p.32), é a mais adequada quando o investigador “está preocupado com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno”, “ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los”.

Sendo a presente investigação caracterizada por uma abordagem do tipo qualitativa, utilizou-se como instrumentos de recolha de dados, a análise documental, a realização de entrevistas e a observação direta conduzida nos terrenos em análise. Primeiramente, procedeu-se à análise documental, com base numa ampla variedade de bibliografia, tais como livros, artigos, diplomas legais, relatórios e teses, consultados através de bibliotecas e plataformas digitais online. De referir ainda o recurso a documentos institucionais, designadamente da GNR e do MAI.

No seguimento de realização da análise documental, iniciou-se o trabalho de campo, baseando-se este, fundamentalmente, na realização treze entrevistas semiestruturadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.195), a entrevista consiste “num encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obter informações a respeito de determinado assunto” e que o seu principal objetivo é “a obtenção de informações do entrevistado, sobre um determinado assunto ou problema”. A opção por realizar entrevistas, derivou dos objetivos visados e designadamente da necessidade de aprofundar o conhecimento e compreensão dos fenómenos ligados à temática das Zonas Urbanas Sensíveis, sendo esta temática sensível e complexa por natureza pois abrange vários conceitos.

A aplicação dos inquéritos por entrevista aconteceu nos meses de janeiro e fevereiro de 2021. É sabido que “a questão mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” e que “o guião seja construído em função dos objetivos que decorrem da problematização” (Isabel Guerra, 2006, p.53). Os guiões das entrevistas foram construídos tendo em atenção o correto alinhamento<sup>17</sup> entre as questões dos guiões e

---

<sup>17</sup> Cf. Apêndice R

as perguntas de investigação, que por sua vez derivam dos objetivos da investigação (geral e específicos).

As entrevistas foram realizadas presencialmente, via email e por videoconferência. Previamente, os entrevistados foram contactados, sendo-lhes enviada uma carta de apresentação, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando o seu consentimento à realização da entrevista. Com autorização dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas com o intuito de tratamento do seu conteúdo numa fase posterior (Sarmento, 2013).

A análise de conteúdo “consiste em efetuar a categorização dos dados brutos da entrevista, que passam a dados organizados e com sentido bem estabelecido” (Sarmento, 2013, p.53). Para este processo no presente TIA, foi utilizado o processo de análise proposto por Isabel Guerra (2006), seguindo estas cinco fases: transcrição; leitura; construção das sinopses das entrevistas; análise descritiva e análise interpretativa.

Numa primeira fase, procedeu-se à transcrição das entrevistas, posteriormente a leituras das mesmas. Com o recurso ao software de análise de inquéritos por entrevista NVIVO, elabora-se uma leitura e síntese de análise das temáticas e das problemáticas identificadas. Depois da leitura, e recorrendo ao software NVIVO seguiu-se a construção das sinopses (Cf. Apêndice V) das entrevistas, onde estas apresentam as “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial das entrevistas” (Guerra, 2006, p.73).

Na fase da análise descritiva, procedeu-se à categorização das questões dos vários guiões, seguida de uma subcategorização das respostas às mesmas, de modo a caracterizar e evidenciar as informações contidas em cada categoria.

Por fim, a análise interpretativa representa a última fase do processo. Nesta fase identificam-se as ideias-chaves das respostas dos entrevistados, estabelecendo-se uma relação entre as mesmas. Pretende-se desta forma interpretar os resultados obtidos, “cruzando a diversidade das informações que até então foram analisadas parcelarmente por sujeitos ou temas” (Guerra, 2006, p.84). Contrapondo as subcategorias das respostas de cada entrevistado, é possível salientar os elementos-chave que se recolhem da fase empírica da investigação.

### **3.3. Caracterização do contexto de observação**

Conforme salienta Isabel Guerra (2006), alguns autores não aconselham a adoção do termo “amostra” na abordagem qualitativa, na medida em que se está longe do conceito de

amostra probabilística, próprio das abordagens quantitativas. Por conseguinte, utiliza-se o termo amostra, apenas no sentido não probabilístico.

A população alvo da presente investigação é constituída por militares da GNR e por atores locais do Município de Almada, com atividades e responsabilidades relacionadas com as áreas em estudo. A seleção dos participantes baseou-se assim em dois segmentos (Militares da GNR e atores locais), sendo que dentro destes segmentos se considerou a diversidade das funções desempenhadas, refletida na elaboração do guião de entrevista. Deste modo, os guiões das entrevistas são similares quando se equacionam questões de âmbito transversal e diferenciam-se quando tratam de assuntos muito específicos que só a um grupo digam respeito.

O primeiro segmento de entrevistados é constituído por militares da GNR, que dividimos em dois grupos, de acordo com o tipo de funções e intervenção nos designados Níveis de Emprego Operacional (NEOp). Os NEOp estabelecem uma organização das diversas valências da GNR por patamares de atuação, consoante a sua capacidade de resposta, preparação técnica e tática e equipamento utilizado (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014a). Nestes termos, foram selecionados militares das categorias de Oficiais, Sargentos e Guardas, por desempenharem funções no 1º, 2º e 3º NEOp. Um primeiro grupo é assim constituído 3 militares do 3º NEOp (2 oficiais e um sargento) um oficial do 2º NEOp e um oficial do 1ºNEOp. Para o segundo grupo, composto por um oficial, um sargento e um cabo todos desempenhados funções no 1º NEOp. Nestes dois grupos foram realizadas oito entrevistas.

A escolha do primeiro grupo e segundo, reside no facto de o município de Almada, onde se centra o estudo caso, pertencer ao Comando Territorial de Setúbal, mais propriamente à zona de ação do DTer de Almada e DTer de Intervenção de Setúbal, e ainda pelo Grupo de Intervenção e Ordem Pública (GIOP) da Unidade de Intervenção (UI), desenvolver várias ações específicas em conjunto com o Comando de Setúbal nestas ZUS em Almada. Desta forma, proporcionou-se ao investigador uma maior proximidade na recolha de informação, assim como uma observação mais aprofundada das realidades policiais das Subunidades referidas.

O segundo segmento de entrevistados é constituído pelos atores e entidades locais, sendo composto por cinco entrevistados. A escolha destes entrevistados decorre da cooperação que desenvolvem com a GNR e da experiência que lhes advém da

responsabilidade que assumem em diversas áreas, no município de Almada, relacionadas com os territórios em causa, as comunidades residentes nestes locais e seus problemas.

Com esta estruturação da amostragem, foi possível alcançar os critérios da diversidade e saturação, que segundo Isabel Guerra (2006) devem ser usados para escolher o tipo e número de entrevistados. Isto porque na “pesquisa qualitativa procura-se diversidade e não homogeneidade”, sendo que a “diversidade externa identifica a diversidade de atores/situações no contexto societal”, usada quando a “finalidade teórica da investigação é fornecer um retrato global de uma questão, ou contrastar um largo acervo de casos variados” (Guerra, 2006, p.40, 41). No presente caso, foi alcançada a diversidade externa com o envolvimento dos vários atores que intervêm no contexto das ZUS. Quanto ao critério da saturação, define-se “como um fenómeno pelo qual, depois de um certo número de entrevistas, o investigador (...) tem noção de nada recolher de novo quanto ao objeto de pesquisa” (Guerra, 2006, p.42). Deste modo, com o leque de treze de entrevistas, adquiriu-se a quantidade de informação necessária.

## **CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1. Enquadramento estudos de caso**

As três ZUS<sup>18</sup> que compõem os estudos de caso localizam-se na periferia do município de Almada, distrito de Setúbal. O Bairro Amarelo, Bairro Branco e Asilo 28 de maio, situam-se no Monte de Caparica; o Bairro do 2º Torrão, localizado na Trafaria; e por fim, as Terras do Lelo Martins, na Costa da Caparica, o enquadramento destas ZUS encontra no quadro n.º 15 (apêndice A).

### **4.2. Caracterização dos entrevistados**

De acordo com o referido no capítulo anterior, realizaram-se 13 entrevistas semiestruturadas, a militares da GNR e a atores locais com experiência e responsabilidades no âmbito das áreas em estudo.

---

<sup>18</sup> Sendo que as ZUS do Monte de Caparica e o Bairro do 2º Torrão, pertencem à União das freguesias da Caparica e Trafaria, são da ZA do Posto territorial da Trafaria e a ZUS Terras do Lelo Martins inserida na ZA do Posto da Costa da Caparica, pertencente à Freguesia da Costa da Caparica.

**Quadro n. °1 - Entrevistados Militares da GNR**

	Militares da GNR							Entrevista		
	Idade	Tempo de serviço (Anos)	Género	Habilitações	Posto/Cargo	Subunidade	Função	Local	Data	Duração
<b>E1</b>	41	18	M	Doutoramento	Tenente-Coronel	GIOP	Cmdt. GIOP	UI	25/1/2021	25 min
<b>E2</b>	43	18	M	Mestrado	Tenente-Coronel	CTer Setúbal	Chefe da SOTRP	Setúbal	25/1/2021	40 min
<b>E3</b>	31	8	M	Mestrado	Capitão	GIOP	Cmdt. 2º COMP	UI	2/2/2021	26 min
<b>E4</b>	32	8	M	Mestrado	Capitão	DI Setúbal	Cmdt. DI	Almada	26/1/2021	28 min
<b>E5</b>	43	22	M	12º ano	Sargento-Ajudante	GIOP	Cmdt. Pel.	UI	25/1/2021	23 min
<b>E6</b>	31	8	M	Mestrado	Capitão	DTer Almada	Cmdt. DTer	Almada	12/2/2021	24 min
<b>E7</b>	49	27	M	12ºano	SChefe	Posto Trafaria	Antigo Cmdt. Posto	Almada	26/1/2021	20 min
<b>E8</b>	51	29 anos	M	12º ano	Cabo	DTer Almada	Chefe da SPC PC	Almada	27/1/2021	26 min

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n. °2 - Entrevistados atores locais**

	Atores locais				Entrevista		
	Idade	Género	Habilitações	Funções	Local	Data	Duração
<b>E9</b>	61	M	Licenciatura	Presidente Junta de freguesia Costa da Caparica	Almada	26/1/2021	35 min
<b>E10</b>	54	F	Licenciatura	Presidente União de freguesias Caparica e Trafaria	Almada	17/2/2021	32 min
<b>E11</b>	53	F	Licenciatura	Diretora Técnica do Centro Comunitário Pia 2	Almada	20/2/2021	40 min
<b>E12</b>	54	M	2º ano	Presidente Associação Moradores 2º Torrão	Almada	28/1/2021	40 min
<b>E13</b>	52	F	Licenciatura	Presidente Câmara Municipal de Almada	Almada	27/2/2021	NA

**Fonte: Elaboração própria**

De acordo com os critérios de seleção, os entrevistados da GNR dividem-se em dois grupos (Quadro n.º 1). O grupo I é constituído por militares a desempenhar funções de comando, no âmbito do 2º e 3º NEOp, e em funções de articulação e planeamento de operações entre estes NEOp, no Comando de Setúbal (E1, E2, E3, E4 e E5). Além das questões transversais colocadas a todos os intervenientes, a este grupo colocaram-se duas questões específicas (relacionadas com o emprego do 2º e 3º NEOp e as necessidades de articulação e coordenação para o emprego eficaz do 3º NEOp nas zonas em estudo).

O grupo II é composto por elementos que têm (ou tiveram) responsabilidades diretas nas zonas em estudo, designadamente o comandante (Cmdt) do DTer de Almada (E6), antigo Cmdt do Posto da Trafaria (E7) e chefe da Secção de Policiamento Comunitário e Prevenção Criminal do DTer de Almada (E8). O guião de entrevista deste grupo é semelhante ao anterior, com exceção das duas questões já referidas.

Quanto aos entrevistados atores locais (Quadro n.º 2), incluem os presidentes das juntas de freguesia a que pertencem as ZUS, a diretora do centro comunitário com ação social na área (Monte de Caparica), o representante de associação de moradores numa dessas zonas<sup>19</sup> e a presidente da Câmara Municipal de Almada. Os primeiros entrevistados deste grupo (E9, E10, E11 e E12) respondem ao mesmo guião. Dado o nível de responsabilidade da presidente do Município de Almada, o guião, colocou-se questões sobre temáticas da segurança, intervenção da GNR, criminalidade, políticas de realojamento, reabilitação urbana e contratos locais de segurança.

### 4.3. Análise e discussão das entrevistas

#### 4.3.1. Situações em que são empregues o 2º e 3º NEOp

Quadro n.º 3 - Situações em que são empregues o 2º e 3º NEOp

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6 /NA	E7 /NA	E8 /NA	E9 /NA	E10 /NA	E11 /NA	E12 /NA	E13 /NA	
<b>2ºNEOp reforço e apoio a patrulhas, e patrulhamento das ZUS</b>	x	x	x	x	x	/	/	/	/	/	/	/	/	5/5

<sup>19</sup> Salientar que nas restantes ZUS em estudo, não existia um representante/associação por parte dos moradores (Terras do Lelo Martins, Asilo 28 de maio e bairro branco), e também não foi obtida resposta por parte do movimento dos moradores do bairro amarelo.

3ºNEOp em resposta a problemas mais graves	x	x	x	x	x										5/5
3ºNEOp patrulhamento através das FIR	x	x	x	x	x										5/5
Gestão dos NEOp	x				x										2/5
3ºNEOp por ser mais célere				x											1/5

Fonte: Elaboração própria

O questionamento sobre as situações concretas em que são empregues o 2º e 3º NEOp, procurou identificar quais os pontos com maior nível de concordância/discordância entre os cinco entrevistados que responderam a essa questão.

No que respeita ao nível de concordância há unanimidade em considerar que o 2º NEOp é empregue no reforço e apoio a patrulhas e no patrulhamento das ZUS. Segundo E1, executa um “patrulhamento diário, rotineiro, onde seja mais provável prestar apoio às patrulhas nas ocorrências”; E4 reforça esta vertente de apoio referindo a “atuação em equipa no patrulhamento das ZUS. Verifica-se, no conjunto das respostas, que os entrevistados prezam um emprego criterioso do 2ºNEOp, dentro das suas principais missões.

Igualmente unânime é que o emprego do 3ºNEOp se aplica na resposta a problemas mais graves “em que o 1º e 2ºNEOp não tenham capacidade” (E2), só então, “se a situação piorar, o 3ºNEOp é chamado para restabelecer a ordem pública” (E4), quando e onde “pelo tipo de crime ou número de crimes, se justifica um patrulhamento mais intensivo com equipamento, armamento, manobras de patrulhamento diferenciadas, dos restantes NEOP” (E5). Nota-se então a convergência do emprego do 2º e 3º NEOp na conformidade das normas em vigor da circular n.º 14/2014-P.

A última subcategoria referida por unanimidade diz respeito ao emprego do 3ºNEOp no patrulhamento através das Forças de Intervenção Rápida (FIR), o que aponta para o patrulhamento preventivo e de visibilidade, em reforço dos comandos territoriais com mais necessidades. Tal como salientado por E1, trata-se do emprego “em zonas mais sensíveis, consoante as necessidades do comando territorial, em que “as forças do 3ºNEOp podem ser empregues numa lógica de complementaridade, de eficiente gestão dos meios, como o patrulhamento de ZUS” (E3).

Expressamente, a ênfase da importância da Gestão dos NEOp foi apontada por dois entrevistados. Como refere E5, “Acima de tudo é necessário gerir os NEOp por forma

a respeitar as normas de emprego operacional”. No mesmo sentido, E1 considera “muito importante a gestão dos três NEOp”, adiantando que “muitas vezes, por falta de meios e recursos, este conceito acaba por ser deturpado (...) isto tem consequências no impacto no cidadão, na credibilidade dos projetos”.

Por fim, um entrevistado (E4) menciona o emprego do 3ºNEOp por ser mais célere, pois “consoante a localização do 2ºNeop, é necessário por vezes recorrer ao 3ºNeop para intervir de forma célere nestas zonas” (E4). Ou seja, a escassez de recursos pode fazer com que o 2ºNEOp seja empenhado em outras situações e perante uma ocorrência seja necessário empenhar a FIR do 3ºNEOp, não exatamente pela gravidade das situações, mas pela falta de recursos do nível inferior.

#### 4.3.2. Necessidades para o empenho eficaz do 3ºNEOp

Quadro n.º 4 - Necessidades para o empenho eficaz do 3ºNEOp

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6/ NA	E7/ NA	E8/ NA	E9/ NA	E1 0/N A	E11/ NA	E1 2/N A	E13 / NA	
<b>Planeamento conjunto, partindo dos destacamentos as necessidades</b>	x	x	x	x	x									5/5
Não desgastar o 3º NEOp			x	x	x									3/5
Garantir o impacto diferenciado e elemento surpresa	x		x	x										3/5
Intervenções mais musculadas e saturação do local	x			x	x									3/5

Fonte: Elaboração própria

Convidando os entrevistados a refletir sobre eventuais necessidades de articulação e coordenação, entre a Unidade Intervenção e o Comando Territorial de Setúbal, para garantir o empenho eficaz do 3º NEOP, obtém-se total acordo na valorização do Planeamento conjunto, partindo as necessidades dos Destacamentos. Conforme esclarece E1, “quem deve fazer a avaliação das necessidades é o comando Territorial, através do feedback dos destacamentos e postos territoriais”. Também E2 adianta que “Os destacamentos é que fazem os pedidos das necessidades, planeando com base na análise de informação e da

criminalidade, indicando os dias e horários dos patrulhamentos”. De salientar então que a coordenação entre a UI e o CTer Setúbal, advém de um planeamento com base na análise das informações e das necessidades dos postos e locais mais sensíveis, assumindo um carácter flexível e ajustado as situações do terreno.

As restantes três subcategorias não são mencionadas por unanimidade. A necessidade de “Não desgastar o 3º NEOp”, foi apontada por E3, E4 e E5. E3 justifica que o emprego deve ser de “modo a não perder a imagem associada ao 3ºNeop” e E4 expressa que “o grande problema é o desgaste o 2º e 3ºNEOp”, sendo necessário “separar e distinguir” (E5). Portanto, existe uma preocupação com o desgaste e imagem do 3ºNEOp, pois está relacionado com a eficácia do impacto nas intervenções mais musculadas e o efeito dissuasor.

A subcategoria “garantir o impacto diferenciado e elemento surpresa”, foi apontada por E1, E3 e E4 e descreve mais uma preocupação a preservar aquando se empenha o 3ºNEOp. Para E1 trata-se de “manter o impacto diferenciado e o elemento surpresa”, “de modo a não perder a imagem e impacto associado ao 3ºNeop” (E3); caso contrário, “as pessoas (...) habituam-se, e o fardamento e equipamento diferenciado (...), ao fim de uma semana esta imagem desvanece” (E4)

Ainda relacionada com a preocupação em não comprometer a imagem e eficácia do 3º NEOp, identifica-se a subcategoria as “intervenções mais musculadas e saturação do local” referida por E1, E4 e E5. E1, refere então o emprego da força para “solicitação planeada, ou inopinada aquando de situações que carecem de uma intervenção mais musculada”. E4 menciona “um patrulhamento mais intensivo com equipamento, armamento, manobras de patrulhamento diferenciadas”. E, alertando para os riscos associados ao empenhamento excessivo, E4 considera que “o problema de serem empenhados num policiamento de saturação na mesma zona de forma consecutiva, é que as pessoas deixem de olhar para aquela força da mesma forma”.

As visões expressas pelos cinco entrevistados com funções de comando, articulação e planeamento no âmbito do 2º e 3º NEOp estão sintonizadas com o que se apurou na revisão de literatura. Designadamente para Boucher (2014), a polícia de intervenção/ choque não deve ser “banalizada”, pois o recurso excessivo desgasta as forças mais musculadas e deixa as patrulhas comuns e a população inseguras, pois não têm o equipamento destas forças para atuar quando a norma é usar intervenções musculadas.

### 4.3.3. Problemas existentes nas Zonas Urbanas Sensíveis

Quadro n.º 5 - Problemas existentes nas Zonas Urbanas Sensíveis

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
<b>Aglomeração de problemas sociais e económicos</b>	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	<b>12/13</b>
<b>Criminalidade</b>	x		x		x	x	x	x		x	x	x		<b>9/13</b>
Delinquência juvenil				x		x		x		x	x	x		6/13
Falta de integração social	X	x	x		x		x			x	X			7/13
Localização e construção das ZUS		x							x	x	x	x		5/13
Famílias destruídas				x	x			x		x			x	5/13

Fonte: Elaboração própria

Para compreender a perceção dos problemas existentes nas ZUS, colocaram-se as mesmas questões aos 13 entrevistados. Quase todos (12/13) consideram que os territórios em causa são afetados por uma “Aglomeração de problemas sociais e económicos”, problemas de “integração social” (6/13), “famílias desestruturadas”, a própria “localização e construção das ZUS (5/13), sendo as questões de segurança o segundo tipo de problemas mais mencionados, com a “Criminalidade” (9/13) e a “Delinquência juvenil” (6/12).

Na subcategoria mais destacada, “Aglomeração de problemas sociais e económicos”, sobressaem as alusões aos fenómenos de pobreza, referindo E11 que “existe uma forte presença de população com carências económicas e sociais nesta zona”. E3, refere “a pobreza, escolaridade reduzida, desemprego”. Por sua vez, E13 considera que “é importante ressaltar que estes problemas não são inerentes aos indivíduos, mas sim à sua situação de pobreza – isto é, os problemas advêm da condição social dos indivíduos, são determinados por ela e não por fatores individuais.”

Na subcategoria “Criminalidade”, apontada por E1, E3, E5, E6, E7, E8, E10, E11 e E12, surgem referências a comportamentos de “resistência à autoridade” (E3), dinâmicas que em “grupo” se tornam “ameaça” (E5), também um certo sentimento “de impunidade” relativo aos comportamentos dos mais jovens (E8). Menciona-se “o nível elevado de criminalidade” (E7), “em especial violenta e grave” (E10), cometida por “uma parte de indivíduos à margem da lei, que vivem do crime” como refere E1.

Na subcategoria “Falta de integração social”, apontado por E1, E2, E3, E5, E7, E10, e E11 destacam-se fenómenos relacionados com a difícil inclusão social, especialmente de alguns grupos étnicos. Assim, menciona-se a “falta de integração (...) na sociedade” (E1) e “no mercado de trabalho (E7); a “concentração de grupos étnicos sem o correto apoio e integração por parte das entidades” (E3), contribuindo para que “em particular alguns grupos étnicos que não se integram totalmente” (E11). O modo como se efetuaram ao longo de décadas os programas de reinserção social são aqui apontados como problemáticos (E11), bem como os fenómenos de estigmatização que impede sobre os residentes e a que a Comunicação Social tende a dar destaque (E11).

A subcategoria “Delinquência juvenil”, constou nas respostas de E4, E6, E8, E10, E11 e E12. Para E10, “a questão mais preocupante é a dos jovens, pois os pais estando a trabalhar grande parte do dia, estes estando desocupados, passam muito tempo na rua, acabando o ambiente envolvente por os influenciar”. Estes jovens, pelos efeitos do enquadramento, estão mais propensos a cometer incivildades pois, como refere E8, “o facto de eles serem menores aumenta o sentimento de impunidade”.

Na subcategoria “Localização e construção das ZUS”, estão compiladas as referências à inserção em zonas periféricas, má qualidade habitacional e urbanística, apontadas por E2, E9, E10, E11 e E12. Sendo as más condições referidas por 5 entrevistados, E12 relaciona expressamente a envolvente espacial com as questões de segurança, ao considerar que “a arquitetura, a iluminação e a conservação dos espaços, criam oportunidades para a ocorrência de delitos (...), com falta de iluminação pública, limpeza e conservação dos locais (vegetação, grafitis, degradação), criam-se condições favoráveis à delinquência (...)”.

Por último, a subcategoria “Famílias destruídas”, surge em E4, E5, E8, E10 e E13, e está intimamente ligado com a problemática dos jovens, pois como refere E4 “os jovens que não têm um farol, devido a famílias destruídas”, e este fator, associado ao meio ambiente das ZUS, surge como motor para um possível caminho de delinquência dos jovens.

Em suma, no modo como os entrevistados apreendem os problemas existentes nas ZUS, encontramos ligação ao que releva de outras investigações abordadas na revisão da literatura. O ciclo da pobreza e outras vulnerabilidades sociais potenciam a segregação de algumas minorias étnicas (Guia & Pedroso, 2016). E, os fenómenos de pobreza, exclusão, segregação e estigmatização, presentes nas ZUS, são potenciadores de criminalidade e marginalidade (Soares & Lúcio, 2021).

#### 4.3.4. Problemas de segurança nas ZUS

Quadro n.º 6 - Problemas de segurança nas ZUS

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
<b>Crimes violentos e graves</b>		x	x		x	x	x	x	x	x	x		x	<b>9/13</b>
<b>Sentimento de impunidade</b>	x		x	x		x				x		x		<b>6/13</b>
Dificuldade de intervenção policial	x		x	x	x					x				5/13
Movimento pendular dos autores dos ilícitos	x	x						x				x		4/13
Sentimento de grupo	x	x									x			3/13
O estigma que se cria destas zonas										x		x	x	3/13

Fonte: Elaboração própria

Abordamos agora, expressamente, o nível de concordância/divergência sobre os problemas de segurança nas ZUS. A existência de “Crimes violentos e graves” foi a subcategoria que obteve maior consenso (9/13).

Trata-se de um leque de tipologias criminais que os entrevistados exemplificam como sendo “Roubos em estabelecimentos, roubos na via pública, com e sem esticção, tráfico de estupefacientes” (E6), “agressões entre grupos, consumo de estupefacientes” e “posse de armas proibidas, é uma população que anda fortemente armada” (E11). O que se traduz em índices de criminalidade elevados nestas zonas ou por residentes destas.

O “sentimento de impunidade” (referido por E1, E3, E4, E6, E10 e E11) é atribuído a indivíduos que vivem à margem da lei ou cometem pequenos delitos. De acordo com E4 “a impunidade é grande, pois sabem [que] se forem detidos pela prática de crimes, se não tiverem um registo criminal preenchido, acabam por voltar rapidamente ao bairro e a continuar na vida de marginalidade e crime”. A consequência do precedente, segundo E7, é a “possibilidade de evolução para ilícitos de maior gravidade”.

Na subcategoria da “dificuldade de intervenção policial”, referenciada por E1, E3, E4, E5 e E10, inserem-se situações de desobediência à autoridade. Segundo E1, a “dificuldade de comunicação e intervenção da Guarda nestas áreas” surge em “situações de intervenção por parte da força policial, a situação fica mais tensa e pode gerar conflito”, de acordo com E2. Segundo E5, a hostilidade manifesta-se na resistência, no desafio à autoridade representada pelas forças de segurança.

A subcategoria “movimento pendular dos autores dos ilícitos”, surge mencionada por E1, E2, E8 e E11. A designação representa a prática de crimes fora das ZUS e o regresso à mesma, por ser a sua área de residência. Para E1 nas “ZUS acontece o fenómeno de os indivíduos ligados ao crime, praticarem-no fora destas zonas, e depois utilizarem as mesmas como gueto e refúgio”. Segundo E2, os “autores praticam este tipo de criminalidade nas áreas circundantes” às ZUS.

O “sentimento de grupo” surge como subcategoria referenciada por E1, E2 e E11, e relaciona-se com a subcategoria “dificuldade de intervenção policial”. E2 admite que “o espírito de grupo seja o fator preponderante” para elevar a tensão face a intervenções policiais, visto que alguns indivíduos “querem ser os “reis” da zona impondo a sua própria lei” (E1). Outro fator negativo é que o ajuntamento de grupos, pois estes “importunam as pessoas e criam mau ambiente” (E11) nas ZUS.

A última subcategoria reporta ao “estigma que se cria destas zonas”, assinalado por E10, E12 e E13. Para E12, o estigma “prejudica bastante estas zonas” e segundo E11, os OCS são o grande motor para a estigmatização destas áreas, pois grande parte da população não é criminosa, é apenas uma minoria.

Nesta categoria podemos considerar que se verifica uma harmonização entre os resultados obtidos e o que se apurou através revisão da literatura, pois é apontado no RASI (2016) que estas zonas estão associadas a crimes de tráfico de droga, ao comércio ilícito de armas, furto e roubo, criminalidade grupal. Conforme descreve Gouveia (2006), nas ZUS notam-se ainda comportamentos de hostilidade, vingança e resistência contra as Polícias, atitudes que derivam, muitas vezes, do sentimento de pertença a um coletivo que se sente marginalizado.

#### 4.3.5. Resposta da GNR aos problemas de segurança

Quadro n.º 7 - Resposta da GNR aos problemas de segurança

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
<b>É adequada</b>	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	<b>12/13</b>
<b>Prevenção através da dissuasão e visibilidade</b>	x			x	x	x	x						x	<b>6/13</b>

Através de operações de combate a estes problemas			x		x	x			x					4/13
Insuficiente									x		x	x		3/13

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à perceção sobre a resposta da GNR aos problemas de segurança, há um consenso quase absoluto (12/13) em considerar que “é adequada”. Em articulação com a boa resposta aos problemas de segurança, quase todos os entrevistados mencionam a adequação das ações face a dificuldades de efetivos e meios, referindo E6 que, “como todos os OPC, atualmente, temos as nossas limitações em termos de recursos humanos e meios materiais”. Também por parte dos atores locais, E10 (Presidente da Junta de Freguesia da Caparica e Trafaria) testemunha que “a GNR está atenta e faz o melhor que pode” sendo o Posto da Trafaria “precário com falta de meios e efetivos, com uma área de atuação muito vasta, dificulta um pouco a qualidade da resposta ao cidadão”. A época balnear também surge como um fator de dificuldade acrescida para a GNR, pois segundo E9 “a falta de efetivo acaba por ser um problema para a resolução de alguns problemas”.

A “prevenção através da dissuasão e visibilidade” foi a segunda subcategoria, apontada por E1, E4, E5, E6, E7 e E13. E1 realça que a GNR “evita intervir, privilegiando a dissuasão e prevenção dos problemas” e no mesmo sentido E6 adianta que “apesar destas dificuldades, tentamos dar resposta através do policiamento preventivo”.

A referência à subcategoria “através de operações de combate a estes problemas”, é elencada por E3, E5, E6 e E9. A GNR desenvolve estas operações, “quando existe algum fenómeno criminal que surge, e que se torna necessário fazer face ao mesmo” (E6), a título de exemplo, como destaca E3 no “combate ao tráfico de estupefacientes e criminalidade violenta e grave”.

Por último, três entrevistados consideram que a resposta da GNR aos problemas de segurança é “insuficiente”. Para E9 é “necessária uma maior visibilidade desta Força de Segurança” em particular no verão; E11 destaca que “a perceção dos moradores é pouco positiva, pois a expectativa das pessoas sobre a atuação policial não corresponde ao serviço prestado”, no mesmo sentido, E12 considera necessário mais “visibilidade e interação com a comunidade por parte da GNR”, mas considera que ultimamente tem existido “uma maior aproximação através (...) das SPC PC”.

### 4.3.6. Problemas na relação entre a GNR e a população das ZUS

Quadro n.º 8 - Problemas na relação entre a GNR e a população das ZUS

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
Desobediência, resistência e hostilidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		12/13
Não existe muita tensão com a maioria da população	x	x				x		x	x	x		x	x	8/13
O sentimento de grupo			x	x				x		x				4/13
Gestão de conflitos				x			x					x	x	4/13
Excesso de uso da força										x	x	x		3/13
Falta de confiança na GNR											x			1/13

Fonte: Elaboração própria

Na sequência da questão anterior, visa-se agora identificar os problemas existentes na relação entre a Guarda e a população residente nas ZUS. A subcategorias com maior aderência foram “desobediência, resistência e hostilidade” (12/13) e “não existe muita tensão com a maioria da população” (8/13). De forma algo paradoxal, alguns entrevistados mencionam estas duas subcategorias.

A subcategoria apontada por quase todos os entrevistados, foi a “desobediência, resistência e hostilidade”, pois como resume E3, a “resistência generalizada da população constitui um problema à intervenção da Guarda, e a qualidade do serviço policial, transversal a todos os NEOp”. E6 refere a “postura de afronta às ordens legítimas emanadas pelos militares” (E6), salientando E7 que a hostilidade se concretiza em “agressões aos militares, arremesso de pedras e garrafas contra as viaturas e militares”.

A segunda subcategoria com maior consenso foi “não existe muita tensão com a maioria da população”, apontada por E1, E2, E6, E8, E9, E10, E12, E13. Ilustrando esse pensamento, E6 testemunha que “ao contrário da opinião pública, a grande maioria das pessoas residentes nas ZUS procuram a Guarda e gostam da nossa presença, temos inclusive um bom feedback nesse sentido”. A mesma opinião manifesta E13: “embora seja muito mediatizada uma perceção mútua de insegurança, que pode gerar situações de tensão e conflito, não creio que em Almada haja situações de rutura na comunicação entre as forças da ordem e as populações.”

O “sentimento de grupo” que se encontra nestas zonas já havia sido identificado a outros propósitos, e enquanto problema na relação com a GNR surge agora apontado por E3, E4, E8 e E10. E4 resume esse sentimento do seguinte modo: “aquando de uma intervenção da GNR numa ZUS, o bairro esquece as rivalidades para contra um inimigo comum que é a Força de Segurança”.

Na subcategoria “gestão de conflitos”, elencada por E4, E7, E12 e E13, surge a necessidade de diálogo. Para E7 a gestão de conflitos é necessária pois “quando existe uma intervenção da Guarda nestes locais, estas pessoas ficam mais agressivas e hostis”. E E4 refere que “a possibilidade de existir sempre filmagens da atuação dos militares aponta para a uma maior capacidade de gestão do conflito”.

O “excesso de uso da força” surge enunciada por E10, E11 e E12, sendo identificado por vezes como fator que afeta a relação entre a autoridade e os moradores. Para E10 quando a tónica da Guarda “intervêm nesta zona é só de forma mais musculada o que quebra alguma confiança”. Também E11 considera que “por vezes a intervenção desproporcional da GNR, e o excesso de força quando a situação já estava controlada, e a forte presença de elementos de intervenção geram mais violência e hostilidade.”

Por fim, a “falta de confiança na GNR” surge como subcategoria isolada, apenas mencionada por E12. Para este entrevistado, “a falta de confiança da população na GNR” manifesta-se entre os moradores que “desacreditam na própria força de segurança, por não responder às situações quando são solicitadas.”

As perceções levantadas nas entrevistas estão de acordo com os dados dos sucessivos RASI, que apontam para a existência de comportamentos violentos e hostis contra as Forças de Segurança. Outra questão aqui enunciada diz respeito ao excesso de uso da força e gestão dos conflitos, de forma a evitar o que Boucher (2014) considera ser um círculo vicioso de violência, quando existe uma demonstração ou uso de força excessiva provocando do outro lado mais hostilidade e revolta.

#### 4.3.7. Grupos específicos com relações mais tensas com a GNR

Quadro n.º 9 - Grupos específicos com relações mais tensas com a GNR

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
Não se trata de grupos étnicos ou raciais	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	11/13

<b>Uma parte que se dedica ao crime e marginalidade</b>	x	x		x		x			x	x	x			<b>7/13</b>
Sim, com algumas minorias							x	x						2/13

Fonte: Elaboração própria

Atendendo às tensões existentes entre a GNR e as comunidades residentes, é importante salientar que para a quase a totalidade dos entrevistados (11/13) “não se trata de grupos étnicos ou raciais”, mas sim de “uma parte que se dedica ao crime e marginalidade” (7/13).

A primeira subcategoria “não se trata de grupos étnicos ou raciais”, obteve quase total concordância, apenas E7 e E8 não referiram. Considera-se então que grupos étnicos ou raciais, por si só, não constituem fator de tensão, conforme ilustra E6, “em particular não existem raças, etnias, que sejam mais problemáticas, em todas elas existem pessoas que trabalham e que respeitam”. A tensão surge então em torno de “uma parte que se dedica ao crime e marginalidade”, elencado por E1, E2, E4, E5, E6, E9, E10 e E11. Assim, segundo E10 “aqueles que se dedicam aos comportamentos desviantes é que, por vezes, aquando da presença ou intervenção da GNR, tornam-se (...) hostis pela razão da atividade ilícita que desempenham. E para E5 são “um conjunto de indivíduos que se dedicam ao crime, onde não querem a presença da Guarda, e demonstram alguma agressividade na relação com esta”.

Por último, a subcategoria “sim, algumas minorias” foi apontada por E7 e E8, atribuindo ao fator étnico e racial maior probabilidade de causar “mais tensão e provocação” (E8) “especialmente no bairro do 2º Torrão” (E7).

Por um lado, cruzando os resultados com a revisão de literatura, podemos verificar concordância com a investigação de Felizardo (2012), assinalando que as práticas de alguns grupos de indivíduos que tornam mais inseguro o bairro não deve ser generalizado à comunidade. Mas, por outro lado, o facto de alguns entrevistados apontarem para a questão racial e étnica, sugere a existência de preconceitos que, de acordo Raposo et al (2019) servem como ferramenta básica de “suspeição”, constituindo uma espécie de racial *profiling*, associando determinada raça à ilegalidade e ao crime. No mesmo sentido, Guia e Pedroso (2016) referem que a criminalidade, por estar altamente associada às ZUS, onde se congregam pessoas de etnias estrangeiras, torna estas zonas mais propícias a atrair a atenção da polícia do que noutros locais.

#### 4.3.8. Modelos de Policiamento que se aplicam nas ZUS

Quadro n.º 10 - Modelos de Policiamento que se aplicam nas ZUS

Subcategorias	Entrevistados													Total	
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9 /NA	E10 /NA	E11 /NA	E12 /NA	E13 /NA		
Varia entre o Policiamento de Proximidade e Interventivo	x	x	x	x	x	x		x							7/8
Tolerância zero e Saturação	x	x		x	x		x	x							6/8
Policiamento de Proximidade	x	x	x	x			x	x							6/8
Policiamento Orientado para o Problema						x	x								2/8

Fonte: Elaboração própria

O questionamento sobre os modelos de policiamento aplicados nas ZUS foi feito exclusivamente aos entrevistados da GNR. A quase totalidade (7/8) dos militares adianta que o modelo empregue “varia entre o Policiamento de Proximidade e Interventivo”, seguindo-se com igual consenso a “Tolerância zero” (6/8) e o “Policiamento de Proximidade” (6/8).

A ideia de que nas ZUS em estudo o policiamento “varia entre o Policiamento de Proximidade e Interventivo” subscreve a variação entre dois principais modelos (proximidade e interventivo), significando, segundo E1, “um equilíbrio entre estes dois, em que um não faz sentido sem o outro, devendo existir sempre os dois em simultâneo, e consoante as situações um mais destacado que o outro”. A alternância, como explícita E2, “varia e adapta-se consoante os NEOp a empregar e a situação em si”.

A “tolerância zero e saturação” surge como outra subcategoria bastante mencionada por E1, E2, E4, E5, E7 e E8. Estes dois modelos estão mais afetos ao 2º e 3ºNEOp, e são importantes pois, consoante a zona “é necessário ter outro tipo de policiamento (saturação, tolerância zero)” (E2), sendo que a abordagem “por parte do 3ºNeop, deveria ser apenas o de tolerância zero” (E5).

Outra subcategoria com nível de concordância igual é o “policiamento de proximidade”, pois nas ZUS este tem obrigatoriamente de existir e fica reservado para o 1ºNEOp, tal como referido por E1, E2, E3, E4, E7 e E8. Este modelo é crucial, implicando para E7 “uma presença assídua da Guarda nestes locais, através do Policiamento de

Proximidade para recolher informações, contribuindo assim para maior visibilidade nas ZUS”. Já E2 refere que o policiamento de proximidade é necessário, pois a “resolução da maioria dos problemas parte do diálogo”, complementando E4 que “através das SPC PC, [em] algumas zonas consegue-se fazer muito policiamento de proximidade e comunitário”.

A última subcategoria, o “Policiamento Orientado para o Problema” (POP), foi apontada por E6 e E7, respetivamente o Cmdt DTer Almada e o antigo Cmdt Posto Trafaria, ambos com uma vasta experiência no policiamento destas ZUS. Para E6, este “modelo já implementado outrora tinha o objetivo de criar visibilidade e obter uma forte presença policial nas ZUS, e através desta presença policial procurar dissuadir ações ilícitas (...) foram constituídas equipas para intervir reactivamente e proactivamente nestas ZUS indo ao encontro de problemas previamente identificados”.

Verificando os resultados e cruzando com a revisão de literatura podemos verificar sintonia com Alves (2015), quando esta autor advoga o necessário equilíbrio entre o modelo interventivo e de proximidade. Este equilíbrio, segundo Machado (2011), passa por combinar uma atuação integrada entre as vertentes de policiamento de proximidade, de intervenção, de investigação criminal e de informação policial, com o objetivo da prevenção da criminalidade e conseqüente melhoria do sentimento de segurança da população.

#### 4.3.9. Mudanças a implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS

Quadro n.º 11 - Mudanças a implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
Projetos de proximidade envolvendo a comunidade		x			x			x	x		x	x	x	7/13
Mais visibilidade e presença da GNR	x	x	x							x	x	x		6/13
Arquitetura, construção e preservação dos espaços		x				x	x			x	x		x	6/13
Acabar com o estigma destas zonas	x	x					x							3/13
Posto policial						x				x	x			3/13

Combater o sentimento de impunidade	x							x			x			3/13
Cooperação com as entidades locais	x					x							x	3/13
Modelos de policiamento adequados				x							x			2/13

Fonte: Elaboração própria

Para o levantamento das mudanças a implementar em ordem a melhorar o sentimento de segurança nas ZUS, questionaram-se de novo todos os entrevistados, obtendo-se uma maior dispersão das respostas. Entre as mais referidas, destacam-se três subcategorias: “projetos de proximidade envolvendo a comunidade” (7/13), “garantir mais visibilidade e presença da GNR” (6/13) e intervenções ao nível da “arquitetura, construção e preservação dos espaços”.

Na subcategoria “projetos de proximidade envolvendo a comunidade”, apontada por E2, E5, E8, E9, E11, E12 e E13, salienta-se a necessidade de envolver a comunidade e a GNR em projetos para aproximar as duas partes. Como refere E11, “mais Policiamento de proximidade envolvendo os moradores, os jovens, para desmistificar a imagem que a polícia é a má da fita, é preciso criar relações de confiança com a comunidade”. No mesmo âmbito, E12 reitera a necessidade de “mais ações conjuntas com a GNR para aproximar, educar e criar relações de confiança.”

A subcategoria “mais visibilidade e presença da GNR”, foi mencionada por cerca de metade dos entrevistados, E1, E2, E3, E10, E11 e E12. Como ilustra E3, a “presença e imagem contribui para a dissuasão da criminalidade nestas zonas”; E1 reforça ser importante que a presença “transmita uma imagem de permanência e de continuidade” e E11 defende também um “policiamento visível e presente, numa abordagem mais pedagógica e interativa com a população”.

Os entrevistados que defendem intervenções na “arquitetura, construção e preservação dos espaços” (E2, E6, E7, E10, E11 e E13) consideram que as características espaciais existentes dificultam a intervenção policial e afetam o sentimento de segurança das populações. E6 apresenta dois aspetos críticos do tipo de construções nas ZUS: no labirinto dos bairros clandestinos não é possível “uma patrulha efetuar patrulhamento apeado, de proximidade e abordagem a pessoas e viaturas (...)”; por sua vez, “no Monte de Caparica, zona mais urbanizada, mas constituída por muitas escadas, muitos vãos (...)” abundam “possíveis locais de esconderijo, suscetível a situações de arremesso de objetos dos pisos

superiores (telhados)”. Pelo antes exposto, E1 aponta para a “necessidade de se apostar na requalificação destas zonas” e E2 adianta ser necessário estimular a “própria responsabilização das pessoas para preservarem os locais”. A melhoria do espaço envolvente é referida por E11, com mais, “mais espaços de lazer, jardins, iluminação”. E “implementar, como já existe noutros locais, sistemas de videovigilância que funcionam não só como elemento preventivo, mas também no contributo para a investigação criminal, ao detetar os infratores de forma mais célere” conforme E6.

Outra subcategoria, “acabar com o estigma destas zonas”, foi mencionada por E1, E2 e E7. As palavras de E2 resumem a “necessidade de extinguir o estigma que as pessoas que residem nestes bairros são todas criminosas”.

A sugestão de criação de um “posto policial” localizado dentro ou nos arredores da ZUS, foi referida por E6, E10 e E11, como uma medida crucial para as pessoas residentes nas ZUS. Para E10, “um posto policial da GNR, no caso do Monte de Caparica (localizado nos arredores das ZUS), é importante para melhorar o sentimento de segurança da comunidade e para a eficácia da resposta nessas zonas”. Por sua vez, E11 complementa que a “existência de um posto policial perto destas ZUS podia ajudar, não por si por só (...), tem de incluir outras medidas (...) mas era um sinal de transmissão de segurança à população”.

A subcategoria “combater o sentimento de impunidade”, apontada por E1, E8 e E11, decorre da perceção de que o “incumprimento é bastante acentuado nos bairros” (E11), especialmente “entre os mais jovens” (E8), favorecendo a prática de ilícitos mais graves, pelo que E1 menciona a necessidade de ações constantes para “que os autores dos ilícitos fiquem demovidos de praticar crimes.”

A última subcategoria, “cooperação com as entidades locais”, é mencionada por E1, E6 e E13, por considerarem que “são esses atores que podem resolver estes problemas sociais que tanto contribuem para o sentimento de insegurança” (E1).

Os “modelos de policiamento adequados” foi uma subcategoria referida por E4 e E11. Segundo E4, a GNR tem de “ter a capacidade de trabalhar os vários modelos de policiamento consoante o historial do bairro e o seu estado atual”. Em concordância, E11 ilustra a conjugação de “um policiamento assertivo e musculado em situações concretas e noutras uma atuação mais pedagógica, ou seja, um misto entre as duas”.

Os resultados obtidos vão de encontro à revisão de literatura, pois para Felizardo (2012) o policiamento de proximidade tem efeitos na visibilidade operacional, através das várias formas de patrulhamento, na visibilidade social, de modo a aproximar as forças de segurança do cidadão. De acordo com Ornelas (2008) os projetos de proximidade, ao

envolverem a comunidade, têm o objetivo de consolidar o sentimento de pertença comunitário, valorizando a comunidade. Essa integração, contribuirá para o diluir o isolamento e reforçar a proteção e segurança, ao mesmo tempo que facilita a mudança de imagem das policias junto da comunidade.

Por último, é de salientar que a literatura aborda frequentemente a ligação entre as características espaciais e as questões de segurança nas ZUS, por exemplo Lousa (2006) salienta o facto de a construção dos edifícios ser de fraca qualidade, da arquitetura não propiciar o bem-estar social e dificultar a intervenção policial, aliado à questão dos espaços públicos lúdicos e de lazer serem parques ou inexistentes.

#### 4.3.10. Mitigação dos problemas nas ZUS, a criminalidade violenta e grave

Quadro n.º 12 - Mitigação dos problemas nas ZUS, a criminalidade violenta e grave

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
Trabalho em conjunto entre os vários atores e instituições	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	11/13
Sistema Judicial mais célere e eficaz			x	x	x		x					x		5/13
Combater o sentimento de impunidade			x	x		x					x	x		5/13
Trabalhar mais com os jovens					x					x	x	x		4/13
Mudança nas políticas de realojamento									x	x	x		x	4/13

Fonte: Elaboração própria

Para mitigar os problemas relacionados com a criminalidade violenta e grave, constatou-se que os entrevistadores acreditam mais no esforço colaborativo, ideia expressa na subcategoria “trabalho em conjunto entre os vários atores e instituições”, referida por 11 entrevistados. Como ilustra E2, “é preciso um trabalho com um conjunto alargado de atores, para melhorar as condições sociais, económicas e de segurança das ZUS.” Já E11 defende que a solução “passa por um trabalho conjunto dos vários atores locais, todas aquelas que têm competência nestes locais, juntarem-se e estabelecerem o que cada um pode fazer para mitigar estes problemas, onde o Estado tem de ser mais interventivo, e não delegar competências”. Outra vertente da cooperação, para E5 passa por “um trabalho de

reintegração dos autores dos delitos, para que não continuem a praticar os mesmos e sejam integrados na sociedade”.

Na subcategoria “Sistema Judicial mais célere e eficaz” (referida por E3, E4, E5, E7 e E12) defende-se, nas palavras de E7, “uma justiça mais célere nos processos, pois muitas vezes alguns jovens cometeram crimes graves, e só passados alguns anos, quando estes já estão integrados na sociedade, são julgados e condenados, e depois ao saírem da cadeia volta a mesma atividade”. Útil, considera E4, “seria que os Procuradores do MP acompanhassem as patrulhas da GNR nestas ZUS, para melhor compreensão do trabalho efetuado e da dificuldade do mesmo, quando existe o tal sentimento de impunidade associado a grande parte dos atores criminais nestas ZUS”.

A necessidade de “combater o sentimento de impunidade”, já referido a propósito de outras questões, volta aqui a ser mencionado por E3, E4, E6, E11 e E12. Para E4, o sentimento de impunidade “é o grande motor para a evolução da criminalidade violenta e grave nestas zonas”, e E6 refere que “não existindo uma boa presença policial abre-se assim uma janela de oportunidade para que estas situações aconteçam”. A experiência que os entrevistados manifestam vai ao encontro da “teoria dos vidros partidos”, segundo a qual não se pode deixar evoluir pequenos delitos, que conjugados com muita impunidade podem evoluir para problemas mais sérios.

A subcategoria “Trabalhar mais com os jovens”, relaciona-se com a destruturação das famílias e a delinquência juvenil, mencionado por E5, E10, E11 e E12. Segundo E5 “a questão fulcral é os jovens, e as famílias destruturadas”, sendo necessário “um maior apoio para impedir que estes evoluam no mundo da criminalidade”, pois como reforça E10 “muitas vezes não existe apoios e um fio condutor para estes não seguirem por maus caminhos.”

A “Mudança nas políticas de realojamento” é uma subcategoria referida por E9, E10, E11 e E13. Para os Presidentes das freguesias destas ZUS e Centro Comunitário as políticas de realojamento devem ser reequacionadas. E9 defende que “a habitação disseminada, no caso dos realojamentos, comunidade mais frágeis com comunidades menos frágeis, é uma política a seguir no futuro para não cometer os erros do passado, criando os tais “barris de pólvora”.

Os resultados explanados convergem com apurado na revisão da literatura existente. Por exemplo, Machado (2011) afirma que o caminho a seguir tem de ser de cooperação e integração entre a polícia e as várias entidades que trabalham com estes bairros. Também Oliveira (2000) refere que este tipo de problemas exige da polícia, de outros atores e

entidades privadas, um forte empenho em ações de cariz social/policial, muitas vezes numa ótica inovadora do ponto vista da natureza policial.

#### 4.3.11. Intervenção da GNR na redução da criminalidade violenta e grave

Quadro n.º 13 - Intervenção da GNR na redução da criminalidade violenta e grave

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
Dissuasão através da presença e visibilidade da GNR	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	12/13
Educar e sensibilizar a comunidade e os jovens			x		x			x		x	x	x	x	7/13
Proatividade policial		x	x	x		x	x				x			6/13
Contacto local de segurança										x		x		2/13

Fonte: Elaboração própria

Especificando agora o que pensam os entrevistados sobre a intervenção da GNR na redução da criminalidade violenta e grave, destacam as seguintes subcategorias: “dissuasão através da presença e visibilidade da GNR”, “proatividade policial” e “educar e sensibilizar a comunidade e os jovens”.

A “dissuasão através da presença e visibilidade da GNR” é referida por todos, com exceção de E8. Como exemplifica E6, a GNR tem de “ter a capacidade de colocar os meios humanos e materiais, conforme as situações, pois o fator da imagem da presença policial, é preponderante para dissuadir e reduzir alguma desta criminalidade violenta e grave”. Assim, para E2 a intervenção garante “uma presença mais forte, visível para demonstrar uma imagem de força e dissuasão.”

Na subcategoria “educar e sensibilizar a comunidade e os jovens”, referenciada por E3, E5, E8, E10, E11, E12 e E13, realça-se uma vez mais a importância do trabalho com os jovens. Para E12, importa “educar os jovens através de programas como estes, trabalhando mais com a escola segura da GNR”, o que implica, esclarece E3, “desmistificar a imagem que a Força policial está contra eles”, pois para E8, “este trabalho tem faltado”.

Na subcategoria “proatividade policial”, apontada por E2, E3, E4, E6, E7 e E11, figura um leque de atividades, como investigação e análise criminal ou policiamento orientado. Conforme E2 “através da análise da informação criminal, trabalhando no sentido

de tomar medidas policiais e efetuando operações para combater este fenómeno (...) uma boa análise de informações, que por um lado permita orientar o policiamento, e por outro, que forneça informações pertinentes no âmbito da investigação criminal”. Ou ainda “uma investigação criminal forte e proactiva de forma a baixar os índices de criminalidade” segundo E4.

Por fim, a última subcategoria “contacto local de segurança”, foi apontada por E10 e E12, na medida em que a “ligação através de um contacto local nas ZUS, representado pela associação de moradores”, permitira “um contacto próximo para a resolução de problema” segundo E12.

Reportando-nos à revisão de literatura, cumpre recordar que na perspetiva de Braga (2014) a eficácia do controlo do crime em *Hot spots*, como as ZUS, é suportada por duas perspetivas teóricas complementares: a da dissuasão e a da redução da oportunidade do crime, ambas obtidas através da presença e visibilidade da força policial. Como se verificou, são também estas duas perspetivas que merecem mais concordância entre os entrevistados.

#### 4.3.12. Cooperação entre a GNR e os atores/entidades locais

Quadro n.º 14 - Cooperação entre a GNR e os atores/entidades locais

Subcategorias	Entrevistados													Total
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	
É necessário mais cooperação e envolvimento	x		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	11/13
A cooperação é boa com todas as entidades		x			x	x	x	x	x	x		x	x	9/13
Melhorar a segurança dos espaços nas ZUS		x				x								2/13
Não existe											x			1/13

Fonte: Elaboração própria

Na visão sobre a cooperação entre a GNR e as entidades locais, duas foram as subcategorias que tiveram elevado nível de concordância: “é necessário mais cooperação e envolvimento” e “a cooperação é boa com todas as entidades”. A primeira foi realçada por quase todos os entrevistados (exceto E2 e E6), o que demonstra que existe um caminho a seguir no sentido de melhorar e aumentar a cooperação, tanto da parte da GNR, como dos atores locais. E7 exemplifica, referindo que a “Guarda poderia melhorar ao efetuar protocolos com as associações ou representantes destes bairros, de modo a educar os jovens, com programas, eventos e torneios”.

A subcategoria “a cooperação é boa com todas as entidades”, surge em E2, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E12 e E13, que consideram a cooperação como positiva. Para E2 “todas as subunidades têm boas relações com os municípios e autarquias, participando a Guarda nos conselhos locais de segurança”, e no mesmo sentido E7 certifica que “temos boa cooperação com as entidades locais (Junta de freguesia, clubes e associações)”.

Na subcategoria “melhorar a segurança dos espaços nas ZUS”, referida por E2 e E6, inclui-se a importância de cooperar com a autarquia, no sentido da renovação dos espaços e melhorar a segurança das ZUS. E2 clarifica a ideia: “desenvolver com os municípios uma cooperação para melhorar a segurança dos espaços, ou seja, aconselhamento por parte da GNR de forma a reduzir a oportunidade da ocorrência de crimes.” E6 amplia a visão, considerando que é importante cooperar no sentido de melhorar a arquitetura, o ambiente, para não criar um estigma de marginalidade de todas as pessoas que residem nas ZUS.

Por último, E11 considera que “não existe” cooperação entre a GNR e o Centro Comunitário dirigido pela entrevistada. Esclarecendo, E11 adianta já terem existido projetos em que se solicitou a “presença da GNR, para interagir e ouvir alguns problemas da população”, não tendo sido possível concretizar a ação. De entre as vantagens da cooperação, E11 dá como exemplo que “podia existir uma cooperação entre a GNR, Centro Comunitário e CPCJ” no âmbito da proteção das crianças que “andam na rua de noite” e que a GNR poderia ajudar a localizar e assim “tratar desta questão em conjunto com a CPCJ e os Pais destes jovens.”

Numa lógica de relacionar os resultados com a literatura existente, considera-se que perante a complexidade dos problemas que afetam as ZUS, a segurança não pode ser uma tarefa apenas da polícia, é uma tarefa a assumir em parceria com as entidades policiais, outros atores sociais como as autarquias, as associações de moradores, as associações culturais, religiosas e sociais, as empresas públicas e privadas, o Ministério Público e, principalmente a comunidade (Machado, 2011).

#### **4.3.13. Categorias presentes na entrevista à Presidente do Município de Almada**

Relativamente à categoria “a influência das políticas de realojamento no município de Almada na criação das ZUS”, como recorda esta autarca, as políticas de realojamento são problema de foro nacional e além-fronteiras. De facto, as políticas pós-guerra, alojaram segmentos da população com as mesmas carências económicas e sociais, em bairros periféricos, isolados, criando problemas sociais e de segurança, que aumentaram as desigualdades e a discriminação.

O conhecimento e a experiência que hoje se tem dos problemas que dão origem às ZUS, faz com que o caminho tenha que ser a “criação de novas soluções habitacionais” em que a localização do realojamento esteja “disseminada pelo tecido urbano e/ou quando concentrada deve comportar modalidades diferenciadas de arrendamento”, “de modo promover a heterogeneização da população” (E13). De facto, conforme refere Lousa (2006), o Século XX não trouxe um verdadeiro plano urbanístico estas comunidades, houve sim a criação de zonas com aglomeração de problemas sociais e económicos em bairros segregados e estigmatizados. Este autor refere ainda que o realojamento no mesmo sítio de pessoas provenientes de bairros degradados distintos e rivais, da localização destes bairros em áreas periféricas, de difícil acesso e com poucos serviços nas suas imediações, levou a que se transferir-se os problemas desses bairros para estas novas zonas de habitação social.

Na categoria “contributo da reabilitação urbana no aumento do sentimento de segurança”, face ao exposto no ponto anterior, e como defende E13, a reabilitação urbana das ZUS seria um fator a ter em conta no combate à estigmatização, às desigualdades, ao desenvolvimento económico e ao sentimento de insegurança. Pois, de acordo com a entrevistada, esta estratégia seria útil para atrair investimento, gerar emprego e aumentar o bem-estar destas zonas, diminuindo assim as desigualdades existentes nestas áreas. Com efeito, a qualidade do parque habitacional, espaços verdes, infraestruturas desportivas, iluminação, escolas, creches e outros equipamentos, são fatores imprescindíveis de segurança e bem-estar (Fernandes, 1998).

Por último, a categoria sobre a “implementação de Contratos Locais de Segurança no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar a segurança”, ao terminar a entrevista à Presidente da Câmara Municipal, abordou-se o Diagnóstico Local de Segurança, um instrumento relevante para a determinação de estratégias e políticas para estas ZUS. Em concreto, segundo E13, esse diagnóstico serve para definir eventuais Contratos Locais de Segurança (CLS), entre os vários atores locais e governo central, por forma a reduzir a criminalidade, e conseqüentemente, aumentar o sentimento de segurança nas ZUS.

A utilidade dos CLS, especialmente em territórios como as ZUS, tem sido referida como forma de fazer face aos problemas de segurança, prevenindo comportamentos desviantes e contribuindo para o bem-estar da comunidade (Ferreira, 2015).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A terminar, apresenta-se a sùmula final dos conhecimentos adquiridos na revisão da literatura e com base na análise dos dados recolhidos durante o trabalho de campo, que permitirão responder às questões de investigação. Numa fase posterior, enunciam-se ainda as reflexões finais e as limitações com que a investigação se confrontou, sugerindo-se também desafios para eventuais investigações no futuro.

No que concerne à **PD1 – “Quais são os principais problemas de segurança nas ZUS?”**, verifica-se que estes são multidimensionais, com índole social e criminal, e em que o primeiro aspeto afeta o segundo. Os modelos desajustados de realojamento, pós 25 de abril de 1974, congregaram em espaços periféricos das grandes cidades, com construções de baixa qualidade ou até do tipo ilegal (barracas pré-fabricadas), várias comunidades com culturas diferentes, mas com as mesmas carências sociais e económicas, originando desigualdades, dificuldades de integração e segregação social.

Outra questão, relacionada com os fenómenos de desigualdade e exclusão social diz respeito à destruturação das famílias, e consequências sobre o comportamento de crianças e jovens, por vezes entregues a si próprios e às dinâmicas de grupo, circunstâncias que os entrevistados referem contribuir para que os jovens sigam o caminho de delinquência. É certo que estes fatores levam a que se gere um aumento e evoluir da criminalidade, particularmente da violenta e grave, pois o sentimento de impunidade sendo alto, está diretamente relacionado com o aumento desta criminalidade, em particular furtos, roubos, violência entre grupos, recetação, tráfico e consumo de estupefacientes nestes locais.

Tais problemas contribuem para o desenvolvimento de estigmas em relação às ZUS, muitas vezes pela elevada mediatização dos OCS. Importa, porém, não esquecer que grande parte da população não apoia, nem vive desta criminalidade, sabendo-se que muitas destas ZUS servem de refúgio a grupos e indivíduos dedicados ao mundo do crime, que o perpetuam fora deste local, nas imediações das mesmas.

Outro problema de segurança advém da dificuldade colocada à intervenção policial, devido à hostilidade e resistência às forças de segurança, por parte de alguns elementos das ZUS, mais associados ao mundo do crime e marginalidade, sendo que esta aversão expressa um forte sentimento de grupo, que constitui obstáculo à atuação policial. Em suma, os problemas de segurança surgem associados a várias questões desde a própria criminalidade ao ambiente social e contexto destas ZUS.

Relativamente à **PD2 – “Que tipo de medidas podem ser implementadas a fim de mitigar os problemas identificados?”** a complexidade do problema não permite respostas unívocas, mas a grande questão, a montante para a resolução destas questões passa pela intervenção conjunta do Estado, autarquia, instituições, forças de segurança e demais entidades com responsabilidade nestes locais, por forma a existir um trabalho sério na resolução dos problemas sociais e económicos das ZUS.

Existe a necessidade de repensar o realojamento, com a habitação disseminada pelo espaço urbano, por forma a não potencializar a criação de mais ZUS, ou agravar os problemas destas, sabendo que no concelho de Almada, como em outras zonas do país, as políticas de realojamento tiveram forte impacto na criação de ZUS é preciso implementar novas estratégias neste sentido. A reabilitação urbanística destes locais deve ser um fator a melhorar, pois a fraca qualidade habitacional e urbana, além de inadequada ao bem-estar dos seus habitantes, levanta problemas de segurança, constituindo desde logo um obstáculo à intervenção policial, como se referiu. A degradação dos espaços públicos com sinais de incivildades, a falta de espaços verdes, infraestruturas desportivas e comércio contribuem para a má “higienização” das ZUS. O CPTED, pode ter aqui um papel importante, pois trata-se de uma forma inovadora de criar sentimento de segurança e bem-estar, pois apresenta medidas de forma a prevenir a prática de crimes num determinado espaço.

É certo que, os Diagnósticos locais de Segurança são uma importante ferramenta, com vista à implementação dos Contratos Locais de Segurança, em zonas onde reina a criminalidade e o sentimento de insegurança. Trata-se de uma forma de ação inovadora, que envolve o trabalho conjuntos de vários atores locais e governo central.

Mas, ao nível do sistema judicial, exige-se maior celeridade e eficácia em aplicar a justiça de modo a não se gerar um clima de impunidade, e ainda uma cooperação entre o Ministério Público e as Forças de Segurança no sentido de atender às dificuldades sentidas pelas policias nestes locais. Por fim, é necessária mais presença nestes locais por parte da GNR, esta tem de estar mais visível e não ser apenas aquando de uma intervenção na ZUS. E apostar num trabalho de proximidade à comunidade, em especial com a população jovem é extremamente importante, apoiando através de instituições e protocolos com as escolas, através ações de sensibilização e interação entre as policias e estes, com o intuito esbater a imagem negativa das policias e impedir os mesmos que sigam um caminho de delinquência e incivildades, com tendência a evoluir para uma criminalidade mais séria.

Em resposta à **PD3 – “Qual o modelo de policiamento empregue nestas áreas pela GNR?”** Os modelos variam consoante as situações e historial da ZUS, e são aplicados modelos quer mais interventivos/repressivos, quer de proximidade e pedagogia.

Por um lado, nas ZUS é necessário efetuar policiamento de proximidade e comunitário, para criar laços com a comunidade e transmitir uma imagem de segurança e bem-estar, para também aproximar as forças de segurança das populações. Com estes modelos de policiamento conseguimos envolver a comunidade e trabalhar diretamente com os atores locais, sendo a pedagogia e o diálogo importantes, tanto para a recolha de informações, como para criar uma boa relação com as pessoas, primando pela visibilidade e presença enquanto postura na prevenção dos ilícitos.

Por outro lado, em situação de maior conflito impera a necessidade de gerir o mesmo, e intervir sempre de forma proporcional, necessária e adequada, sendo imprescindível recorrer à tolerância zero, para cessar rapidamente a infração ou saturar o local, de forma a restabelecer a tranquilidade e demonstrar força e poder dissuasor para com os infratores.

Mas, para empregar os NEOp de forma criteriosa, onde o 1º NEOp é crucial na primeira resposta aos incidentes, a utilização recorrente do 2º e 3º NEOp, por força da falta de meios e não pela gravidade da situação, pode ter efeito de desgaste, implicando uma diminuição da sua eficácia e da eficácia dos 1º NEOp. Desta forma, no caso do CTer Setúbal, existe uma boa coordenação através de um planeamento com base nas análises de informações e necessidades do dispositivo territorial, de modo a não se perder o elemento surpresa e impacto diferenciado do 3º NEOp. Outros modelos como o POP e POI, são importantes para a intervenção policial nas ZUS, sendo notável a proatividade policial destes projetos pioneiros na resolução de problemas, em função da evolução da criminalidade para a restauração do respetivo sentimento de segurança. Tendo a sua eficácia comprovada para o policiamento de *hot spots* e elevada flexibilidade e adaptação às necessidades operacionais da GNR, como foi o caso dos projetos de POP (apêndices O, P e Q) no DTer de Almada.

No que diz respeito à **PD4 – “Como é (auto) percecionada a atuação da GNR nas ZUS?”**, verifica-se que a atuação da GNR vai de encontro aos objetivos e missão desta força de segurança, pois a perceção é positiva, salientando-se a primazia conferida à prevenção criminal, através da visibilidade e presença nestes locais, passando uma imagem de proximidade e ao mesmo tempo de dissuasão a eventuais infratores. Esta atuação também se concretiza com operações de combate aos problemas identificados nas ZUS.

Porém, importa referir que esta forma de ação tem limitações, derivadas quer da dificuldade de alocação de meios nestes locais, quer por força da elevada desobediência,

resistência e hostilidade encontrada em algumas situações, o que pode suscitar alguma desproporcionalidade sendo necessária capacidade de atuação proficiente. Sendo certo que não existem, no Município de Almada, grandes tensões com a população, trata-se de garantir uma boa gestão dos incidentes e uso proporcional da força para a resolução das situações. O que se verifica é o meio que é influenciador de comportamentos adversos, e que a franja que se dedica ao crime e marginalidade sente mais tensão e hostilidade perante a presença da GNR, tratando-se, porém, de casos pontuais.

Por fim, respondendo à **PD5 – “Qual o contributo da GNR para a redução da criminalidade violenta e grave nas ZUS?”**, a análise permite apurar que a GNR contribui para a diminuição destes índices, conforme está vertido no RASI, e em análises de informações neste âmbito, mas o contributo rege-se pela dissuasão através de marcar presença e estar visível nas ZUS e arredores. O trabalho passa pela análise de informações, que supõe uma investigação eficaz com a recolha de informações no terreno, e elevada proatividade policial, concretizada em modelos de policiamento adequados às necessidades da ZA e efetuando operações de combate neste âmbito. Porém, a educação e sensibilização da comunidade, e em especial dos jovens, é um pilar fundamental deste contributo para mitigar eventuais evoluções no foro criminal dos jovens. Mas, esta temática é um problema complexo que carece de atuação conjunta do Estado e demais entidades na concertação dos problemas das ZUS, pois são estes que originam estas questões relacionados com o crime.

No seguimento da resposta às PD, torna-se agora possível responder à pergunta que originou esta investigação: **PP – “De que forma é que a Guarda Nacional Republicana pode contribuir para o sentimento de segurança nas Zonas Urbanas Sensíveis?”**, Os resultados obtidos evidenciam que o contributo da GNR para o sentimento de segurança nas ZUS decorre dos modelos de policiamento e prevenção, os quais variam consoante a situação, num equilíbrio entre um modelo mais interventivo e outro de proximidade, no sentido de adaptar a ação à situação e ao historial de cada ZUS. Primando pela pedagogia e diálogo na gestão dos conflitos, salienta-se a importância da presença e visibilidade para a transmissão do sentimento de segurança para a população.

A proatividade policial, existindo sempre a parte reativa para resposta célere aos incidentes, é outro fator a demonstrar que a GNR está atenta e vai ao encontro, dentro das suas capacidades e missão, dos problemas de segurança na comunidade. Sendo necessário um trabalho de proximidade maior com a população, especialmente com a comunidade mais jovens, designadamente através das SPC. Foi também sugerida a elaboração de mais protocolos de cooperação entre os vários atores locais, no intuito de contribuir para que a

comunidade se sinta valorizada e aceite mais facilmente a presença da Guarda nas localidades. Projetos pioneiros de policiamento e prevenção são elementos a equacionar em todos os destacamentos com ZUS na sua ZA. A cooperação tem de ser melhorada e alargada aos vários atores locais e com a intervenção do governo, pois só em conjunto é que se pode trabalhar, efetivamente na erradicação dos problemas existentes nestes locais.

Apresento como proposta para investigações futuras, o alargamento a outras ZUS da ZA da GNR e PSP, de forma a existir um trabalho conjunto de elaboração de boas práticas para aumentar o sentimento de segurança, diminuir a criminalidade, reduzir o estigma destes locais, e ainda o estudo do fenómeno do movimento pendular dos criminosos que residem nas ZUS, utilizando-as como refúgio para cometer os ilícitos fora destas.

Por fim, elencando as principais limitações à presente investigação, a atual situação pandémica e os seus constrangimentos na realização do RCFTIA, em específico a dificuldade de realização de entrevistas presenciais. A elaboração deste TIA numa fase anterior ao estágio no dispositivo territorial caracterizada pelo contacto com a realidade operacional da GNR nas ZUS, não possibilita um maior aprofundamento, nomeadamente ao relacionado com o contacto direto com os militares que atuam nestas zonas e os residentes das mesmas, por forma a compreender a dinâmica e dificuldades que possam eventualmente ocorrer nesta relação.

## BIBLIOGRAFIA

Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2015). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/ 4.ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.

Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2016). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/ 1.º de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.

Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Antunes, G., Soares, N. P. & Lúcio, J. (2021). Alta de Lisboa: Avanços e recuos de um plano de urbanização. In Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, João Teixeira Lopes, António Cereja Fontes e Teresa Moura (Org.) *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa, e metodologia participativas* (125- 147). Porto: Afrontamento.

Araújo, D., 2010. Segurança Comunitária, Modelos e Práticas. In: *I Jornadas de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, pp. 111-112.

Atlas, R. (2008). *21st Century Security and CPTED: Design for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention*. Florida: CRC Press.

Baptista, J. J. M. (2015). *A Segurança no desenho urbano: Uma abordagem CPTED*. Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar;

Boucher, M. (2014). Police de rue, habitants des quartiers populaires et usage de la force. Analyse d'un processus de défiance réciproque. *Pensée plurielle*, (2), 77-109.

Bratton, W. J., Dennis, N., Griffith, W., Mallan, R., John, O., & Charles, P.(1998) *Zero Tolerance: Policing a free society*. Londres: IEA.

Brodeur, J.-P. (Ed.). (1998). *How to Recognize Good Policing. Problems and Issues*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Conselho de Ministros, 2005. *Programa do XVII Governo Constitucional*. Lisboa: Conselho de Ministros.

Cusson, M. (2006). *Criminologia*, (2ª ed.). Portugal: Casa das Letras.

Direção-Geral de Administração Interna. (2013). *CPTED Prevenção Criminal Através Do Espaço Construído, Guia de Boas práticas*. Lisboa: DGAI – Direção Geral de Administração Interna.

Direção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>

Diretiva nº12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006.

Felizardo, T. (2012). *Policiamento e prevenção da criminalidade em bairros problemáticos*. Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar;

Fernandes, José (1998), *Seminário Internacional: Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial – Intervenções*. Lisboa: IGAI, pp. 163-169.

Ferreira, A. (19 de agosto 2008) Portugal utiliza modelo ultrapassado de bairros sociais. *Jornal Expresso*. Acedido em 15 de janeiro 2021, disponível em <http://expresso.sapo.pt/portugal-usa-modelo-ultrapassado-de-bairrossociais=f391537>

Ferreira, Carlos (2000), *A Globalização dos Novos Modelos de Policiamento*, (Tese de Licenciatura: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.

Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5th ed.). Loures: Lusociência.

Fuentes, J. (2006). *Practical Guide to Intelligence-led Policing*. New Jersey: New Jersey State Police.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2009*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2011*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2014*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2016*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2017*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.

Gouveia, P. Neto (2006), *A Criminalidade Urbana e os Bairros: Modelo de Actuação do Comando Metropolitano de Lisboa*, Lisboa, ISCPSI (edição policopiada – acesso restrito).

Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2014a). *Circular n.º 14/2014: Níveis de Emprego Operacional*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípa.

Guia, M. J., & Pedroso, J. (2016). Institutional Perceptions of Internal Security on the Relationship between “Sensitive Urban Zones” and Immigrant Criminality. *Laws*, 5(2), 16.

Insegurança. Textos, Lisboa, (2), 1991-93, p.45-64, Centro de Estudos judiciais.

Justiniano Martins Ferreira, M. (2015). *Contratos Locais de Segurança: dicotomia entre mais sociedade civil ou mais polícia*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Kappeler, V. E., & Gaines, L. K. (2009). *Community policing: A contemporary perspective* (5ª ed.). Lexis Nexis.

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. *Diário da República*. 1.ª Série. N.º 138, p 4535.

Leitão, J. Bastos (2001), “Táticas de Patrulha”, Separata da revista *Polícia Portuguesa*, n.º 128, Série II, pp.6-9.

Leitão, J. Bastos (2005), Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP, in M. Pereira e J. Neves (coordenadores), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. Oeiras, Instituto Nacional de Administração, pp. 103-141.

Lourenço, N.; Lisboa, M. 1996. *Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança*. Revista Textos, 2: 45-64. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.

Lousa, T. (2006). *Intervenção policial em bairros problemáticos*-. Estudo exploratório: bairro do condado (Zona J de Chelas). Lisboa: ISCPSI.

Machado, B. A. R. (2011). *Actuação policial em zonas urbanas sensíveis: da desordem ao unrest*. Trabalho de Projecto do Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.

Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (março de 2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIME.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la Police: sociologie de la force publique*. Paris: Editions la découverte.

Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.

Oliveira, J. Ferreira (2000). O Fenómeno da Violência Urbana. *Polícia Portuguesa*, n.º 123, Série II, pp. 23-25.

Organização das Nações Unidas, Conselho Económico e Social, *resolução n.º 2002/13*, de 24 de julho 2002. Acedido em 20 de janeiro 2021, disponível em [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/resolution\\_2002-13.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/resolution_2002-13.pdf)

Ornelas, J. (2008). *Psicologia comunitária*. Lisboa: Fim do século.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6th ed.). Lisboa: Gradiva.

Raposo, O., Alves, A. R., Varela, P., & Roldão, C. (2019). Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (119), 5-28.

Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. New York: Routledge.

Sani, A. I., & Nunes, L. M. (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 31(2), 185-195.

Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Silva, A. e Pinto, J. (2009). *Metodologia das ciências sociais*, 15ª Edição, Porto, Edições Afrontamento.

Skolnick, J. H., & Bayley, D. H. (2006). *Policiamento comunitário* (2ª ed.). São Paulo: Edusp.

Território e População | *Retrato de Almada segundo os Censos 2011*. In portal da Câmara Municipal de Almada. Acedido a 17 de abril de 2019 em [https://www.m-almada.pt/ngt\\_server\\_acd/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=225652153&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.m-almada.pt/ngt_server_acd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=225652153&att_display=n&att_download=y)

Vieillard-Baron, H. (2011). *Os subúrbios: das singularidades francesas às realidades globais* (p. 304). Paris, Hachette Supérieur.

Vulbeau, A. (2007). L'approche sensible des quartiers "sensibles": Une posture de proximité. *Informations sociales*, 5(5), 8-13.

Wallace, Barbara (1998), *Seminário Internacional: Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial – Intervenções*. Lisboa: IGAI, pp. 139-141.

Weisburd, D., Braga, A. A., Groff, E. R., & Wooditch, A. (2017). *Can hot spots policing reduce crime in urban areas? An agent-based simulation*. *Criminology*, 55(1), 137-173.

Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2007). *Preventing crime: What works for children, offenders, victims and places*. USA: Springer,

Yin, R. (2018). *Case study research and applications. Design and methods* (6th ed.). Los Angeles, CA: Sage.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO ZUS

Quadro n. °15 – Caracterização ZUS

	Bairro Branco	Amarelo	Asilo 28 de Maio	Bairro do 2º Torrão	Terras do Lelo Martins
<b>Densidade populacional</b>	Alta densidade	Alta densidade	Alta densidade	Alta densidade	Baixa densidade
<b>Nº de habitantes</b>	3500	6000	1500	2000	500
<b>Tipo de construção destes bairros</b>	Prédios. Malha urbana regular.	Prédios. Malha urbana regular.	Prédios. Malha urbana regular.	Barracas de génese ilegal. Malha urbana desordenada.	Autoconstruções precárias e de génese ilegal. Malha urbana desordenada.
<b>Informação de Enquadramento do surgimento desse bairro</b>	Bairro Social construído nos anos 80 pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), ex-IGAPHE, e gerido por este, para realojamento da população vinda de bairros de lata e barracas de Lisboa e Almada e das famílias oriundas das ex-colónias ultramarinas.	Bairro Social construído nos anos 70 pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), ex-IGAPHE, e gerido por este, para albergar retornados das ex-colónias ultramarinas.	Bairro Social gerido pela Casa Pia e construído como resposta ao problema habitacional das populações carenciadas do concelho de Almada e das regressadas das ex-colónias ultramarinas na 2ª metade da década de 90.	Nasceu nos anos 60 como um bairro de pescadores (1º Torrão), e desde os anos 70 gradualmente substituídos e ocupados por PALOP's, que desde os anos 80/90 se transformou num amontoado de barracas de génese ilegal e sem ordenamento, com uma disposição idêntica a uma favela.	Teve a sua génese na primeira década dos anos 2000, fica situado em terrenos públicos, estabelecidas na reserva agrícola na zona de proteção da arriba fóssil da Costa da Caparica. Não possui infraestruturas básicas.
<b>Tipo de ações que existem contra a Guarda nestes bairros, que dificultam o serviço policial</b>	Resistência e hostilidade à GNR Arremesso de objetos às patrulhas, emboscadas e furto de armamento	Resistência e hostilidade à GNR Arremesso de objetos às patrulhas e emboscadas	Resistência e hostilidade à GNR Arremesso de objetos às patrulhas e emboscadas	Resistência e hostilidade à GNR	Resistência e hostilidade à GNR
<b>Tipologia de crimes mais associados a estas zonas</b>	Tráfico de estupefacientes Resistência e coação Roubo	Tráfico de estupefacientes Resistência e coação Roubo Violência Doméstica Furto Dano	Tráfico de estupefacientes Resistência e coação Roubo	Tráfico de estupefacientes Resistência e coação Roubo Recetação	Tráfico de estupefacientes Resistência e coação Roubo Recetação

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE B – TERRAS DO LELO MARTINS



Figura n.º1 – Terras do Lelo Martins na Costa da Caparica

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE C – BAIRRO DO 2º TORRÃO

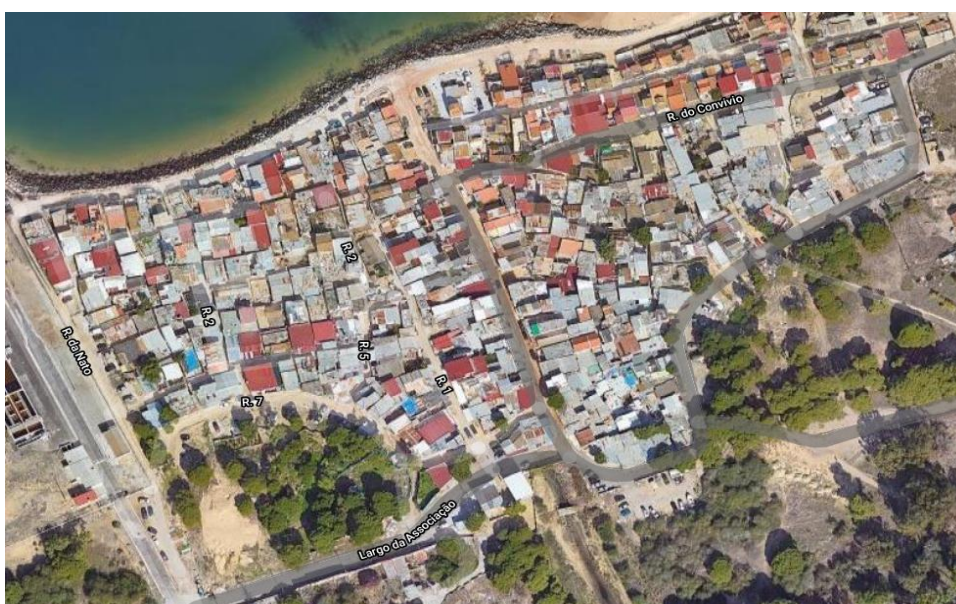


Figura n.º2 – Bairro do 2º Torrão na Trafaria

Fonte: Google Maps

## APÊNDICE D – ILUMINAÇÃO E ESTRADAS



Figura n.º3 – Iluminação, saneamento, estradas

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE E – ESTRADAS E AUSÊNCIA DE JARDINS



Figura n.º4 – Estradas e ausência de jardins

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE F – TELHADOS DO BAIRRO ASILO 28 DE MAIO

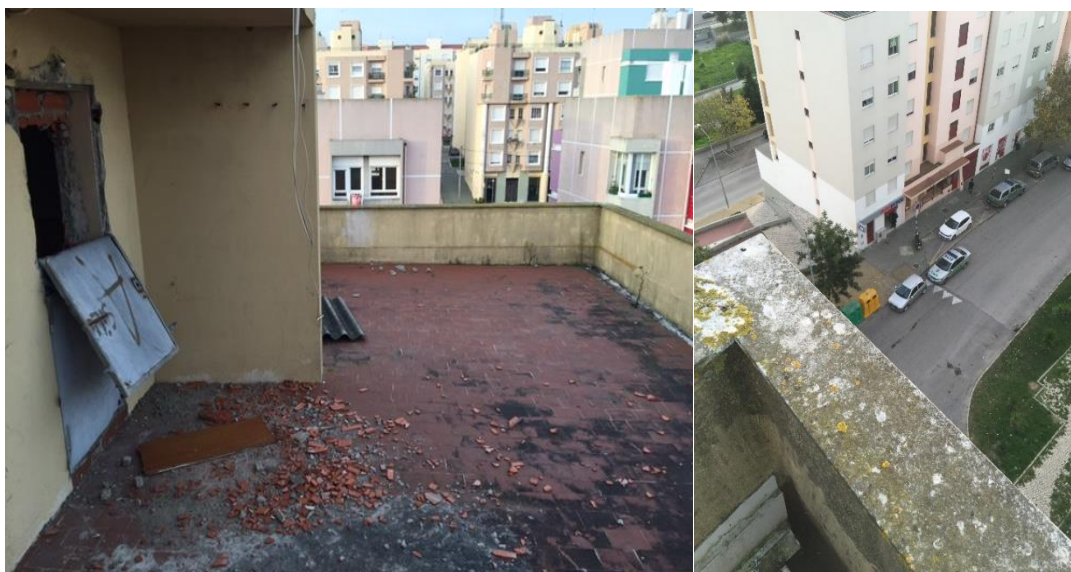


Figura n.º5 – Telhados do Bairro Asilo 28 de Maio no Monte de Caparica

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE G – EDIFÍCIOS E AMBIENTE 3D



Figura n.º6 – Edifícios altos, proporcionando o ambiente 3D (bairro amarelo)

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE H – TIPO DE CONSTRUÇÃO DO BAIRRO BRANCO



Figura n.º7 – Bairro branco (Monte de Caparica) com uma construção que dificulta a intervenção policial

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE I – ARQUITETURA ADVERSA DE INTERVENÇÃO



Figura n.º8 – Bairro branco (Monte de Caparica) com uma arquitetura que dificulta a intervenção policial

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE J – ARREMESSO DE OBJETOS DOS TELHADOS



**Figura n.º9 – Arremesso de objetos e pedras bairro Asilo 28 de maio no Monte de Caparica**

**Fonte: elaborado pelo próprio**

## APÊNDICE K – FALTA DE URBANIZAÇÃO



**Figura n.º10 – Rua perpendicular à principal, com vários arruamentos a ligar as casas, no bairro do 2º torrão**

**Fonte: Elaboração própria**

## APÊNDICE L – SINAIS DE DISTÚRBIOS CIVIS



Figura n.º11 – Carros incendiados após distúrbios civis no bairro do 2º torrão

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE M – SINAIS DE VANDALISMO E DEGRADAÇÃO



Figura n.º12 – Sinais de vandalismo bairro Asilo 28 de maio

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE N – SINAIS DE VANDALISMO E INJÚRIAS



Figura n.º13 – Sinais de vandalismo e injurias à GNR, bairro Asilo 28 de maio

Fonte: Elaboração própria

## APÊNDICE O – PRIMEIRO PROJETO POP

**Quadro n.º16 - Primeiro projeto Modelo POP**

PROJETO	Modelo de Policiamento Orientado para o Problema intitulado de “CAPARICA SEGURA”
AUTOR	Capitão Patrícia Almeida, Comandante do Destacamento Territorial de Almada (2013-2017)
ESPAÇO TEMPORAL	Por um período de 5 meses, de 15 janeiro a 26 junho de 2015
FINALIDADES	Este projeto de policiamento tinha como objetivo resolver o problema dos roubos por esticção e na via pública, na zona do Monte de Caparica, concelho de Almada, distrito de Setúbal. Este local da zona de ação do Posto da Trafaria pertencente ao Destacamento Territorial de Almada (Comando Territorial de Setúbal). Este projeto além de se direcionar para redução do crime de roubo, também pretendia aumentar o sentimento de segurança e garantir mais visibilidade nesta zona. Numa ótica de prevenção situacional deste fenómeno, assentando no estudo de três fatores: o agressor, a vítima e a localização.
COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS	Estas equipas eram compostas por seis militares do dispositivo territorial de Almada, apoiados por dois militares da Investigação criminal de Almada (atuavam apenas nas ZUS), pelo reforço do Destacamento de Intervenção de Setúbal (quando necessário) e pela Secção de Policiamento Comunitário do destacamento para sensibilização e adoção de medidas de segurança por parte da população e estabelecimentos locais.
MODO DE ATUAÇÃO	A zona a patrulhar era definida por diferentes giros, passando estes por áreas como escolas, comércio, Faculdades, Transportes públicos, entre outros, todos situados no Monte de Caparica. Atuavam por um período de seis horas e dividida em quatro horários (conforme os períodos mais críticos).
CONCLUSÕES DO PROJETO	<p>Pontos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A inovação do projeto, mutação e adaptação do mesmo face às necessidades;</li> <li>• Redução de cerca de 40,5 % a criminalidade geral (através da visibilidade) e ainda a redução de 59 % da criminalidade violenta e grave no Destacamento Territorial de Almada;</li> <li>• Diminuição do peso da Zona de Ação do Monte de Caparica, tanto na criminalidade geral como na violenta e grave, no Posto da Trafaria;</li> <li>• Apoio à investigação criminal.</li> <li>• Valorização da imagem e opinião na comunidade, bem como a rentabilização de várias valências da GNR;</li> </ul> <p>Pontos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falhas nos meios auto e o impacto no normal funcionamento do Posto da Trafaria;</li> <li>• Escassez do efetivo do Posto da Trafaria afeto a este projeto;</li> </ul>

**Fonte: Elaboração própria**

## APÊNDICE P – SEGUNDO PROJETO POP

**Quadro n. °17 - Segundo projeto Modelo POP**

PROJETO	Modelo de Policiamento Orientado para o Problema intitulado de “Equipa de Policiamento Integrado” (EPI)
AUTOR	Capitão Patrícia Almeida, Comandante do Destacamento Territorial de Almada (2013-2017)
ESPAÇO TEMPORAL	Por um período de 60 dias em 2015, de 1 de novembro a 31 de dezembro.
FINALIDADES	<p>No seguimento do projeto “Caparica Segura”, foi analisado o mesmo pelo Destacamento Territorial de Almada, e após a operação “Verão Seguro” (2015), foi proposta uma continuação do projeto, mas com outro modelo.</p> <p>Surge da necessidade de garantir mais intervenção e uma presença mais musculada nas ZUS do Destacamento de Almada (Monte de Caparica, Trafaria e Terras do Lelo Martins), em detrimento do anterior projeto que apostava mais na visibilidade e dissuasão apenas no Monte de Caparica. Com o intuito de melhorar o sentimento de insegurança e reduzir a criminalidade violenta e grave.</p>
COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS	Esta equipa provinha dos postos do Destacamento Territorial de Almada, e antes de integrar as equipas tiveram algumas instruções que são ministradas no Curso de Intervenção Rápida, por parte do Adjunto do Destacamento de Almada, Tenente INF Taveira com formação do Curso Instrutor de Intervenção Policial pela Unidade de Intervenção. De modo a capacitar estas equipas com mais ferramentas e proficiência garantindo um maior impacto na sua atuação.
MODO DE ATUAÇÃO	A equipa era composta por seis elementos e disponham de duas viaturas, o patrulhamento era misto (meios auto e apeado) num período de seis horas. Ainda contava com o reforço nos períodos noturnos do Destacamento de Intervenção de Setúbal e das Forças de Intervenção Rápida do Grupo de Intervenção de Ordem Pública da Unidade de Intervenção.
CONCLUSÕES DO PROJETO	<p>Pontos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma média de um detido a cada dois dias, com consequência na diminuição da criminalidade nessas ZUS do Destacamento de Almada;</li> <li>• Projeto que reforça a confiança do efetivo dos postos adstritos as estas ZUS, e bem acolhido pela população e atores locais;</li> <li>• Apoio ao Núcleo de Investigação Criminal nas interseções de alvos identificados;</li> </ul> <p>Pontos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Destaca-se apenas que este projeto ao ser da autoria do Destacamento de Almada, contou apenas com militares e viaturas dos postos deste destacamento, o que levou a alguma sobrecarga e afetação do normal serviço destes postos;</li> </ul>

**Fonte: Elaboração própria**

## APÊNDICE Q – TERCEIRO PROJETO POP

**Quadro n. °18 - Terceiro projeto Modelo POP**

<b>PROJETO</b>	Modelo de Policiamento Orientado para o Problema/Orientado pelas Informações, “Equipas de prevenção de comportamentos desviantes”
<b>AUTOR</b>	Capitão Luís Maciel, Comandante do Destacamento Territorial de Almada (2017-2020)
<b>ESPAÇO TEMPORAL</b>	Período de 90 dias em 2018, de 1 janeiro a 31 março de 2018, e de 23 janeiro a 22 abril de 2019
<b>FINALIDADES</b>	Este projeto de policiamento inspirou-se num outro projeto pioneiro desenvolvido pelo Comandante do Destacamento Territorial do Montijo, Capitão Martins, em que assentou praticamente no modelo desenvolvido por este efetuando algumas alterações no seu emprego e constituição da equipa. Este consistia em policiar, maioritariamente, as ZUS do Monte de Caparica, Trafaria e Terras do Lelo Martins, pertencentes ao Posto da Trafaria e Posto da Costa da Caparica, do Destacamento Territorial de Almada, numa lógica semelhante ao projeto “Equipa de Policiamento Integrado”. Os objetivos eram de combater o sentimento de impunidade e hostilidade à GNR nestes locais, dissuadir o tráfico e consumo de estupefacientes e outros comportamentos desviantes, para aumentar o sentimento de segurança nas ZUS. E acima de tudo reforçar a imagem do 1ºNEOp e não desgastar as imagens do 2º e 3º NEOp.
<b>COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS</b>	A composição desta equipa era de cinco militares, oriundos dos vários postos do Destacamento Territorial de Almada, previamente selecionados com recurso a uma entrevista, de acordo com o nível de conhecimento em legislação policial (no âmbito da criminalidade violenta e grave), capacidade física, domínio técnico e tático no âmbito policial. Foram instruídos pelo adjunto do Comandante do Destacamento, em matérias ministradas no Curso de Intervenção Rápida, por forma serem mais proficientes e eficazes na intervenção policial.
<b>MODO DE ATUAÇÃO</b>	Sendo empenhados nas ZUS em meios auto, moto e por vezes apeados, nos horários mais críticos consoante as informações, e com o apoio do Destacamento de Intervenção de Setúbal (quando necessário), apoiando ainda a Investigação Criminal nos seus inquéritos.
<b>CONCLUSÕES DO PROJETO</b>	<p>Pontos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição da criminalidade violenta e grave nestas ZUS e no Destacamento Territorial de Almada;</li> <li>• Maior sentimento de segurança da população;</li> <li>• Dissuasão e visibilidade nestas zonas, e conseqüente diminuição do sentimento de impunidade;</li> <li>• Apoio às patrulhas na atividade operacional;</li> <li>• Proatividade da GNR.</li> </ul> <p>Pontos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Impossibilidade de concluir até ao fim o segundo projeto devido à saída de vários militares dos postos, para o concurso do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro;</li> <li>• Diligências em tribunal desta equipa, pelo volume de atividade operacional, deixavam a equipa a quatro militares e não era tão eficiente, o ideal seria a equipa a seis militares;</li> <li>• Falta de viaturas (auto e moto) que levavam a constrangimentos no normal funcionamento desta equipa.</li> </ul>

**Fonte: Elaboração própria**

## APÊNDICE R – RELAÇÃO ENTRE PERGUNTAS DERIVADAS, OBJETIVOS E QUESTÕES DE ENTREVISTA

Quadro n. °19- Relação entre Perguntas Derivadas e Questões de Entrevista

Perguntas Derivadas	Objetivos específicos	Questões de Entrevista
<b>PD1:</b> Quais são os principais problemas de segurança nas ZUS?	<b>OE1:</b> Identificar os principais problemas de segurança nas ZUS	Na sua opinião, que tipo de problemas existem nas ZUS? Em termos de segurança, que problemas se identificam nessas zonas?
<b>PD2:</b> Que tipo de medidas podem ser implementadas a fim de mitigar os problemas identificados?	<b>OE2:</b> Caracterizar as medidas implementadas a fim de mitigar os problemas identificados	Atendendo à sua experiência, que mudanças se devem implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS? De que forma podem ser mitigados os problemas nas ZUS, nomeadamente a redução da criminalidade violenta e grave? Até que ponto as Políticas de realojamento no município de Almada, potencializaram a criação das ZUS? Do seu ponto de vista, em que medida a reabilitação urbana pode contribuir para o aumento do sentimento de segurança nas ZUS? De acordo com a Direção Geral de Administração Interna, o Contrato Local de Segurança constitui uma recomendação no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança. Como encara a sua implementação nas ZUS de Almada?
<b>PD3:</b> Qual o modelo de policiamento empregue nestas áreas pela GNR?	<b>OE3:</b> Caracterizar o modelo de policiamento empregue na GNR	Considerando os diferentes modelos de policiamento (elencar os tipos), quais são os que se aplicam nas ZUS? Em que situações são empregues, o 2º e 3º NEOP´s nas ZUS? Quais as necessidades de articulação e coordenação, entre a Unidade Intervenção e o Comando Territorial de Setúbal, para garantir o empenho eficaz do 3º NEOP?
<b>PD4:</b> Como é (auto) percecionada a atuação da GNR nas ZUS?	<b>OE4:</b> Compreender qual a perceção das entidades locais, no que respeita à atuação da GNR nas ZUS	Como caracteriza as respostas da GNR aos problemas de segurança na área? Que tipo de problemas surgem mais frequentemente na relação entre a GNR e a população residente? Existem grupos específicos com os quais as relações sejam mais tensas? Quais são esses grupos?
<b>PD5:</b> Qual o contributo da GNR para a redução da criminalidade violenta e grave nas ZUS?	<b>OE5:</b> Analisar a contribuição da GNR para a redução da criminalidade violenta e grave nas ZUS	Na sua opinião, que tipo de intervenção deverá ter a GNR para reduzir a criminalidade violenta e grave?

Fonte: Elaboração própria

# APÊNDICE S – CARTA DE APRESENTAÇÃO

## CARTA DE APRESENTAÇÃO



## ACADEMIA MILITAR

### O MODELO DE POLICIAMENTO E PREVENÇÃO NAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS. ESTUDO DE CASO: A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO MUNICÍPIO DE ALMADA

**Autor:** Aspirante Oficial de Infantaria da GNR João Miguel Ventura Tavares

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

**Coorientador:** Capitão de Infantaria da GNR Nuno Tiago Pinto Taveira

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, janeiro de 2021**

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, responsável pela formação dos oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana. Através da formação, visa atribuir aos oficiais, um conjunto de competências adequadas e necessárias para o cumprimento das missões do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

A etapa final dos ciclos de estudos integrados para a obtenção do grau de Mestre, é feita através da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Neste âmbito, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, eu, João Tavares, Aspirante a Oficial da GNR a frequentar o 5º ano, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração, na realização do TIA, através da resposta a uma entrevista.

O projeto de investigação tem como tema “o Modelo de Policiamento e Prevenção nas Zonas Urbanas Sensíveis. estudo de caso: a Guarda Nacional Republicana no Município de Almada”. O objetivo geral é compreender de que forma a Guarda Nacional Republicana pode contribuir para o sentimento de segurança nas Zonas Urbanas Sensíveis. Para tal, torna-se relevante entender os problemas de segurança e criminalidade, procurando-se analisar os modelos de policiamento e prevenção aplicados nas Zonas Urbanas Sensíveis e também compreender as perceções de diferentes atores face a estas problemáticas. Adicionalmente, pretende-se caracterizar a importância da cooperação entre a Guarda e as várias entidades e autoridades locais, por forma a mitigar problemas relacionados com estas zonas.

Face ao exposto, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista, com a duração de aproximadamente 30 minutos, que versará sobre as questões apresentadas no guião anexo. O levantamento dessa informação é essencial ao prosseguimento dos objetivos, pelo que a sua colaboração será fundamental para a concretização do meu trabalho.

Mais declaro que o conteúdo das entrevistas será apenas usado para finalidades académicas.

Além do consentimento para participar na entrevista, solicito ainda a sua autorização prévia para proceder à gravação da mesma. As suas respostas serão posteriormente transcritas e ser-lhe-ão cedidas de forma a confirmar o teor das mesmas, antes de se proceder ao seu tratamento.

Grato pela sua atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

**João Miguel Ventura Tavares**

Aspirante de Infantaria da GNR

## **APÊNDICE T – GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **GUIÃO DA ENTREVISTA**

#### **IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

**Nome:**

**Cargo/ Posto:**

**Função:**

**Idade:**

**Tempo de serviço na GNR:**

**Habilitações Literárias:**

**Local:**

**Data/ Hora (início/fim):**

#### **1. ENTREVISTA**

1. Em que situações são empregues, o 2º e 3º NEOP's nas ZUS?
2. Quais as necessidades de articulação e coordenação, entre a Unidade Intervenção e o Comando Territorial de Setúbal, para garantir o empenho eficaz do 3º NEOP?
3. Na sua opinião, que tipo de problemas existem nas ZUS?
4. Em termos de segurança, que problemas se identificam nessas zonas?
5. Como caracteriza as respostas da GNR aos problemas de segurança na área?
6. Que tipo de problemas surgem mais frequentemente na relação entre a GNR e a população residente?
7. Existem grupos específicos com os quais as relações sejam mais tensas? Quais são esses grupos?
8. Considerando os diferentes modelos de policiamento (elencar os tipos), quais são os que se aplicam nas ZUS?

9. Atendendo à sua experiência, que mudanças se devem implementar para melhorar o sentimento de segurança nas ZUS?
10. De que forma podem ser mitigados os problemas nas ZUS, nomeadamente a redução da criminalidade violenta e grave?
11. Na sua opinião, que tipo de intervenção deverá ter a GNR para reduzir a criminalidade violenta e grave?
12. Como encara a cooperação entre a GNR e as entidades/atores locais? (apurar o tipo de cooperação existente, aferir possibilidades de implantar/melhorar formas de cooperação).
13. Até que ponto as Políticas de realojamento no município de Almada, potencializaram a criação das ZUS?
14. Do seu ponto de vista, em que medida a reabilitação urbana pode contribuir para o aumento do sentimento de segurança nas ZUS?
15. De acordo com a Direção Geral de Administração Interna, o Contrato Local de Segurança constitui uma recomendação no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança. Como encara a sua implementação nas ZUS de Almada?
16. Considerando globalmente as questões de segurança nas ZUS, e a intervenção da GNR, tem algo que gostasse de acrescentar?

## APÊNDICE U – DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO INFORMADO

### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado, \_\_\_\_\_ compreendi a explicação que me foi fornecida, por escrito e verbalmente, acerca da investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que irei participar. Foi-me dada a oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação no estudo em apreço.

Foi-me dado o tempo necessário para refletir sobre esta proposta de participação na investigação.

Nestas circunstâncias, declaro que decido livremente participar neste Trabalho de Investigação Aplicada, tal como me foi apresentado pelo investigador.

**O investigador**

**O(a) entrevistado(a)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE V – SINOPSES DAS ENTREVISTAS

**Quadro n.º 20 - Sinopses da categoria " Situações a empregar o 2º e 3ºNEOp "**

<b>Situações a empregar o 2º e 3ºNEOp</b>	
E1	“No patrulhamento diário, rotineiro, nas zonas onde seja provável prestar apoio às patrulhas nas ocorrências acabando-se por se enquadrar nas ZUS (...) é ainda empenhado em situações de distúrbios civis, que raramente acontece, após uma ocorrência mais grave (...) nos reforços diários em zonas considerados mais sensíveis (Forças de Intervenção Rápida), consoante as necessidades do comando territorial (...) é muito importante a gestão dos três NEOp, que os militares conheçam bem, muitas vezes por falta de meios e recursos, este conceito acaba por ser deturpado (...) isto tem consequências no impacto no cidadão, na credibilidade dos projetos.”
E2	“O 2ºNeop e 3ºNeop são empenhados em várias situações, em patrulhamento preventivo e de visibilidade de locais estratégicos, que são revistos mensalmente com base nas informações policiais e criminais (...) Em casos mais graves em que o 1º e 2º NEOp não tenham capacidade (...) embora possa ainda ser utilizado o 3ºNeop para patrulhamento de visibilidade nestas zonas.”
E3	“O 2º NEOp pode e devem ser empregues num patrulhamento de regular, visível, onde o principal foco é o apoio ao 1ºNeop, num serviço de intervenção rápida (...) No que respeita ao 3ºNeop (GIOP e GIC) devem ser empregues em situações previstas e planeadas, situações de risco, aglomerados de pessoas, operações de combate a criminalidade violenta e grave, distúrbios civis e que pelo risco associado necessitem de forças de 3ºNeop (...) as forças de 3ºNeop podem ser empregues numa lógica de complementaridade, de eficiente gestão dos meios, como o patrulhamento de ZUS, como é caso do Comando de Lisboa e Setúbal.”
E4	“O 2ºNeop atua no apoio ao 1ºNeop e no patrulhamento das ZUS, atuando por norma em equipa (...) Se a situação piorar, o 3ºNeop é chamado para restabelecer a ordem pública (...) Outro caso de empenho do 3ºNeop, são as Forças de Intervenção Rápida no patrulhamento das ZUS, pois consoante a localização do 2ºNeop, é necessário por vezes recorrer ao 3ºNeop para intervir de forma célere nestas zonas.”
E5	“Acima de tudo é necessário gerir os NEOs por forma a respeitar as normas de emprego operacional, em que o 2ºNeop direciona-se para o apoio às patrulhas do territorial, e o 3ºNeop é empregue em situações de maior gravidade (...) também em áreas onde pelo tipo de crime ou número de crimes, se justifica um patrulhamento mais intensivo com equipamento, armamento, manobras de patrulhamento diferenciadas, dos restantes NEOP.”
E6	N/A
E7	N/A
E8	N/A
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	N/A

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 21 - Sinopses da categoria "Necessidades de articulação e coordenação para o empenho eficaz do 3ºNEOp"**

<b>Necessidades de articulação e coordenação para o empenho eficaz do 3ºNEOp</b>	
E1	“Quem deve fazer a avaliação das necessidades é o comando Territorial, através do feedback dos destacamentos e postos territoriais (...) podemos empenhar o 3º NEOp numa solicitação planeada, ou inopinada aquando de situações que carecem de uma intervenção mais musculada (...) se houver um distúrbio grave ou incidente, e seja preciso estabilizar aquela área de forma mais musculada, pode ser usado este NEOp para saturar o local. (...) tem de ser uma ligação estreita quer a médio prazo, quer a curto prazo (...) manter o impacto diferenciado e o elemento surpresa.”
E2	“Os destacamentos é que fazem os pedidos das necessidades, planeando com base na análise de informação e da criminalidade, indicando os dias e horários dos patrulhamentos (...) quando não exista capacidade por parte do Comando Territorial de Setúbal (...) mensalmente o planeamento começa nas subunidades do Comando e passa no final pelo Comando Operacional para ser articulado as necessidades de patrulhamento nessas zonas de ação.”
E3	“Tem existido uma boa coordenação entre o Comando de Setúbal e o Comando do GIOP, melhorando assim as patrulhas e os horários de empenhamento, adequando mais à missão desempenhado pelo 3ºNEOp (...) ao empenhar o 3ºNEOp no patrulhamento das ZUS, não sendo o core business desta força, mas é importante cumprir a missão (...) no caso do Comando de Setúbal o empenho tem incidido, em zonas concretas e horários específico, de modo a não perder a imagem e impacto associado ao 3ºNeop.”
E4	“O grande problema é o desgaste do 2ºNeop e 3ºNEOp, pois o 1ºNeop com no máximo três militares não consegue fazer face a muitas situações nas ZUS (...) o policiamento saturação é uma das situações, mas o problema surge se for na mesma zona de forma consecutiva, é que as pessoas deixem de olhar para aquela força da mesma força, pois habitua-se, e o fardamento e equipamento diferenciado, ao fim de uma semana esta imagem desvanece (exemplo o empenho do GIOP no Algarve no verão) (...) a coordenação tem sido boa pois já não existem giros definidos, mas sim patrulhamento por zonas.”
E5	“Direcionar as patrulhas do GIOP, para zonas definidas pelo CTer como sensíveis e com definição do objetivo da patrulha nessa zona (...) também em áreas onde pelo tipo de crime ou número de crimes, se justifica um patrulhamento mais intensivo com equipamento, armamento, manobras de patrulhamento diferenciadas, dos restantes NEOP (...) contudo devemos pensar se é adequado/eficaz o emprego do GIOP, bem como separar e distinguir o que se pretende de uma patrulha GIOP.”
E6	N/A
E7	N/A
E8	N/A
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	N/A

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 22 - Sinopses da categoria "Problemas existentes nas ZUS"**

<b>Problemas existentes nas ZUS</b>	
E1	“Resistência à atuação normal da Guarda, problemas sociais graves, complicados que dizem respeito à integração dessas pessoas na sociedade, no mercado (...) uma parte de indivíduos à margem da lei, que vivem do crime (...) evitar que o sentimento de impunidade se alastre, e seja generalizado, para que as pessoas não vivam num constante sentimento de insegurança.”
E2	“Têm alguns problemas como a localização, a construção e os vários estratos sociais (...) a arquitetura, a iluminação e a conservação dos espaços, criam oportunidades para a ocorrência de delitos (...) a construção destes espaços é determinante, com falta de iluminação pública, limpeza e conservação dos locais (vegetação, grafitis, degradação), criam-se condições favoráveis à

	delinquência (...) criação de locais onde se agruparam pessoas com baixas condições económicas, integração e educação das famílias mais carenciadas, falta de apoios sociais (...) aquando de uma intervenção da GNR, existir resistência e hostilidade, para com o individuo que está a ser abordado.”
E3	“São essencialmente sociais, relacionados com a pobreza, escolaridade reduzida, desemprego, a concentração de grupos étnicos sem o correto apoio e integração por parte das entidades (...) problemas comportamentais, resistência à autoridade e criminalidade nestes locais.”
E4	“O enquadramento destes bairros (...) Os jovens que não têm um farol, devido a famílias destruídas (...) este ambiente acaba por influenciar a delinquência e o crime como modo de vida.”
E5	“Concentração de elementos de grupos, mesmo Bairro, com as mesmas carências sociais, económicas (...) pessoas são oriundas de famílias destruídas (...) onde individualmente não representam ameaça, mas funcionando em grupo tornam-se outro tipo de ameaça (...) Alguns destes grupos são oriundos de outros países, com diferentes culturas e hábitos, é importante que perceberem que não têm leis próprias, mas sim a lei portuguesa.”
E6	“Problemas associados à criminalidade grupal, delinquência juvenil que tem tendência para evoluir para esta criminalidade grupal com o passar do tempo.”
E7	“O nível elevado da criminalidade, e a falta de integração dessas pessoas residentes nesses locais, em particular alguns grupos étnicos que não se integram totalmente, derivado de problemas culturais, sociais e económicos (...) Vivendo muitos dos apoios sociais e não estando integrados no mercado de trabalho.”
E8	“Económicos e sociais, comportamentos entre moradores, as famílias destruídas o leva a que não haja controlo nos jovens, e estes acabam procurando mais a rua, onde os mais velhos influenciam os mais novos (...) pois o facto de eles serem menores aumenta o sentimento de impunidade.”
E9	“Temos numa primeira fase a criminalidade (...) depois os problemas sociais e económicos das comunidades que lá vivem (...) a habitação precária, em a própria construção destes locais.”
E10	“Graves problemas económicos e sociais, as próprias condições de habitação e a construção clandestina de alguns bairros (caso do 2º torrão) (...) a dificuldade de integração destas pessoas, a destruturação das famílias que têm de recorrer à habitação social disponível muitas vezes nestes locais (...) obviamente que existe alguma criminalidade, em especial violenta e grave, mas a questão mais preocupante é a dos jovens, pois os pais estando a trabalhar grande parte do dia, estes estando desocupados, passam muito tempo na rua, acabando o ambiente envolvente por os influenciar.”
E11	“Existe uma forte presença de população com carências económicas e sociais nesta zona, pois os realojamentos efetuados ao longo dos anos não têm sido planeados, as pessoas são aqui colocadas sem haver qualquer tipo de preparação e apoio, o que tem vindo a agravar o processo de adaptação e integração destas famílias (...) a constante estigmatização desta zona (muito explorado negativamente pelos OCS), é certo que alguns elementos desta comunidade acabam por influenciar este estigma com as práticas ilícitas (...) os serviços não acompanham corretamente a transição de realojamento destas pessoas, o que torna a aculturação difícil nestes bairros com diferentes etnias num só local (...) a arquitetura dos próprios bairros, com cores muito folclóricas, destacando-se a ausência de espaços verdes e infraestruturas de lazer, um aspeto, em alguns casos, pouco limpo (...) as crianças e jovens, em certos bairros onde não existe apoio e estruturas para ocupar os jovens, estes acabam por passarem muito tempo na rua (por vezes crianças pequenas que ficam até altas horas) este meio acaba por os influenciar negativamente num caminho de delinquência.”
E12	“Problemas económicos e sociais, grande dependência de apoios sociais (...) a falta de perspetivas de futuro por parte de jovens com famílias destruídas, e do ambiente que influencia bastante o trabalho com os jovens, levam a problemas de delinquência juvenil (...) a criminalidade, que atualmente está mais controlada, casos de roubos a turistas, furtos, bastante tráfico e consumo de droga, violência doméstica (...) outra questão é a própria habitação muitas vezes precárias e com más condições, sendo que este bairro está ilegal, já há várias décadas e continua a crescer, temos tentado trabalhar com a autarquia por forma a reverter a situação.”
E13	“O maior problema que consigo identifico é o da pobreza, com tudo o que o conceito transporta implicitamente (...) desemprego, emprego pouco qualificado, baixas qualificações; em termos de desenvolvimento social, uma maior tendência para problemas como: maternidade precoce, monoparentalidade, comportamentos aditivos (...) é importante ressaltar que estes problemas não são inerentes aos indivíduos, mas sim à sua situação de pobreza – isto é, os problemas advêm da condição social dos indivíduos, são determinados por ela e não por fatores individuais – como aliás vários estudos na área da psicologia social atestam.

Fonte: Elaboração própria

Quadro n. °23 - Sinopses da categoria "Problemas em termos de segurança"

Problemas em termos de segurança	
E1	“Dificuldade de comunicação e intervenção da Guarda nestas áreas (...) hostilidade e resistência à atuação da GNR e sentimento de impunidade (...) desobediência às Autoridades, que por vezes, pode assumir problemas de uma natureza mais complicada (...) a força policial deve conseguir efetuar o seu trabalho sem problemas (...) nas ZUS acontece o fenómeno de os indivíduos ligados ao crime, praticarem-no fora destas zonas, e depois utilizarem as mesmas como gueto e refúgio (...) sentimento de pertença e de espírito de grupo contra a guarda propaga-se rapidamente, pois parte de alguns habitantes que querem ser os “reis” da zona impondo a sua própria lei.”
E2	“a criminalidade violenta e grave, embora por regra não seja cometida dentro das ZUS, esta zona é usada como um eventual refúgio para os autores que praticam este tipo de criminalidade nas áreas circundantes (...) outra questão problemática é o tráfico de estupefacientes, consumo dos mesmos na via pública, recetação, agressões e ameaças entre grupos rivais (...) quando surgem situações de intervenção por parte da força policial, a situação fica mais tensa e pode gerar conflito, embora o espírito de grupo seja o fator preponderante para aquando de uma intervenção da GNR.”
E3	“Incumprimento de regras civis básicas, isto é, higiene urbana, manutenção dos espaços e património público, associados a crimes de dano, gestão de espaços (...) crimes de furtos, roubo, violência entre grupos rivais, tráfico de estupefacientes e a posse de armas proibidas (armas brancas e de fogo).”
E4	“A impunidade é grande, pois sabem se forem detidos pela prática de crimes, se não tiverem um registo criminal preenchido, acabam por voltar rapidamente ao bairro e a continuar na vida de marginalidade e crime (...) toda a zona envolvente é hostil.”
E5	“No DTer Almada são zonas Hostis, que provocam resistência, desafiam a autoridade representada pelas forças de segurança, zonas onde há pessoas que não veem as Forças de Segurança com bons olhos (...) indivíduos dedicam-se ao mundo do crime á muito tempo, nomeadamente tráfico, furto, roubo.”
E6	“Roubos em estabelecimentos, roubos na via pública, com e sem esticção, tráfico de estupefacientes (...) a presença de armas (ou a sua publicidade por parte dos criminosos).”
E7	“Furtos, roubos, tráfico e consumo de droga, no geral criminalidade violenta e grave (...) delinquência juvenil, em que a falta de medidas de coação, por parte dos Tribunais, aquando da prática de pequenos delitos, gera um sentimento de impunidade e a possibilidade de evolução para ilícitos de maior gravidade.”
E8	“O nível elevado de furtos, roubos, confrontos entre grupos rivais, tráfico e consumo de estupefacientes (...) grande parte dos crimes mais graves ocorrem fora das ZUS, utilizando os autores dos crimes apenas essas zonas como o seu refúgio.”
E9	“Por vezes é exagerado a estigmatização social que se faz destes locais, prejudicando bastante estas zonas (...) alguns assaltos, tráfico de estupefacientes inclusive houve uma grande operação por parte da GNR que visou o tráfico de estupefacientes neste bairro (...) mas das famílias que residem nestes locais apenas uma minoria é problemática.”
E10	“Alguns roubos, furtos, tráfico e consumo de estupefacientes (...) na década de 90 existia muita hostilidade e resistência às autoridades, mas atualmente esta apenas ocorre com uma franja da população, aquela que se dedica ao crime e incivildades (...) também algum sentimento de impunidade destes grupos marginais.”
E11	“Os moradores têm vindo a queixar-se que são alvo de roubo e furto (dentro do próprio bairro), alguns com alguma violência, assaltos a residências, estabelecimentos, agressões entre grupos, o tráfico e consumo de estupefacientes (...) o ajuntamento de grupos que importunam as pessoas e criam mau ambiente, tráfico e a posse de armas proibidas, é uma população que anda fortemente armada (...) a falta de confiança da população na GNR.”
E12	“O sentimento de segurança dentro do bairro é bom, mas da população nas áreas envolvente é que não é o desejável, pois consideram este bairro como perigoso devido aos frutos e roubos nas imediações(...) um grande problema era a anarquia que reinava neste bairro, fruto de algumas culturas diferentes e dos imigrantes de passagem, uma falta de autoridade, de respeito e um grande sentimento de impunidade (...) os OCS são o grande motor para a estigmatização destas áreas, pois grande parte da população não é criminosa, é apenas uma minoria.”
E13	“A situação de pobreza pode ser geradora de problemas sociais complexos, alguns deles com consequências ao nível da segurança (...) neste âmbito, sabemos que pode haver uma incidência maior, por exemplo, de violência ou tráfico de estupefacientes (...) a causa maior destes problemas não deve ser imputável a fatores individuais. Importa ainda ter em consideração o fator de uma certa sobre-mediatização dos problemas de segurança em Zonas Urbanas Sensíveis, que leva a que a perceção geral de segurança seja menor do que os dados estatísticos indicam”.

Quadro n.º 24 - Sinopses da categoria "Respostas da GNR aos problemas existentes"

<b>Respostas da GNR aos problemas Existentes</b>	
E1	“Continua, presente, visível, atenta e oportuna, tenta evitar intervir, privilegiando a dissuasão e prevenção dos problemas (...) fazendo com que aquela zona seja como outra qualquer, dissolvendo esta fronteira criada à volta das ZUS, esbatendo esta imagem (...) pois tem de ter os mesmos direitos, deveres para com a autoridade (...) quando há resistência fora do comum, têm de ser implementados modelos de policiamento diferenciados.”
E2	“É adequada, tratando-se de um Comando com situações diárias problemáticas (...) fazer o patrulhamento de visibilidade nestas ZUS (...) ainda através das SPC PC, para uma maior proximidade nestes locais.”
E3	“A GNR, dentro das suas limitações, tem cumprido as suas missões de forma a gerir a ordem pública (...) com destaque ao combate ao tráfico de estupefacientes e criminalidade violenta e grave, que ultimamente tem sido bastante eficaz.”
E4	“É boa, através de um patrulhamento preventivo, de proximidade e dissuasão (...) mas, no entanto, a visibilidade da patrulha da Guarda nestas zonas não tem a mesma aceitação do que noutras zonas, pois ao verem várias vezes a GNR provoca alguma hostilidade na comunidade.”
E5	“É boa no geral, e quando estes problemas de segurança se agravam, para não existir o sentimento de impunidade, tem de se intervir de forma musculada no local, sempre de forma proporcional para que as pessoas não fiquem com a ideia errada da Força Policial, passa a imagem de dissuasão para com grupos que pretendem impor as suas leis e ao mesmo tempo, transmite segurança e tranquilidade pública para a restante população de bem”.
E6	“Como todos os OPC, atualmente, temos as nossas limitações em termos de recursos humanos e meios materiais, apesar destas dificuldades, tentamos dar resposta através do policiamento preventivo, e logicamente reativo quando assim se torna necessário (...) sempre que existe algum fenómeno criminal que surge, e que se torna necessário fazer face ao mesmo, trabalhamos em conjunto com os vários NEOp e valências da Guarda para que em parceria possamos solucionar este problema.”
E7	“É boa no geral, orientada para as situações em específico e intensiva (...) o foco da Guarda é orientar o seu esforço para diminuir certos fenómenos criminais, através de operações e patrulhamento preventivo.”
E8	“Penso que sim, mediante as condições que atualmente dispomos, fazemos os possíveis combater este sentimento de insegurança.”
E9	“O lado muito bom que é o policiamento de proximidade e comunitário, sendo fundamental na prevenção criminal (...) O outro lado, prende-se com o facto da Costa da Caparica, ser muito procurada no verão, a falta de efetivo acaba por ser um problema para a resolução de alguns problemas, pois é necessária uma maior visibilidade desta Força de Segurança, andar mais na rua e interagir mais com as pessoas.”
E10	“A GNR está atenta e faz o melhor que pode (...) pois é necessária uma maior visibilidade desta Força de Segurança, andar mais na rua e interagir mais com as pessoas (...) Posto da GNR da Trafaria que policia as ZUS do Monte de Caparica e Trafaria, sendo um posto precário com falta de meios e efetivos, com uma área de atuação muito vasta, dificulta um pouco a qualidade da resposta ao cidadão.”
E11	“A perceção dos moradores é pouco positiva, pois a expectativa das pessoas sobre a atuação policial não corresponde ao serviço prestado, estes chamam a GNR ao local, a resposta não é imediata e por vezes não existe, isto leva a que as pessoas se sintam desprotegidas e prolonga o seu sofrimento (...) alguma ausência de policiamento e visibilidade da GNR, pois atualmente com a situação pandémica, existe muitas infrações às normas impostas pela DGS, reinando por vezes um sentimento de impunidade por parte destes infratores, por não haver intervenção da autoridade neste sentido (...) por vezes, alguns excessos de força quando são solicitados, o que aumenta a tensão entre a GNR e a população.”
E12	“Ultimamente, tem sido positiva, pois houve uma maior aproximação através da proximidade das SPC PC, com inclusive doação de brinquedos e roupa no natal (...) sinto que devia de existir mais autoridade dentro do bairro, Ou seja, mais visibilidade e interação com a comunidade por parte da GNR.”

E13	“Nas minhas funções atuais, não me estão atribuídas a mim ou ao Município competências de supervisão e escrutínio da atividade policial, não obstante, no acompanhamento do dia a dia do concelho, torna-se clara a complexidade da resposta a dar pelas forças de segurança neste contexto particular (...) quero realçar positivamente os esforços que as forças de segurança de Almada fazem para priorizar a pedagogia junto das populações.”
-----	---

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 25 - Sinopses da categoria "Problemas na relação entre a GNR e a população"

<b>Problemas na relação entre a GNR e a população</b>	
E1	“Pois existe dificuldade de comunicação e intervenção da Guarda nestas áreas (...) o sentimento de pertença e de espírito de grupo contra a guarda propaga-se rapidamente (...) hostilidade e resistência à atuação da GNR, é isto que se precisa de quebrar pois não existe anticorpos para com as pessoas desses bairros.”
E2	“Não existe grande tensão nesta relação, pois existe interação com as pessoas (...) mas quando surgem situações de intervenção por parte da força policial, a situação fica mais tensa e pode gerar conflito, especialmente, quando existe resistência e hostilidade, quando um indivíduo está a ser abordado.”
E3	“A resistência generalizada da população constitui um problema à intervenção da Guarda, e à qualidade do serviço policial, transversal a todos os NEOp (...) penso que está mais relacionado com o contexto, qualquer pessoa proveniente desse grupo pode apresentar resistência à autoridade.”
E4	“Resistência e coação, a questão do racismo que sido muito usada ultimamente (...) a possibilidade de existir sempre filmagens da atuação dos militares aponta para a uma maior capacidade de gestão do conflito (...) creio que passa mais por o sentimento de grupo, pois, aquando de uma intervenção da GNR numa ZUS, o bairro esquece as rivalidades para contra um inimigo comum que é a Força de Segurança.”
E5	“Prática do crime de resistência e coação sob funcionário ou o crime de desobediência.”
E6	“Ao contrário da opinião pública, a grande maioria das pessoas residentes nas ZUS procuram a Guarda e gostam da nossa presença, temos inclusive um bom feedback nesse sentido (...) havendo uma minoria que se julga impune, por se dedicar a prática de ilícitos (...) identificam-se várias situações de postura de afronta às ordens legítimas emanadas pelos militares, e infelizmente muitas vezes, fruto da sociedade atual, procura-se utilizar o argumento da discriminação contra os OPC’s, o que não traduz a realidade da situação.”
E7	“A gestão de conflitos, pois quando existe uma intervenção da Guarda nestes locais, estas pessoas ficam mais agressivas e hostis (...) agressões aos militares, arremesso de pedras e garrafas contra as viaturas e militares (...) insurgirem-se contra as patrulhas da guarda.”
E8	“SPC PC, são vistos como os policiais bons, pois as suas ações não representam ameaças para a população (...) no caso do resto do efetivo Guarda reina a figura do polícia mau, onde existe mais resistência e hostilidade às patrulhas, pois o seu papel é mais interventivo (...) sendo certo que o efeito grupo também é um fator relevante.”
E9	“Na minha opinião não existe muitos problemas, apenas uma minoria que se dedica ao crime é que não vê com bons olhos a força policial (...) esporadicamente existe algumas tensões derivados de alguma intervenção, sendo apenas casos pontuais (...) pois grande parte da população residente está integrada.”
E10	“Não sinto que exista muita tensão nestas ZUS, mas a relação é afetada pelos problemas já elencadas de falta de meios e recursos (...) Existe alguma falta de confiança por parte da comunidade, pois a resposta da GNR às situações por vezes é tardia ou nem chega (...) e quando intervêm nesta zona é só de forma mais musculada o que quebra alguma confiança (...) a questão da hostilidade e resistência também é sentida, pontualmente, em algumas ZUS, por alguns elementos que vivem à margem da lei (...) algumas situações, se forem grupos mais jovens, acredito que o sentimento de grupo possa ser preponderante para dificultar a intervenção da GNR.”
E11	“Falta de confiança na GNR, pois aquando são vítimas de algum tipo de crime, existe a crença por parte dos moradores que desacreditam na própria força de segurança, por não responder às situações quando são solicitadas (...) uma revolta e hostilidade por parte de alguns elementos, com certas

	situações, pela tensão existente na relação com a GNR (...) por vezes, chegam relatos ao Centro Comunitário, de algumas situações de atuações exageradas na intervenção policial, não sendo claro uma situação generalizada.”
E12	“Na época balnear, é quando surgem mais conflitos, porque a população duplica (...) ultimamente a intervenção da GNR motivou grande hostilidade, distúrbios e alteração da ordem pública, inclusive carros incendiados e disparos (...) no passando houve mais tensão, agora não tanto, pois se a intervenção da Guarda for de prevenção dos conflitos através de mais presença e visibilidade, e não reativa, porque aí é difícil resolver o problema de forma pacífica (...) por vezes a intervenção desproporcional da GNR, e o excesso de força quando a situação já estava controlada, e a forte presença de elementos de intervenção que geraram mais violência e hostilidade.”
E13	“O contacto regular que tento promover tanto com as populações como com as forças de segurança, e embora seja muito mediatizada uma perceção mútua de insegurança, que pode gerar situações de tensão e conflito, não creio que em Almada haja situações de rutura na comunicação entre as forças da ordem e as populações (...) o que significa que o esforço de pedagogia é um elemento fundamental para evitar ambientes de conflitualidade (...) uma intervenção em contextos particularmente sensíveis e complexos como o caso das ZUS, mas a verdade é que não temos tido registos nem de violência e nem de abuso de força policial, Isso deve-se, mais uma vez, à consciência que os diversos comandos têm demonstrados da importância de criar linhas de dialogo e cooperação em vez do confronto.

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 26 - Sinopses da categoria "Grupos com as relações mais tensas com a GNR"

<b>Grupos com as relações mais tensas com a GNR</b>	
E1	“Os grupos associados a atividade marginal (...) mas não se trata de questões étnicas ou raciais, as circunstâncias sociais são muito importantes, pois o sentimento de grupo por parte de alguns habitantes que querem ser os “reis” da zona impondo a sua própria lei.”
E2	“Não existem grupos organizados em específico, étnicos ou raciais, existe sim uma franja que se forma espontaneamente conforme a situação (...) uma minoria de moradores dos bairros, que eventualmente se dediquem ao crime ou tenham ideologias contra as Forças de Segurança, repudiam a presença da Guarda.”
E3	“Está mais relacionado com o contexto (...) qualquer pessoa proveniente desse grupo pode apresentar resistência à autoridade, não está relacionado com a etnia, mas sim com os problemas sociais já elencados anteriormente.”
E4	“Não tem a ver com minorias étnicas (...) creio que passa mais por o sentimento de grupo (...) pois, aquando de uma intervenção da GNR numa ZUS, o bairro esquece as rivalidades para contra um inimigo comum que é a Força de Segurança.”
E5	“Não existe grupos em si (étnicos ou raciais) que criam tensão com a GNR, existem sim um conjunto de indivíduos que se dedicam ao crime, onde não querem a presença da Guarda, e demonstram alguma agressividade na relação com esta.”
E6	“Não creio, Mas em particular não existe raças, etnias, que sejam mais problemáticas, em todas elas existe pessoas que trabalham e que respeitam e depois apenas uma minoria dedicada ao crime.”
E7	“Penso que sim, de origem negra especialmente no bairro do 2º torrão.”
E8	“Penso que sim, algumas minorias existem mais tensão e provocação (...) sendo certo que o efeito grupo também é um fator relevante.”
E9	“Existe um grupo que está identificado, no caso das ZUS da Terras da Costa, mas que reúne fora desta zona, mas está tudo devidamente monitorizado por parte da Guarda, mas penso que não se reporta a questões de etnia ou raça, mas mais o grupos que se dedicam ao crime.”
E10	“Não sinto que exista muita tensão nestas ZUS, e não creio que seja relacionado grupos étnicos e raciais, penso que tem mais a ver com a ocasião (...) aqueles que se dedicam aos comportamentos desviantes é que, por vezes, aquando da presença ou intervenção da GNR, tornam-se incomodadas e hostis pela razão da atividade ilícita que desempenham (...) algumas situações, se forem grupos mais jovens, acredito que o sentimento de grupo possa ser preponderante para dificultar a intervenção da GNR.”
E11	“A tensão advém em parte dos problemas com a respostas da GNR às solicitações da população (...) mas penso que aqueles grupos que se dedicam ao crime e marginalidade são os que criam mais problemas à presença das autoridades e reagem de forma mais hostil.”

E12	“Os grupos não são étnicos ou raciais, são aqueles que vivem a margem da lei e não representam a maioria da comunidade”.
E13	“Mas os aproveitamentos políticos a que temos assistido, que fomentam a discriminação racial, a criação de bode expiatórios e a excessiva e perversa simplificação de problemas complexos, em nada contribuem para a paz social. Pelo contrário. E esse facto é particularmente preocupante, tanto mais que sabemos que ainda há muito caminho para fazer no combate às discriminações.”

Fonte: Elaboração própria

**Quadro n.º 27 - Sinopses da categoria "Modelos de policiamento empregues nas ZUS"**

<b>Modelos de policiamento empregues nas ZUS</b>	
E1	“Procura-se sempre aplicar o Policiamento de proximidade, tendo em conta que por vezes este não é possível... modelo mais interventivo para cessar os problemas (...) um equilíbrio entre estes dois, em que um não faz sentido sem o outro (...) devendo existir sempre os dois em simultâneo, e consoante as situações um mais destacado que o outro.”
E2	“O policiamento de proximidade, pois a resolução da maioria dos problemas parte do diálogo (...) todavia, mediante a zona é necessário ter outro tipo de policiamento (saturação, tolerância zero) para garantir uma presença mais forte, visível para demonstrar uma imagem de força e dissuasão, intervindo e abordando suspeitos (...) varia e adapta-se consoante os NEOp a empregar e a situação em si.”
E3	“Os comandantes devem avaliar as ZUS, as suas características específicas, necessidades de policiamento, risco para os militares (...) com o objetivo temporal de poder aplicar qualquer modelo de policiamento, desde o mais interventivo até ao de proximidade, este deve ser sempre o farol.”
E4	“Depende da ZUS, existe umas mais fáceis de trabalhar que outras. Em algumas zonas consegue-se fazer muito policiamento de proximidade e comunitário, através das SPC PC (...) noutras zonas tem de ser mais Tolerância zero (...) dependo sim do conhecimento do Comandante da área para mediar entre os vários modelos de policiamento a utilizar, pois depende da situação em si e da zona em si.”
E5	“Por parte do 3ºNEOp, deveria ser apenas o de tolerância zero (...) deve-se adaptar os tipos de policiamento por parte dos outros NEOp, em que a tolerância zero ficava para os casos mais graves e em que o 3ºNEOp é chamado a intervir.”
E6	“Atualmente com o efetivo atual do DTer Almada (nos últimos anos reduziu cerca de 20%), não é possível implementar modelos de policiamento alternativos (...) agora a resposta passa pelo reforço de outras valências da GNR, mas varia o modelo, pois outrora, implementámos modelos de policiamento que tinham o objetivo de criar visibilidade e obter uma forte presença policial nas ZUS, e através desta presença policial procurar dissuadir ações ilícitas (...) foram constituídas equipas para intervir reactivamente e proactivamente nestas ZUS indo ao encontro de problemas previamente identificados.”
E7	“Deve existir mais Tolerância zero, combinado com um Policiamento Orientado para o problema (...) onde a GNR tem de efetuar mais rusgas, abordagens e operações orientadas para baixar os índices de criminalidade e o sentimento de impunidade (...) mas, só com a uma presença assídua da Guarda nestes locais, através do Policiamento de Proximidade para recolher informações, contribuindo assim para maior visibilidade nas ZUS.”
E8	“O policiamento de proximidade existe em qualquer ZUS (...) sabendo que há momentos que também se deve adotar uma postura de tolerância zero, demonstrar que não existe receio de intervir (...) sendo que cada caso é um caso, e é preciso um equilíbrio entre estes dois modelos de policiamento.”
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	N/A

Fonte: Elaboração própria

**Quadro n.º 28 - Sinopses da categoria "Mudanças para melhorar o sentimento de segurança"**

<b>Mudanças para melhorar o sentimento de segurança</b>	
E1	“Acompanhar de forma próxima os problemas dessas zonas, através do Policiamento de proximidade (...) presença da força policial transmita uma imagem de permanência e de continuidade, estabelecendo uma ligação com os diversos atores locais, de modo a que os autores dos ilícitos fiquem demovidos de praticar crimes, quebrando o sentimento de impunidade (...) por forma a ser vista, pela comunidade, como parte da solução e não do problema (...) fazendo com que aquela zona seja como outra qualquer, dissolvendo esta fronteira criada à volta das ZUS, esbatendo esta imagem.”
E2	“Preservação dos locais, colocação de iluminação, a própria responsabilização das pessoas para preservarem os locais (...) pode ser alcançado com as entidades, entidades locais, autarquias e associações de moradores dessas zonas (...) é exemplo disto, o Projeto Solidário de Natal do Comando Territorial de Setúbal (...) necessidade de extinguir o estigma que as pessoas que residem nestes bairros são todas criminosas (...) fazer o patrulhamento de visibilidade nestas ZUS (...) torna-se necessário implementar estratégias para aproximar a população às forças de segurança.”
E3	“Presença e imagem contribui para a dissuasão da criminalidade nestas zonas.”
E4	“Ter a capacidade de trabalhar os vários modelos de policiamento consoante o historial do bairro e o seu estado atual (...) maior cooperação entre as várias instituições que trabalham nestes locais (câmaras municipais, CPCJ, associações.”
E5	“Deve ser realizado mais policiamento proximidade (...) maior cooperação entre as várias instituições que trabalham nestes locais (câmaras municipais, CPCJ, associações).”
E6	“Julgo que a estrutura arquitetónica tem uma influência muito grande, pois em “bairros de lata” não permite a uma patrulha efetuar patrulhamento apeado, de proximidade e abordagem a pessoas e viaturas (...) o monte de Caparica ,zona mais urbanizada, mas constituída por muitas escadas, muitos vãos, possíveis locais de esconderijo, suscetível a situações de arremesso de objetos dos pisos superiores (telhados), tendo assim influência negativa arquitetura destes bairros na intervenção policial (...) outra situação identificada é a fraca ou quase nenhuma iluminação (...) o facto de o Posto Policial não estar inserido dentro da ZUS, no caso do Posto da Trafaria, encontra-se muito afastado da ZUS do Monte de Caparica (...) noutras ZUS, onde o posto ou esquadra policial está inserido, ou próximo, da própria zona existe mais segurança e aproximação das pessoas à Guarda (...) implementar, como já existe noutros locais, sistemas de videovigilância e que funcionam não só como elemento preventivo, mas também no contributo para a investigação criminal, ao detetar os infratores de forma mais célere.”
E7	“Não criar ZUS muito extensas, pois é caso disso o Monte de Caparica (bairros amarelos, branco e Asilo 28 de maio) com a conjugação de uma grande extensão de bairros problemáticos causam uma dificuldade controlá-los (...) deveriam ser disseminados pela área, aquando do realojamento destas comunidades, pois estão a criar mais problemas onde eles já existem, só desta forma de poderia também integrar estas pessoas na sociedade, pois estas ZUS acabam por estigmatizar os seus habitantes.”
E8	“Só o conseguiremos fazer com mais envolvimento da comunidade local, o que (para não) nem sempre é possível (...) trabalhando com os moradores locais, através do individuo que representa a comunidade naquela zona (...) combater o sentimento de impunidade, especialmente nos jovens.”
E9	“É problema transversal ao país, que deriva das culturas das pessoas que veem de países estrangeiros, e é preciso dar-lhes o apoio que eles necessitam para se integrarem na sociedade.”
E10	“Um posto policial da GNR, no Monte de Caparica (nos arredores das ZUS), é importante para melhorar o sentimento de segurança da comunidade e para a eficácia da resposta nessas zonas (...) e mais uma vez a importância do maior número de efetivos para alocar a estas áreas (...) o espaço público podia ser mais facilitador da intervenção da GNR, pois a arquitetura de alguns destes bairros (Bairro Branco e Amarelo), com várias entradas e saídas, não é facilitadora (...) os próprios jardins também são algo a melhorar.”
E11	“Um policiamento mais próximo, visível e presente, numa abordagem mais pedagogia e interativa com a população (...) mais Policiamento de proximidade envolvendo os moradores, os jovens, para desmistificar a imagem que a polícia é a má da fita, é preciso criar relações de confiança com a comunidade (...) melhorar a arquitetura dos bairros, mais espaços de lazer, jardins, iluminação (...) um policiamento assertivo e musculado em situações concretas e noutras uma atuação mais pedagógica, ou seja, um misto entre as duas (...) combater ao sentimento de impunidade, pois o incumprimento é bastante acentuado nos bairros (...) trabalhar com a população jovem, para desviá-

	los do caminho da marginalidade, com ações de campanhas de sensibilização e aproximação por parte da Força de Segurança (...) a existência de um posto policial perto destas ZUS podia ajudar, não por si por só, não resolve os problemas, é necessário outras medidas a acompanhar, mas era um sinal de transmissão de segurança à população, e dissuasão de comportamentos por parte dos infratores.”
E12	“Passa por a GNR estar mais presente, passar a imagem de que está do lado da população, através da proximidade (...) mais ações conjuntas com a GNR para aproximar, educar e criar relações de confiança.”
E13	“Resolver os problemas sociais profundos que levam a que haja um maior sentimento de insegurança (...) promoção do desenvolvimento económico, um investimento sustentado na educação, o combate às desigualdades, e a diminuição da pobreza. Para isto importa a criação de emprego, a promoção das qualificações, criar serviços públicos de proximidade, construir equipamentos culturais e desportivos, e de forma geral integrar estas áreas na cidade como um todo, diminuindo assim as situações de gueto.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 29 - Sinopses da categoria "Mitigação da criminalidade violenta e grave"

<b>Mitigação da criminalidade violenta e grave</b>	
E1	“Uma presença forte e continua sabendo da dificuldade de meios, trabalhando com as entidades sociais (...) contacto com os parceiros sociais que trabalham com estes bairros, pois são esses atores que podem resolver estes problemas sociais que tanto contribuem para o sentimento de insegurança (...) trabalhando simultaneamente o sentimento de segurança (...) nas ZUS acontece o fenómeno de os indivíduos ligados ao crime, praticarem-no fora destas zonas, e depois utilizarem as mesmas como gueto e refúgio.”
E2	“Através da análise da informação criminal, trabalhando no sentido de tomar medidas policiais e efetuando operações para combater este fenómeno (...) sendo o trabalho proactivo muito importante para a resolução de problemas (...) sabendo que a criminalidade violenta e grave, ocorre muitas vezes fora das ZUS (...) um policiamento com base nas informações é crucial para reduzir a criminalidade violenta e grave.”
E3	“O sistema judicial tem de se adaptar, mais célere nos processos, acompanhar novos fenómenos de criminalidade por forma a combater o sentimento de impunidade nestas zonas (...) o poder político e poder local, tem que acompanhar as forças de segurança, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas.”
E4	“Combater o sentimento de impunidade, este é o grande motor para a evolução da criminalidade violenta e grave nestas zonas (...) necessita uma grande panóplia de atores e instituições, pois as condições sociais, económicas são preponderantes para este fenómeno (...) outra forma, seria que os Procuradores do MP acompanhassem as patrulhas da GNR nesta ZUS, para sensibilizar do trabalho efetuado e da dificuldade do mesmo, quando existe o tal sentimento de impunidade associado a grande parte dos atores criminais nestas ZUS.”
E5	“A questão fulcral é os jovens, e as famílias destruídas, onde carece de existir um maior apoio para impedir que estes evoluam no mundo da criminalidade (...) estes e outros serviços resultam de forma mais eficaz com o envolvimento das comarcas, através de seus Procuradores e juizes ( aplicando a lei da segurança interna, bem como outros), com as câmaras municipais e outras entidades (...) um trabalho de reintegração dos autores dos delitos para que não continuem a praticar delitos e sejam integrados na sociedade.”
E6	“Uma forma é através de um efetivo adequado, pois se nós tivermos capacidade de projeção de pessoal, seja em termos humanos e meios, para estes locais (...) não existindo uma boa presença policial abre-se assim uma janela de oportunidade para que estas situações aconteçam (...) independentemente das modalidades de policiamento alternativo que possamos implementar em função de determinados fenómenos, não podem estes prolongarem-se no tempo (...) só através de um forte policiamento nos horários e locais sensíveis, previamente referenciados, pode-se assim reduzir este tipo de criminalidade.”
E7	“Uma justiça mais célere nos processos (...) pois muitas vezes alguns jovens cometeram crimes graves, e só passados alguns anos quando estes já estão integrados na sociedade, são julgados e condenados, e depois ao saírem da cadeia volta a mesma atividade.”

E8	“O primeiro passo não deve partir da Guarda, a iniciativa deve partir do poder local, autárquico e central (...) só com o envolvimento da comunidade se pode reduzir este tipo de criminalidade (...) se houver uma inclusão da comunidade em projetos e em ações importantes estes vão-se sentir integrados e valorizados, sendo este o caminho a percorrer.”
E9	“Embora só exista pontualmente esse tipo de criminalidade neste caso em concreto, a solução passa pelas políticas de integração, apoio, aprendizagem (...) os apoios devem ter sempre como objetivo integrar, fornecendo as ferramentas para estas pessoas serem autossustentadas (...) outra forma é a habitação disseminada, no caso dos realojamentos, comunidade mais frágeis com comunidades menos frágeis, é uma política a seguir no futuro para não cometer os erros do passado, criando os tais “barris de pólvora”.
E10	“Criar condições económicas e sociais para integrar estas comunidades, de modo a ser uma sociedade mais justa, acesso à formação, educação, cultura, estas têm de sentir que fazem parte da sociedade (...) trabalhando mais com os jovens, pois muitas vezes não existe apoios e um fio condutor para estes não seguirem por maus caminhos (...) talvez representantes locais que representassem a população de determinado bairro, pudessem contribuir para resolver alguns problemas e fazer a ponte entre os atores locais, a GNR e o bairro (...) outra questão foram as más políticas de realojamento nas décadas de finais do século XX, o que criou alguns guetos, é preciso mudar as políticas e apostar numa habitação mais disseminada dentro da própria freguesia (...) Os apoios sociais têm de ser direcionados e distribuídos por aqueles que realmente precisam e não dar por dar, pois isso não resolve os problemas.”
E11	“Passa por um trabalho conjunto dos vários atores locais (...) trabalhar com a população jovem, para desviá-los do caminho da marginalidade, com ações de campanhas de sensibilização e aproximação por parte da Força de Segurança (...) mitigar a impunidade existente (...) todas aqueles que têm competência nestes locais, juntem-se e estabeleçam o que cada um pode fazer para mitigar estes problemas, onde o Estado tem de ser mais interventivo, e não delegar competências (...) as questões da habitação, o facto de não existir uma política de realojamento, através da habitação disseminada, pois ao realojar e sempre nestes locais concentram-se ainda mais os problemas, isto tem de ser alterado (...) melhorar a arquitetura dos bairros, mais espaços de lazer, jardins, iluminação (...) em suma, é preciso uma visão integrada dos vários atores, com especial ênfase, na autarquia.”
E12	“Os atores locais apoiarem os problemas destes bairros, especialmente a questão dos jovens e a delinquência (...) integrar e ressocializar as pessoas que cometem os delitos, existir mais campanhas de sensibilização (...) pois por parte da autarquia e poder local o apoio é escasso, somos esquecidos e abandonados por estas entidades (...) cooperar com o Ministério Público e os Tribunais para as penas e medidas de coação serem mais eficazes, pois o sentimento de impunidade é enorme nestas zonas, e os autores destes delitos acabam por corromper algumas mentes mais vulneráveis no bairro.”
E13	“É importante que estas zonas estejam integradas social, económica e culturalmente com a restante cidade. Isto é, a oferta de emprego e serviços não pode servir para “fechar” a população no seu bairro (...) As políticas de realojamento devem também ter isto em conta, promovendo a integração de população mais favorecida em áreas sensíveis, e evitando a “guetização” dos mais desfavorecidos.”

Fonte: Elaboração própria

**Quadro n.º 30 - Sinopses da categoria "Intervenção da GNR na mitigação da criminalidade violenta e grave"**

<b>Intervenção da GNR na mitigação da criminalidade violenta e grave</b>	
E1	“Capacidade de prevenir esta criminalidade, através de um patrulhamento preventivo e de visibilidade, conjugado com o 2ºNeop para dar resposta no momento oportuno a situações mais críticas (...) de modo que os autores dos ilícitos fiquem demovidos de praticar crimes, quebrando o sentimento de impunidade (...) mas, se houver um distúrbio grave ou incidente, e seja preciso estabilizar aquela área de forma mais musculada, pode ser usado este NEOp para saturar o local.”
E2	“A presença forte da GNR, dissuasão para demonstrar uma imagem de força e dissuasão, intervindo e abordando suspeitos. (...) trabalhando no sentido de tomar medidas policiais e efetuando operações para combater este fenómeno, sendo o trabalho proactivo muito importante (...) boa análise de informações, que por um lado permita orientar o policiamento, e por outro, que forneça informações pertinentes no âmbito da investigação criminal.”
E3	“Ser encarada, diariamente, com uma forte investigação e intervenção exemplar (...) trabalhar na proximidade, na educação e sensibilização dos jovens (...) desmistificar a imagem que a Força policial está contra eles, no caso concreto da população mais jovem.”
E4	“Uma investigação criminal forte e proactiva de forma a baixar os índices de criminalidade (...) um policiamento diário e de proximidade para dissuadir a prática de crimes nestas zonas.”
E5	“Aumentar o policiamento do 1.ºNEOp, com carácter preventivo e de proximidade (...) trabalho com os jovens (através das SPC PC).
E6	“Só através de um forte policiamento nos horários e locais sensíveis, previamente referenciados, pode-se assim reduzir este tipo de criminalidade, conforme as situações, pois o fator da imagem da presença policial, é preponderante para dissuadir e reduzir alguma desta criminalidade violenta e grave (...) independentemente das modalidades de policiamento alternativo que possamos implementar em função de determinados fenómenos, não podem estes prolongarem-se no tempo.”
E7	“Aumentar o policiamento, a presença da Guarda nestes locais, só aumentado a visibilidade, de noite e dia (...) havendo uma ligação entre a investigação criminal e o patrulhamento nestes locais, com o objetivo de reduzir efetivamente este fenómeno.”
E8	“Combater a delinquência juvenil (...) projetos em que militares afetos aos programas especiais da mesma (etnia, tom de pele, etc.) dessas minorias étnicas por exemplo sensibilizarem esses jovens nas ZUS a perceberem que podem criar uma maior ligação, mudando mentalidades.”
E9	“Mais policiamento de proximidade, de visibilidade acima de tudo (...) pois por vezes basta a dissuasão para evitar a prática de ilícitos e ultimamente a carência de efetivo tem pecado nesta visibilidade e posterior impacto no cidadão.”
E10	“Tem de estar mais presente e visível nestas ZUS, e adotar mais uma relação pedagógica não desvirtuando a própria missão desta força, pois tem programas destinados a este tipo de missão (...) mas com a falta de investimento nos últimos anos nas FSS, condiciona um pouco a eficácia do combate a longo prazo a este tipo de criminalidade (...) reitero que a necessidade de ter mais efetivos pelas razões da área é algo a corrigir (...) talvez representantes locais que representassem a população de determinado bairro, pudessem contribuir para resolver alguns problemas e fazer a ponte entre os atores locais, a GNR e o bairro.”
E11	“Com recurso à proximidade, pela cooperação ativa, por identificar os problemas e trabalhar no sentido de os resolver visibilidade acima de tudo, pois por vezes basta a dissuasão para evitar a prática de ilícitos (...) é indispensável uma maior interatividade para demonstrar a população que a GNR faz parte da solução e não do problema.”
E12	“Mais apoio e mais proximidade, como se faz aos idosos nas aldeias mais isoladas (...) a questão aqui é uma maior presença no bairro para dissuadir os criminosos e delinquentes a praticarem os ilícitos (...) educar os jovens com através de programas com estes, trabalhando mais com a escola segura da GNR (...) outro aspeto seria a ligação através de um contacto local nas ZUS, representado pela associação de moradores, de forma existir um contacto próximo para a resolução de problema.”
E13	“A intervenção das forças policiais, em particular quando falamos de zonas sensíveis, deve ser direcionada para a prevenção, pedagogia, e diminuição ao máximo dos comportamentos repressivos (...) as forças policiais promover ao máximo a criação de um ambiente em que a repressão e violência são restritos ao seu mínimo indispensável (...) é fundamental que num esforço conjunto, tal como anteriormente referido, que as forças de segurança tenham as condições necessárias para exercer o seu poder de persuasão pacífica em vez do confronto.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 31 - Sinopses da categoria "Cooperação entre a GNR e os atores locais"

<b>Cooperação entre a GNR e os atores locais</b>	
E1	“Mais proximidade, continuidade nestas relações (...) cooperar mais com os atores sociais que trabalham com estes bairros.”
E2	“Todas as subunidades têm boas relações com os municípios e autarquias, participando a Guarda nos concelhos locais de segurança, onde se trata estas questões nestas ZUS (...) as SPC PC através dos contactos com as associações, uma interação mais próxima, são eficazes na mitigação de alguns problemas (...) desenvolver com os municípios uma cooperação para melhorar a segurança dos espaços, ou seja, aconselhamento por parte da GNR de forma a reduzir a oportunidade da ocorrência de crimes.”
E3	“Mais interligação e proximidades entre os atores locais e a GNR.”
E4	“em outras ZUS do país com outra força de segurança, já foram realizados jogos de futebol com a comunidade, para aproximar as duas partes (...) apenas se for em demonstrações da valência cinotécnica em algumas escolas.”
E5	“Bastante benéfica, sem esta é impossível resolver os maiores problemas dessas zonas (...) reunir, definir um programa, cada entidade com a sua missão definida procura ir ao encontro do objetivo comum.”
E6	“Basta pontualmente um conjunto de atores como: Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Outro OPC local, e que efetivamente um destes atores possa ajudar na solução do problema, não temos tido qualquer tipo de reserva (...) da parte do Destacamento a cooperação é total com estas entidades (...) a partilha de informações entre este conjunto de atores é crucial, para fenómenos que possam estar a surgir na zona, existindo assim de parte a parte uma entreaajuda (...) cooperar no sentido de melhorar a arquitetura, o ambiente e o estigma de marginalidade das pessoas que residem nas ZUS.”
E7	“Temos boa cooperação com as entidades locais (Junta de freguesia, clubes e associações) (...) mas a Guarda poderia melhorar ao efetuar protocolos com as associações ou representantes destes bairros, de modo a educar os jovens, com programas, eventos e torneios (...) sendo importante combater o sentimento de impunidade, reeducar e ocupar estes jovens para que sejam demovidos destas práticas.”
E8	“Ultimamente da Guarda tem existindo uma grande abertura (...) mas é necessário haver mais envolvimento dos atores locais, pois essas comunidades, por vezes, precisam de algo mais (...) a título de exemplo participar em operações de caráter solidário como a entrega de alimentos, roupas e brinquedos a famílias carenciadas nas ZUS (...) para isso é preciso um trabalho conjunto e um envolver as associações e representantes desses bairros, só assim se consegue chegar a mensagem de forma eficaz.”
E9	“É crucial, pois tem havido boa relação entre a Guarda e a Junta de Freguesia, através de partilha de informação e projetos de cooperação (...) mas existe sempre algo a melhorar, particularmente com as outras entidades que contribuem para a resolução destes problemas (...) atuando de forma proactiva é o papel a considerar neste tipo de cooperação.”
E10	“A relação é boa, mas devia ser a mesma com os vários postos da GNR, no caso da Freguesia da Trafaria e Caparica é boa, mas não existe tanto interação com o posto da Charneca da Caparica como a existente com o Posto da Trafaria (...) é necessária mais proximidade nas relações, e empenhamento ao nível dos comandantes de posto (...) entidades locais também podia desenvolver mais projetos de cooperação com a GNR (...) temos de estudar bem a população antes de intervir, é preciso o envolvimento de todas as entidades e atores locais, da parte da GNR penso que devia apostar mais na divulgação e sensibilização dos jovens, como fazia regularmente a uns anos atrás. (...) através de demonstrações nas escolas com recurso a cavalos, cães, entre outras valências da GNR, para aproximar estes jovens à GNR, pois este pedagógico trabalho é fundamental.”
E11	“Da parte da GNR, não existe grande cooperação com o Centro Comunitário, pois já desenvolvemos projetos em que pedimos a presença da GNR, para interagir e ouvir alguns problemas da população, e não houve essa possibilidade de presença (...) é preciso mais vontade e envolvimento da GNR, em especial no que respeita às crianças, podia existir uma cooperação entre a GNR, Centro Comunitário e CPCJ, pois estas andam na rua de noite, e era necessária uma ação da GNR para identificar estas crianças e comunicar-nos para podermos tratar desta questão em conjunto com a CPCJ e os Pais destes jovens.”
E12	“A GNR deveria ser mais amiga da população e trabalhar com os outros atores para ajudar efetivamente a população (...) cooperar com o Ministério Público e os Tribunais para as penas e medidas de coação serem mais eficazes, pois o sentimento de impunidade é enorme nestas zonas, e os autores destes delitos acabam por corromper algumas mentes mais vulneráveis no bairro.”

E13	“Os problemas das ZUS são muitas vezes estruturais e devem ser resolvidos com uma atuação concertada dos vários atores supranacionais, nacionais, e locais com competências de intervenção nestas áreas. Ao nível local é importante promover as melhores relações entre as forças policiais atuantes e os atores no terreno (...) no caso dos municípios, esta relação verifica-se ao nível dos Conselhos Municipais de Segurança, em que estão representados os municípios, as forças de segurança, e os diferentes atores sociais, públicos e privados (...) deverão sempre as forças policiais, seja através do Conselho Municipal de Segurança promovendo o convite (conforme previsto em regulamento) de entidades especialmente relevantes em determinadas matérias, seja na sua ação diária procurando contactos de proximidade com os atores locais (...) além deste mecanismo todas as iniciativas como Escola Segura ou outras que venham a ser pensadas contribuem para o tal diálogo com as populações que se considera fundamental.”
-----	--

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 32 - Sinopses da categoria "A influência das políticas de realojamento no município de Almada na criação das ZUS"**

<b>A influência das políticas de realojamento no município de Almada na criação das ZUS</b>	
E1	N/A
E2	N/A
E3	N/A
E4	N/A
E5	N/A
E6	N/A
E7	N/A
E8	N/A
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	“Conforme sabemos, os problemas que se encontram nas ZUS não são exclusivos de Almada, nem sequer de Portugal (...) as políticas de Habitação a partir do pós guerra, com a criação intensiva de bairros isolados, muitas vezes longe dos centros urbanos, com poucas acessibilidades (...) criaram os tais guetos e os problemas sociais e ao nível de segurança hoje reconhecidos, e acabaram por aumentar as desigualdades e até a discriminação (...) defendemos portanto iniciativas que promovam a heterogeneização da população residente nesses locais, primeiramente pela fixação de população com melhores meios socioeconómicos, assim como a criação de habitação apoiada e/ou a custos acessíveis nos centros urbanos (...) a criação de novas soluções habitacionais deve ser disseminada pelo tecido urbano e/ou quando concentrada deve comportar modalidades diferenciadas de arrendamento.”

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 33 - Sinopses da categoria "Contributo da reabilitação urbana no aumento do sentimento de segurança"**

<b>Contributo da reabilitação urbana no aumento do sentimento de segurança</b>	
E1	N/A
E2	N/A
E3	N/A
E4	N/A
E5	N/A
E6	N/A
E7	N/A
E8	N/A
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	Está provado que a reabilitação urbana pode ser um fator muito significativo para o combate à estigmatização, às desigualdades, ao sentimento de insegurança e para o desenvolvimento económico. Uma estratégia estruturada de reabilitação urbana promove por isso o desenvolvimento económico, atração de empresas, a qualificação das populações residentes, gerando empregos qualificados e com remunerações adequadas, e atraindo capital para estas zonas, contribui para a diminuição das desigualdades existentes.”

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 34 - Sinopses da categoria " Implementação de Contratos Locais de Segurança no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar a segurança"**

<b>Implementação de Contratos Locais de Segurança no sentido de reduzir a criminalidade e aumentar a segurança</b>	
E1	N/A
E2	N/A
E3	N/A
E4	N/A
E5	N/A
E6	N/A
E7	N/A
E8	N/A
E9	N/A
E10	N/A
E11	N/A
E12	N/A
E13	“O Diagnóstico Local de Segurança pode ser um instrumento fundamental para a determinação de políticas para todo o território na abrangência que temos referido. São também fundamentais para a definição de eventuais contratos locais de segurança entre as autarquias locais e o governo central.”

**Fonte: Elaboração própria**

**Quadro n.º 35 - Sinopses da categoria "Algo a acrescentar"**

<b>Algo a acrescentar</b>	
E1	“o segredo do sucesso é o 1ºNEOp.”
E2	“Indivíduos que lá residem e que dedicam ao crime ou outras atividades delituosas (...) a aposta na integração e na educação das famílias mais carenciadas, com recurso às entidades e associações locais (...) é preciso um trabalho com um conjunto alargado de atores, para melhorar as condições sociais, económicas e de segurança das ZUS.”
E3	“Relativamente à Unidade de Intervenção, sendo por definição uma unidade de reserva, esta tem um papel preponderante no combate aos problemas nas ZUS.”
E4	“Nada a acrescentar.”
E5	“É muito importante o 1º e 2º NEOp nas ZUS, o sucesso da resolução de muitos dos problemas parte destes (...) utilizar cirurgicamente o 3ºNEOp quando necessário, de forma ostensiva, com tolerância zero e policiamento interventivo.”
E6	“Sendo este o Destacamento da GNR com mais ZUS do país, é muito desafiante a nível profissional trabalhar nestas zonas, mas sinto que era necessário um maioríssimo alocação de recursos para fazer face a estes problemas.”
E7	“As faltas de efetivos agravam estes problemas (...) pois não há presença nem visibilidade nas ZUS, que se traduz no aspeto chave para mitigar a maioria dos problemas destas zonas.
E8	“Nada a acrescentar”.
E9	“Nada a acrescentar”.
E10	“Mais trabalho de proximidade do dispositivo e pedagogia (...) através da Secção de Policiamento Comunitário.”
E11	“Nada a acrescentar.”
E12	“Volto a frisar que deve haver mais visibilidade e presença da GNR nestas ZUS”.
E13	“Quero salientar a importância de trabalhos e estudos como o presente, orientados para a resolução e procura de soluções para problemas sociais complexos (...) por fim o próprio sentimento de segurança das forças da ordem, e neste caso específico da GNR, assim como condições adequadas para o cumprimento da sua missão e o envolvimento com a comunidade, são fundamentais para a paz social.”

**Fonte: Elaboração própria**

## ANEXOS

## ANEXO A – EVOLUÇÃO CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

Quadro n.º 36 - Evolução criminalidade violenta e grave

	2018 <sup>[1]</sup>	2019 <sup>[2]</sup>	2020 <sup>[3]</sup>
Cter Setúbal	507	551	572
Dter Almada	207	228	230
Pcosta	47	74	56
Ptrafaria	54	41	73
Freguesia Caparica e Trafaria	32	48	49
Freguesia Costa Caparica	27	52	75

<sup>[1]</sup> **Ano 2018**, relativamente aos crimes violentos e graves registados neste Comando, existem 183 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco; No PCosta, 22 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos; No Ptrafaria, 24 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos.

<sup>[2]</sup> **Ano 2019**, relativamente aos crimes violentos e graves registados neste Comando, existem 35 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco; No PCosta, 8 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos; No Ptrafaria, 5 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos.

<sup>[3]</sup> **Ano 2020**, relativamente aos crimes violentos e graves registados neste Comando, existem 3 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco, sendo que, nenhuma destas situações digam respeito aos PTers da Costa ou Trafaria.

Fonte: NAIIC CTer de Setúbal

## ANEXO B – EVOLUÇÃO CRIMINALIDADE GRUPAL

Quadro n.º 37 - Evolução criminalidade grupal

	2018 <sup>[1]</sup>	2019 <sup>[2]</sup>	2020 <sup>[3]</sup>
Cter Setúbal	113	138	88
Dter Almada	25	29	16
Pcosta	2	3	1
Ptrafaria	3	7	5
Freguesia Caparica e Trafaria	3	12	7
Freguesia Costa Caparica	1	5	2

<sup>[1]</sup> **Ano 2018**, relativamente à criminalidade grupal registada neste Comando, todos os campos das freguesias se encontram preenchidos.

<sup>[2]</sup> **Ano 2019**, relativamente à criminalidade grupal registada neste Comando, existem 9 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco; No PCosta, 1 situação não refere a freguesia em que ocorreram os factos; No Ptrafaria, 1 situação não refere a freguesia em que ocorreram os factos.

<sup>[3]</sup> **Ano 2020**, relativamente à criminalidade grupal registada neste Comando, existem 3 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco, sendo que, nenhuma destas situações digam respeito aos PTers da Costa ou Trafaria.

Fonte: NAIIC CTer de Setúbal

## ANEXO C – EVOLUÇÃO DELINQUÊNCIA JUVENIL

Quadro n.º 38 - Evolução delinquência juvenil

	2018 <sup>[1]</sup>	2019 <sup>[2]</sup>	2020 <sup>[3]</sup>
<b>Cter Setúbal</b>	137	120	134
<b>Dter Almada</b>	31	22	33
<b>Pcosta</b>	6	6	2
<b>Ptrafaria</b>	8	5	7
<b>Freguesia Caparica e Trafaria</b>	10	5	9
<b>Freguesia Costa Caparica</b>	7	6	3

<sup>[1]</sup> **Ano 2018**, relativamente à delinquência juvenil (- 16 anos) registada neste Comando, existem 40 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco; No PCosta, 2 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos; No PTrafaria, 2 situações não referem a freguesia em que ocorreram os factos.

<sup>[2]</sup> **Ano 2019**, relativamente à delinquência juvenil (- 16 anos) registada neste Comando, existem 14 situações em que o campo das freguesias se encontra em branco; No PTrafaria, 1 situação não refere a freguesia em que ocorreram os factos.

<sup>[3]</sup> **Ano 2020**, relativamente à delinquência juvenil (- 16 anos) registada neste Comando, todos os campos das freguesias se encontram preenchidos.

Fonte: NAHC CTer de Setúbal

## ANEXO D – NÍVEL DE INSTRUÇÃO CONCELHO ALMADA

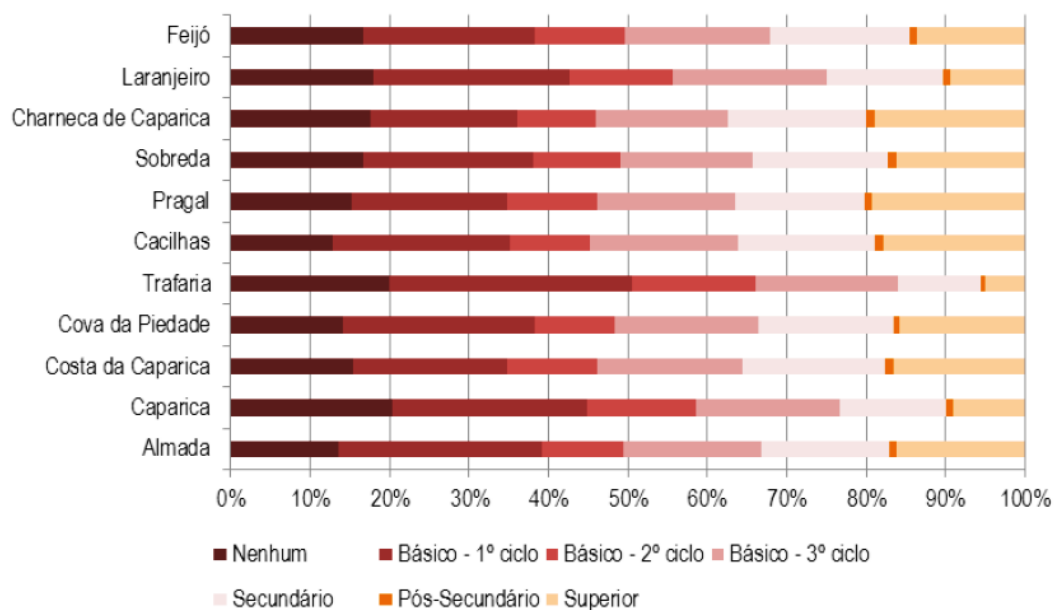


Figura n.º 14 - População Residente segundo o Nível de Instrução mais Elevado Completo|2011

Fonte: Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

## ANEXO E – TAXA DE ANALFABETISMO

Tabela n.º 1 - Taxa de Analfabetismo | Freguesias – 2001 e 2011

	HM	HM	H	M
	2001 (%)	2011 (%)	2011 (%)	2011 (%)
<b>Almada (Concelho)</b>	6,08	3,27	1,82	4,56
<b>Almada</b>	5,61	3,03	1,05	4,61
<b>Caparica</b>	8,60	5,21	3,01	7,23
<b>Costa da Caparica</b>	5,91	2,66	2,14	3,12
<b>Cova da Piedade</b>	5,27	2,9	1,26	4,26
<b>Trafaria</b>	8,18	5,04	3,28	6,68
<b>Cacilhas</b>	5,16	2,61	1,08	3,81
<b>Pragal</b>	4,37	2,94	1,2	4,49
<b>Sobreda</b>	5,91	3,1	1,67	4,41
<b>Charneca de Caparica</b>	6,07	2,22	1,44	2,98
<b>Laranjeiro</b>	6,53	4,05	2,44	5,46
<b>Feijó</b>	4,89	2,95	1,61	4,15

Fonte: Censos 2001 e Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

## ANEXO F – TAXA DE DESEMPREGO

Tabela n.º 2 - Taxa de desemprego | Concelho de Almada - 2011

	HM	H	M
	2011 (%)	2011 (%)	2011 (%)
<b>Almada (Concelho)</b>	14,33	15,19	13,49
<b>Almada</b>	14,91	15,56	14,28
<b>Caparica</b>	18,37	20,48	16,24
<b>Costa da Caparica</b>	13,91	14,33	13,47
<b>Cova da Piedade</b>	13,41	14,07	12,79
<b>Trafaria</b>	20,27	22,43	17,9
<b>Cacilhas</b>	13,17	13,62	12,74
<b>Pragal</b>	15,8	18,31	13,43
<b>Sobreda</b>	12	11,78	12,22
<b>Charneca de Caparica</b>	10,83	11,17	10,48
<b>Laranjeiro</b>	18,1	20,03	16,22
<b>Feijó</b>	12,57	12,42	12,72

Fonte: Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística

## ANEXO G – ESTADO CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS

Tabela n.º 3 - Edifícios segundo o estado de conservação | Concelho de Almada - 2011

	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação	Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações	Muito degradado
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
<b>Almada (Concelho)</b>	25047	8816	6307	1868	641	300
<b>Almada</b>	1068	595	378	147	70	9
<b>Caparica</b>	2264	1125	841	221	63	41
<b>Costa da Caparica</b>	1881	1419	912	361	146	62
<b>Cova da Piedade</b>	1115	761	597	124	40	29
<b>Trafaria</b>	989	996	709	192	95	37
<b>Cacilhas</b>	180	272	215	45	12	5
<b>Pragal</b>	285	174	139	26	9	6
<b>Sobreda</b>	3475	516	375	102	39	33
<b>Charneca de Caparica</b>	11106	1728	1314	317	97	31
<b>Laranjeiro</b>	906	542	356	155	31	32
<b>Feijó</b>	1778	688	471	178	39	15

Fonte: Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística